

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

Revista Querubim
Letras – Ciências Humanas – Ciências Sociais

Ano 16
Número 41
Volume 2
ISSN –1809-3264

Aroldo Magno de Oliveira
(Org./Ed.)

2020

2020

2020

2020

NITERÓI – RJ

Revista Querubim 2020 – Ano 16 n°41 – vol.2. – 108 p. (junho – 2020)
Rio de Janeiro: Querubim, 2020 – 1. Linguagem 2. Ciências Humanas 3. Ciências Sociais Periódicos. I - Título: Revista Querubim Digital

Conselho Científico

Alessio Surian (Universidade de Padova - Itália)
Darcília Simoes (UERJ – Brasil)
Evarina Deulofeu (Universidade de Havana – Cuba)
Madalena Mendes (Universidade de Lisboa - Portugal)
Vicente Manzano (Universidade de Sevilla – Espanha)
Virginia Fontes (UFF – Brasil)

Conselho Editorial

Presidente e Editor

Aroldo Magno de Oliveira

Consultores

Alice Akemi Yamasaki
Andre Silva Martins
Elanir França Carvalho
Enéas Farias Tavares
Guilherme Wyllie
Hugo Carvalho Sobrinho
Janete Silva dos Santos
João Carlos de Carvalho
José Carlos de Freitas
Jussara Bittencourt de Sá
Luiza Helena Oliveira da Silva
Marcos Pinheiro Barreto
Mayara Ferreira de Farias
Paolo Vittoria
Pedro Alberice da Rocha
Ruth Luz dos Santos Silva
Shirley Gomes de Souza Carreira
Vânia do Carmo Nóbile
Venício da Cunha Fernandes

SUMÁRIO

01	Cisnara Pires Amaral – Interfaces entre o senso comum, a promoção da saúde e a educação humanizadora – relato de experiência	04
02	Cláudia Adriana da Silva et al – Análise dos índices da educação básica das comunidades rurais tocantinenses	10
03	Claudia Dias de Lima et al – Estudo de caso das doenças diarreicas agudas em uma unidade básica de saúde, da cidade de Araguaína – TO	18
04	Claudia Dias de Lima et al – Levantamento dos dados relativos aos últimos quatro anos sobre a dengue no município de Araguaína – TO	23
05	Cristian Trevisan Monteiro et al – Avaliação das qualidades físicas de praticantes de <i>Kickboxing</i> da academia Tecforce Gazzoni	28
06	Cymone Martins Cotrim Teixeira e Sandra Márcia Campos Pereira – O discurso de ‘universalização’ da educação inclusiva no Plano Nacional de Educação (2014-2024)	36
07	Daiane Cristina da Rocha e Mafalda Nesi Francischett – Princípio educativo no trabalho dos (as) catadores (as) de materiais recicláveis	41
08	Daniele Moreira de Oliveira et al – Metodologias ativas na rede federal de educação profissional e tecnológica: um mapeamento sistemático	48
09	Danielly Rolim Brasil e Francisco Bezerra dos Santos – A narrativa indígena em sala de aula: uma experiência com alunos do 7ª ano	55
10	Diego Ted Rodrigues Bogéa et al – Contribuições do aplicativo <i>Anki</i> para a memorização e a aprendizagem	62
11	Domingos Pereira da Silva e Vicente Rodriguez – O estado em poulantzas: uma análise da constituição da hegemonia na sociedade de classes	70
12	Edison Fernando Pompermayer et al – O processo judicial eletrônico (e-proc) como facilitador da prestação jurisdicional célere e ao acesso à justiça	76
13	Elainy Cristina da Silva Coelho et al – Cidadania deliberativa e gestão social no colegiado territorial do Jalapão (TO)	84
14	Elisane Ortiz de Tunes Pinto e Fernando Augusto Treptow Brod – Aprendizagem Significativa e Inteligências Múltiplas: um estudo a partir das teorias e sua relevância no processo do ensino e da aprendizagem	92
15	Erica Cupertino Gomes et al – Características da educação em algumas cidades vulneráveis da Amazônia Legal: elementos e reflexões	100

INTERFACES ENTRE O SENSO COMUM, A PROMOÇÃO DA SAÚDE E A EDUCAÇÃO HUMANIZADORA – RELATO DE EXPERIÊNCIA

Cisnara Pires Amaral¹

Resumo

A atividade teve como objetivo oportunizar aos discentes do ensino médio, a construção de histórias infantis a partir do estudo realizado em sala de aula em relação as diferentes patologias e seus agentes etiológicos, produzindo um acervo literário que poderá ser utilizado na biblioteca da escola pelos alunos do ensino fundamental, contribuindo para promoção da saúde e humanização em relação as parasitoses que afetam a população. É mister a compreensão da importância do docente em instigar seus alunos a produzirem materiais que estimulem o aprendizado, utilizando metodologias que facilitem a conexão entre conhecimento científico e popular.

Palavras-chave: Literatura infantil. Zoonoses. Aprendizagem.

Abstract

The activity aimed to give High School students, the opportunity with the construction of children's stories from the classroom study compared the different pathologies and their etiological agents, producing a literary collection that can be used at the school library for Elementary School students, contributing to health promotion and humanization in the parasitic infections that affect the population. It is important the understanding of the importance of the teacher in instigating his students to produce materials that stimulate learning, using methodologies that facilitate the connection among popular and scientific knowledge.

Keywords: children's literature. Zoonosis. Learning.

Introdução

No contexto educacional vivenciamos aprendizagem na sala de aula, em momentos determinados, favorecendo apenas alguns alunos, assim precisamos expandir o conceito de aprendizagem, desfragmentando os conhecimentos através de práticas, incentivo à leitura para que não sejam somente realizadas em momentos pré-estabelecidos, concluindo que existem diferentes situações de aprendizagens e que determinados alunos precisam de atenção, estimulação e desafios.

Nesse contexto, entendemos que novas metodologias poderão proporcionar aos discentes o discernimento para compreender os problemas atrelados a existência, como é o caso das parasitoses e suas consequências para o organismo; poderão se tornar aliadas as aulas de Biologia, auxiliando a compreensão dos inúmeros problemas relacionados a saúde pública, que acompanham a maioria da população.

Nogaro e Cerutti (2016) relatam que vários estudiosos têm apontado a necessidade de se repensar as estratégias didático-pedagógicas de trabalhar com os estudantes, bem como fazê-los construir uma outra relação com o conhecimento. O modelo de convívio em sala de aula precisa ser repensado, os estudantes precisam trabalhar em equipes formando comunidades de aprendizagem, uns assessorando os outros, dividindo suas pesquisas, compartilhando informações, compreendendo as relações que se estabelecem em uma sociedade.

¹ Docente da Escola de Educação Básica e do Departamento de Ciências Biológicas da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI/Santiago.

Desse modo, torna-se necessário compreender que a leitura favorece a aprendizagem a partir de histórias contextualizadas, instiga a curiosidade, munindo os discentes de conhecimentos científicos que passam muitas vezes despercebidos. A leitura tem o poder de desenvolver a capacidade intelectual e crítica das pessoas, devendo assim, fazer parte do seu dia a dia e desenvolver a criatividade em relação ao seu próprio meio e o meio externo (ARANA, KLEBIS, 2015).

Perante essa realidade, os conteúdos trabalhados no ensino médio, especificadamente em relação as patologias que se manifestam na população poderão ser relevantes do ponto de vista social e ter reflexos na realidade à sua volta? Os conceitos abordados em relação ao conteúdo parasitoses podem despertar no discente o interesse pelos problemas socioeconômicos da maioria da população?

Para responder essa pergunta, poderemos observar a diferença entre aprender dentro de um contexto imaginário ou aprender através de uma aula expositiva, onde ocorrem monólogos relacionados a determinados conteúdos, dificultando o processo ensino-aprendizagem.

Assim sendo, a leitura é uma prática básica para todas as áreas do conhecimento, “a preparação de um leitor efetivo passa pela adoção de um comportamento em que a leitura deixe de ser atividade ocasional para integrar-se à vida do sujeito como necessidade imperiosa de que decorrem prazer e conhecimento” (SARAIVA, 2010).

Desse modo, o intuito é estimular o aprendizado através de leituras prazerosas que façam a conexão entre conhecimento científico e cotidiano. A ideia básica é evitar a reprodução sem criticidade e compreensão. Portanto, cabe ao aluno não somente memorizar, mas também fazer relações e atribuir significados àquilo com que toma contato nas situações de ensino-aprendizagem (CAMPOS; NIGRO, 2009). E para realizar essa conexão necessita que o docente propicie novas ferramentas de ensino.

Esse é o desafio para o educador, tornar sua aula prazerosa, a partir de situações cotidianas que poderão ser vivenciadas pelos discentes, estimulando ficção e realidade através do uso da literatura. Nesse contexto, realizou-se trabalho de produção científica com 3º ano/ ensino médio onde deveriam produzir livros infantis de literatura sobre parasitoses, abordando os conhecimentos científicos de forma criativa e envolvente para serem disponibilizados na biblioteca da escola, para alunos do 6º ano do Ensino Fundamental.

Metodologia

Para a realização do acervo literário, os 28 discentes regularmente matriculados na Escola de Educação Básica da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI, foram divididos em grupos, ocorrendo a escolha de diferentes parasitoses por grupo. A produção da história ocorreu em 3 meses, levando em consideração o desenvolvimento da capa, a pesquisa bibliográfica e a impressão do material, contando com 6 horas/aulas utilizadas na escola e reuniões entre os grupos que ocorriam fora do contexto escolar.

A pesquisa ocorreu com o auxílio de livros de Biologia, polígrafos da escola, sites de notícias e artigos no site de busca Scielo, auxiliados pela professora regente da disciplina. Para as produções, os grupos escolhiam as patologias de acordo com as diferentes parasitoses encontradas no estudo de vírus, bactérias e protozoários.

As histórias produzidas abordaram as seguintes patologias: febre chikungunya, raiva, tétano, leptospirose, dengue, catapora e doença de Chagas. Durante a análise de dados, utilizou-se questionário semiestruturado, onde foram analisados a opinião em relação ao desenvolvimento da obra literária, a percepção em relação a aprendizagem e satisfação dos alunos do ensino fundamental e a opinião da professora regente das turmas de 6º ano. As histórias foram repassadas para professora, que fez a primeira leitura em relação a patologia e suas formas de atuação, após ocorreu a revisão bibliográfica pelas professoras de Português do educandário.

Os livros foram produzidos em um Centro de Cópias ligados a Universidade, não possuem ISBN e foram disponibilizados para a biblioteca da Instituição para serem trabalhados pela professora de Ciências. Importante salientar que os grupos realizaram apresentações de seus trabalhos para os alunos do 6º ano, realizando uma breve contação da história e atividades sobre a produção, com o intuito de instigar os mesmos para a retirada dos livros na biblioteca.

Os livros foram lançados na XXI Feira do Livro do município, também ocorreu a produção de uma oficina para os 7º anos de uma escola municipal e a doação dos exemplares produzidos para a Biblioteca Pública Municipal Melvin Jones. Ocorreu a tabulação de dados em relação aos questionários e análise dos resultados.

Resultados e Discussão

Seguem os resultados, referente a aplicabilidade dos questionários na turma de 3º ano/ ensino médio. A pergunta 1 refere-se ao registro de opinião em relação ao desenvolvimento de histórias infantis para o seu aprendizado e das crianças.

Ocorreram 28 registros, de acordo com os questionários respondidos, desses 100% sinalizaram de forma positiva em relação ao uso da interdisciplinaridade entre a Literatura e a Biologia. Aqui estão registrados apenas alguns comentários: “achei a experiência muito boa, creio que ficou mais fácil para nós e para os alunos de 6º ano aprenderem sobre doenças”, “achei a experiência muito diferente, auxiliou a aprendizagem, continue incentivando seus alunos com atividades diferenciadas ... adorei”; “desenvolve muito o pensamento e a criatividade, me dediquei muito, aprendi bastante”; “as histórias infantis mostram de forma resumida os conceitos sobre doenças, auxiliou o meu aprendizado e das crianças”; “esse tipo de atividade facilita o aprendizado dos alunos, tanto do ensino médio, quanto do fundamental”; “foi uma experiência única, um ótimo trabalho, tanto para as crianças quanto para nós”; “foi um trabalho divertido, meio cansativo, mas ajudou na aprendizagem de doenças”; “atividade criativa, interdisciplinar e bem instrutiva”; “foi um trabalho divertido, bem explorado, que trouxe conhecimento para ambas as partes”; “contribui para a aprendizagem pois para produzir a história foi necessário entender e se apropriar do tema, trazendo algo mais lúdico”; “atividade de grande proveito”; “aprendemos ensinando ... foi muito legal”.

Observa-se a satisfação em discutir as patologias atreladas a literatura. Percebe-se que o aluno de ensino médio também preza por atividades lúdicas, diferenciadas, por novas ferramentas didáticas. Sabe-se que esses alunos são bombardeados com fórmulas e massetes utilizados no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) ou vestibulares, conseqüentemente, muitos acabam realizando decorebas, tornando as disciplinas estudadas maçantes e desestimuladoras.

Compreende-se a importância da imaginação, o estabelecimento de relações entre os pares, a partilha de conhecimento entre o grupo para que as ideias se tornassem familiarizadas, alcançando os objetivos do trabalho. Durante a elaboração das hipóteses, das propostas de investigação e de suas investigações, as crianças argumentam, raciocinam e discutem suas ideias e resultados, ouvem a explicação do outro, organizam suas ideias e as ideias do grupo, constroem seu conhecimento (PIASI; ARAÚJO, 2012).

Ainda contribuem Bacich, Tanzi Neto e Trevisani (2015) a educação de qualidade nos ajuda a construir histórias relevantes. A pessoa motivada para aprender consegue evoluir mais, e desenvolver um projeto de vida mais significativo.

Esse é o intuito, além de saber contar histórias os alunos deverão apropriar-se do tema, facilitando a percepção entre doenças, parasitas e saúde pública, com ênfase em conteúdo específico. Assim, serão estimulados a criar, fazer parte da história, encontrando significado nos temas estudados.

Em relação a pergunta 2, relativa a produção literária, assimilação de conhecimentos e sua relação com as patologias

Tabela 1 – Relata a assimilação de conteúdos em relação a produção literária.

Resposta	Quantidade	Percentual
Sim	28	100%
Não	0	0%
Total	28	100%

Fonte: Elaborada pelas autoras

Nota-se que 100% dos discentes concordaram que a produção literária trouxe conhecimentos. Compreendemos que o professor deverá buscar ferramentas didáticas de estímulo para aprendizagem, essa é a questão, relacionar o currículo com as vivências da comunidade onde os alunos estão inseridos e nesse quesito encontra-se o ensino híbrido.

O ensino híbrido irá proporcionar a utilização de diferentes tecnologias e mídias sociais para produzir conhecimento. Quanto as mídias, compreendemos que os alunos são capazes de realizar inúmeras ferramentas que talvez nem pensássemos que fossem possíveis, criando diferentes ambientes de aprendizagem.

Segundo Bray e McClakey (2013) em um ambiente diferenciado, os alunos são identificados com base em seus conhecimentos ou habilidades específicas, e o professor organiza a classe em grupos por afinidades e ainda observa quando os estudantes personalizam a sua aprendizagem, eles participam ativamente, dirigindo seu processo e escolhendo uma forma de aprender melhor.

A questão 3 refere-se sobre a percepção da satisfação dos alunos do Ensino Fundamental durante as oficinas.

Tabela 2 – Percepção sobre a satisfação dos alunos do Ensino Fundamental.

Resposta	Quantidade	Percentual
Sim	21	75%
Não	0	0%
Em parte	6	24%
Total	28	100%

Fonte: Elaborada pelas autoras

Observa-se que 75% dos alunos percebeu que houve satisfação durante suas oficinas. Ocorreu intercâmbio de conhecimento, apropriação do conhecimento científico, discussões sobre os temas, contação de histórias referentes as patologias.

Para a realização das oficinas os alunos criaram estratégias para divulgar sua obra, incentivando os alunos do 6º ano a lerem suas histórias. Assim, ocorreram brincadeiras, estímulo, jogos de perguntas e respostas, caça-palavras, jogo dos erros e quebra-cabeça.

O poder de transmissão cultural na espécie humana está, conseqüentemente, embebido de criatividade cognitiva centrada em um processo sociocolaboracional e intergeracional, na qual muitos indivíduos criam algo em conjunto, algo que nunca poderia ser inventado ou construído por um único indivíduo (FONSECA,2018).

Trata-se de buscar soluções para que o conhecimento científico seja aprendido de maneira prazerosa, estimuladora e desafiador, relacionando o prazer de ensinar e aprender.

A tabela 3 faz referência a percepção da aprendizagem em relação aos alunos do ensino fundamental.

Tabela 3 – Percepção sobre aprendizagem em relação ao Ensino Fundamental.

Resposta	Quantidade	Percentual
Sim	28	100%
Não	0	0%
Em parte	0	0%
Total	28	100%

Fonte: Elaborada pelas autoras

Em relação a tabela percebe-se que 100% dos discentes observou aprendizagem. Quando indagados nos questionários como essa percepção ocorreu, responderam: “ocorreu envolvimento”, “discussões sobre os temas”; “afirmavam e auxiliavam com características sobre as doenças”; “contavam histórias que ocorreram em suas famílias sobre as doenças”; “partilhavam medos referentes as doenças”; “demonstravam felicidade quando realizavam as atividades”; “responderam todos os questionamentos”; “queriam compartilhar seus conhecimentos conosco”; “o período passou muito rápido, todos se divertiram e aprenderam”; “eu gostaria de aprender assim”; “competiam para responder mais rápido”.

Nunca é demais destacar que o aluno constrói seu próprio conhecimento, jamais o recebe pronto, salvo em ações mecânicas onde esses conhecimentos jamais ajudarão construir outros; seu professor na verdade o ajuda nessa tarefa de construção, intermedia a relação entre o aluno e o saber, mas é uma ajuda essencial, imprescindível, pois é graças a ela, que o aluno, partindo de suas potencialidades, pode progredir na direção das finalidades educativas (ANTUNES,2015).

Conseqüentemente, o intuito das finalidades educativas é a aprendizagem, o estímulo, a percepção, a humanização em relação a promoção da saúde. Através da partilha de conhecimentos que teremos uma promoção primária em relação as formas de prevenção de doenças.

A questão 5 está relacionada a opinião da professora regente, quanto ao trabalho desenvolvido pelos alunos do Ensino Médio e sua importância para aprendizagem dos alunos: “ a atividade proporcionou aprendizagem, entretenimento e conhecimento científico aos alunos. Ocorreu partilha de conhecimentos, curiosidade, imaginação. Foi extremamente positivo pois os alunos do 6º ano estudam as doenças, dessa forma observei vários depoimentos sobre as doenças, formas de disseminação e prevenção. Todos queriam correr para biblioteca, tive que fazer sorteio das obras para que todos os alunos pudessem ler. Realmente a literatura infantil aguça a curiosidade, é capaz de unir conhecimento científico e coloquial, proporcionou que o conteúdo fosse trabalhado de aluno para aluno”.

Considerações Finais

Conclui-se que diferentes metodologias tornam as aulas prazerosas, estimulam o aprendizado e são capazes de discutir diferentes temas promovendo a humanização em relação as diferentes patologias que assolam as comunidades. Nota-se o intercâmbio que poderá acontecer entre docentes e discentes de diferentes níveis de ensino, compactuando conhecimento científico, contextualizando saberes, buscando alternativas de trabalho coletivo e integrado, auxiliando o processo de ensino e aprendizagem.

Percebe-se a satisfação dos discentes, a reestruturação de conteúdos associados a literatura infantil, o aguçar da criatividade e da imaginação, construindo novas funções cognitivas capazes de desafiar o aprendizado, motivando os alunos para que achem sentido nas atividades propostas.

Referências

- ANTUNES, C. **Vygotski, quem diria?!** Em minha sala de aula. 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- ARANA, A. R.A.; KLEBIS, A.B. S. O. A importância do incentivo à leitura para o processo de formação do aluno. In: **EDUCERE – XII Congresso Nacional de Educação**. PUCPR, 2015.
- BACICH, L.; TANZI NETO, A.; TREVISANI, F.M. **Ensino Híbrido: personalização e tecnologia na educação**. 2 ed. Porto Alegre: Penso, 2015.
- BRAY, B.; MCCLASKEY, K. **Personalization vs differentiation vs individualization report**. 2013. Disponível em: <http://www.personalizelearning.com/2012/04/explaining-chart.html> . Acesso em dez, 2019.
- CAMPOS, M.C.C.; NIGRO, R.G. **Teoria e Prática em Ciências na Escola: O ensino – aprendizagem como investigação**. 1 ed. São Paulo: FTD, 2009.
- FONSECA, V. **Desenvolvimento cognitivo e processo de ensino-aprendizagem**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.
- NOGARO, A.; CERUTTI, E. **As TICs nos labirintos da prática educativa**. Curitiba: Editora CRV, 2016.
- PIASSI, L.P.; ARAUJO, P.T. **A literatura infantil no ensino de Ciências: propostas didáticas para os anos iniciais do Ensino Fundamental**. 1ª ed. São Paulo: Edições SM, 2012.
- POZO, J.I.; CRESPO, M.A.G. **A aprendizagem e o ensino de ciências: do conhecimento cotidiano ao conhecimento científico**. 5 ed. São Paulo: Artmed, 2009.
- SARAIVA, J.A et.al. **Palavras, brinquedos e Brincadeiras: cultura oral na escola**. 1ª ed. São Paulo: Artmed, 2010.

Enviado em 30/04/2020

Avaliado em 15/06/2020

ANÁLISE DOS ÍNDICES DA EDUCAÇÃO BÁSICA DAS COMUNIDADES RURAIS TOCANTINENSES

Cláudia Adriana da Silva²
Denisia Brito Soares³
Alexsandro Silvestre da Rocha⁴

Resumo

Investigamos os Índices de Desenvolvimento da Educação Básica das comunidades rurais do Tocantins (Terras Indígenas, Remanescentes de Quilombos, Áreas Sustentáveis Quilombolas, Assentamentos, Rurais e Áreas Sustentáveis). Os dados liberados singularmente por escola, foram categorizados, tabelados e graficados, revelando que menos da metade das escolas rurais participaram da avaliação, bem como uma disparidade do índice entre algumas comunidades, sobre tudo ao comparar com a média estadual. Como este índice é basilar na formatação de políticas educacionais, então expor a conjuntura destes grupos é importante para orientar pesquisadores, gestores e professores engajados nas realidades do campo.

Palavras Chaves: Comunidades Rurais, Ideb, Tocantins.

Abstract

We investigated the Basic Education Development Indexes of rural communities in Tocantins (Indigenous Lands, Quilombos Remnants, Quilombola Sustainable Areas, Settlements, Rural and Sustainable Areas). The data released singularly by school were categorized, tabulated and graphed, revealing that less than half of rural schools participated in the assessment, as well as a disparity in the index between some communities, especially when compared to the state average. As this index is fundamental in the formatting of educational policies, exposing the situation of these groups is important to guide researchers, managers and teachers engaged in the realities of the field.

Key Words: Rural Communities, Ideb, Tocantins.

Introdução

A educação brasileira acendeu em 1930 com a criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde (BRASIL, 1930), atual Ministério da Educação, mas só em 1961 a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) foi publicada (BRASIL, 1961). O principal caráter desta LDB foi o conservadorismo e privatização, com diminuição de recursos para a educação pública. Ainda na década de 60, foram elaboradas várias leis de ação educacional, com caráter de controle político e ideológico da educação (SHIROMA, 2001). E apenas em 2007 o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) começou a medir o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) via taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2018). O Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007 impõe;

² Professora do Mestrado Nacional Profissional em Ensino de Física – Universidade Federal do Tocantins

³ Técnica de Laboratório – Universidade Federal do Tocantins

⁴ Professor do Mestrado Nacional Profissional em Ensino de Física – Universidade Federal do Tocantins

Art.3º. A qualidade da educação básica será aferida, objetivamente, com base no Ideb, calculado e divulgado periodicamente pelo INEP, a partir dos dados sobre rendimento escolar, combinados com o desempenho dos alunos, constantes do censo escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica – ANEB e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Prova Brasil). (BRASIL, 2007)

Portanto, o Ideb é hoje o principal indicador de qualidade da educação brasileira e os dados das avaliações são disponibilizados por um sistema online de consultas, e desde que começou a ser utilizado para medir a educação básica que muitos trabalhos foram publicados com análises distintas. Utilizando metodologias mistas, Garcia (2016) analisou o Ideb dos municípios que formam a região do ABC paulista, uma das regiões mais industrializadas do país. Realizando várias comparações o trabalho constatou que os índices de qualidade nos anos iniciais, têm aumentado de forma gradual e contínua, demonstrando avanços significativos neste nível do ensino. Fato que não ocorre nos anos finais, segmento em que as escolas não atingem as metas estipuladas pelas diferentes esferas da administração.

Ao comprar o artigo de Garcia (2016) a outros trabalhos, nota-se avanços nos anos iniciais do Ensino Fundamental (EF), mas não nos anos finais, que permanecem estagnados. Para Roitman e Ramos (2011), a cristalização pode significar retrocesso. Padilha (2012) usando o Ideb 2009, relacionou a qualidade do EF II com atributos municipais. Os resultados indicam que as regiões Norte e Nordeste possuem índices mais baixos, onde o Norte detém o segundo maior número de cidades na faixa mais baixas, ademais as metrópoles mostram valores negativos, reforçando o efeito-metrópole nas desigualdades educacionais. Já Gouveia, Souza e Tavares (2009) estudaram as políticas educacionais na Região Metropolitana de Curitiba e Litoral Paranaense, mesclando Ideb e dados socioeconômicos, afirmam que o Ideb tem forte relação com a desigualdade social, ou seja, a exclusão social é reproduzida no âmbito escolar. O que pode fazer do Ideb um instrumento interessante para problematizar as interfaces entre políticas públicas educacionais e de distribuição de renda. Almeida, Delben e Freitas (2013), problematizam sobre a falta de fatores socioeconômicos no cálculo do Ideb

A pretensão do Ideb de sumarizar a qualidade de ensino oferecida a partir desses dois fatores não parece viável, já que incapaz de refletir a realidade das instituições, não apenas pelo que o índice deixa de considerar, em especial o NSE da população atendida, mas também pela forma como mede esses aspectos. ALMEIDA, DELBEN E FREITAS (2013, p. 1156)

Colaboram com essa visão, trabalhos como os de César e Soares (2001), Ferrão e Fernandes (2001), Malavasi (2004), Freitas (2007), Soares (2004) e Soares e Andrade (2006), ou seja, a educação escolar é peculiar e está atrelada as culturas sociais, onde o regionalismo atua fortemente nas escolas. Muito se trata da inserção do cotidiano do aluno no processo ensino, mas as diferenças sociais, culturais, religiosas, raciais, entre outras ainda devem ser muito debatidas. Portanto, estudos sobre educação é muito amplo e está sempre em ascensão. A importância desta temática é indiscutível, assim sendo no presente trabalho não temos a pretensão de discutir a adequação ou eficácia do Ideb, o que se expõe aqui é o índice educacional das instituições de ensino do campo no estado do Tocantins por meio da análise do Ideb, esperando que este diagnóstico seja utilizado como referência para tomada de decisões e norteador para implantação de políticas públicas aos habitantes do campo.

Procedimentos Metodológicos

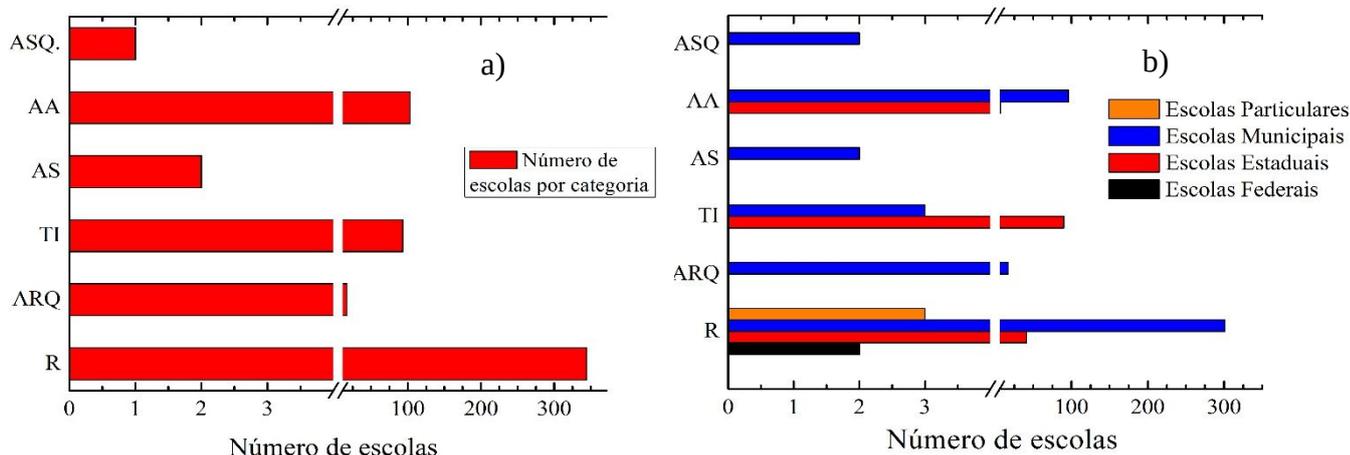
Ao mapear a situação das escolas do campo optamos em estudar, separar e condensar os dados oficiais, em especial o Ideb das escolas em assentamentos, indígenas e quilombolas. Para isto utilizamos dados da Secretaria Estadual de Educação do Tocantins (TOCANTINS, 2017), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (BRASIL, 2010; BRASIL 2017) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (BRASIL, 2018).

Esses dados foram tabelados contendo o nome da escola, as comunidades rurais (Terras Indígenas, Áreas Remanescentes de Quilombos, Áreas Sustentáveis Quilombolas, Áreas de Assentamentos, Rurais e Áreas Sustentáveis), a nota do Ideb de anos iniciais e finais, o número de matrículas e dependência administrativa (município, estado, união ou particular). Posteriormente, os dados foram graficados computacionalmente, avaliados e discutidos. O intuito da pesquisa é usar a nota do Ideb para análises exclusivamente de cunho quantitativo, já que expor estes dados agrega valor às discussões teóricas e qualitativas sobre o tema.

Resultados da pesquisa

Aqui serão apresentados os índices da educação básica das escolas rurais Tocantinense. Destaca-se que com exceção das Figuras 1 e 2, as informações discutidas estão vinculadas as séries avaliadas pelo Ideb no EF (5º e 9º ano). Os dados são expostos utilizando as categorias e nomenclaturas adotadas pelo Inep. Por questões visuais, utilizaremos siglas na formatação das figuras: Terras Indígenas (TI), Áreas Remanescentes de Quilombos (ARQ), Áreas Sustentáveis Quilombolas (ASQ), Áreas de Assentamentos (AA), Rurais (R) e Áreas Sustentáveis (AS). Ainda, devido à grande diferença numérica entre as informações, houve a necessidade de apresentar os gráficos com “quebra” de eixo quantitativo. Ambas as adequações gráficas são para facilitar a leitura e interpretação destes. A Figura 1 apresenta o número de escolas por categorias (comunidades rurais) e dependências administrativas.

Figura 1: Número de escolas por comunidades rurais(a) e (b) por dependência administrativa.

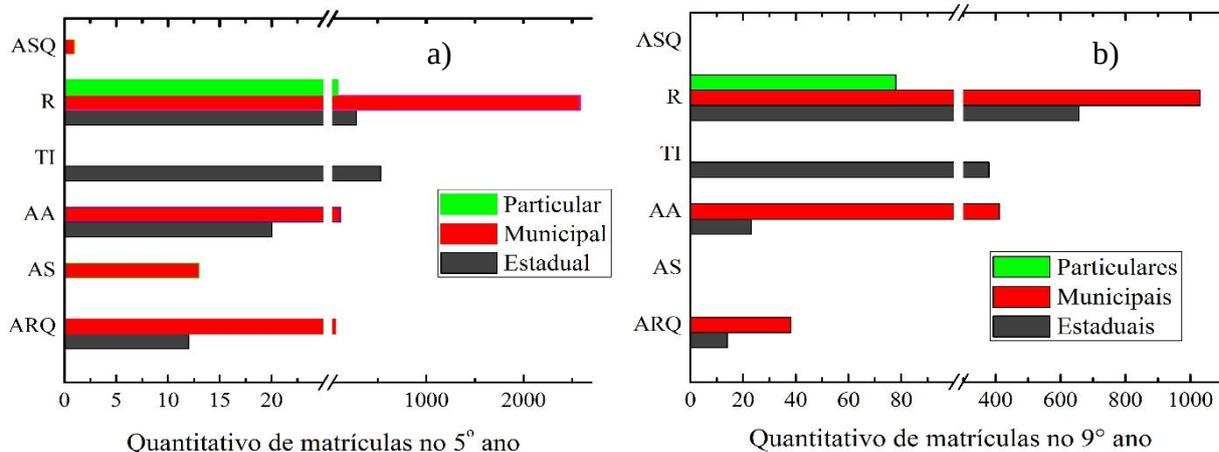


Fonte: Elaborado pelos autores.

Como pode visto na Figura 1-a, não categorizamos as séries atendidas, pois o intuito é mostrar o quantitativo de unidades destinadas a cada comunidade, com destaque ao grupo Rural, que detém quase 320 escolas, seguido dos Assentamentos e Indígenas (em torno de 100 cada). As regiões remanescentes de quilombos dispõem de 70 educandários, e as áreas Sustentáveis e Quilombolas Sustentáveis somam 3 unidades, duas e uma, respectivamente.

Ao separar por dependência administrativa (Figura 1-b), percebe-se a responsabilidade governamental sobre o ensino em cada uma dessas comunidades. Os municípios são grandes responsáveis por oferecer estudo aos moradores do campo, seguido pelo Estado. O governo federal juntamente à rede particular de escolas dispõe de apenas cinco unidades, dois e três, respectivamente. Entre tanto, o diferencial corresponde às comunidades indígenas, que são majoritariamente Estaduais, só três escolas municipais. Já os quilombolas dispõem apenas de educandários mantidos pelos municípios onde estas comunidades estão inseridas. Já nas Figuras 2-a e 2-b podemos analisar o quantitativo de estudantes matriculados no 5° e 9° ano (respectivamente), ou seja, os alunos participantes do Ideb.

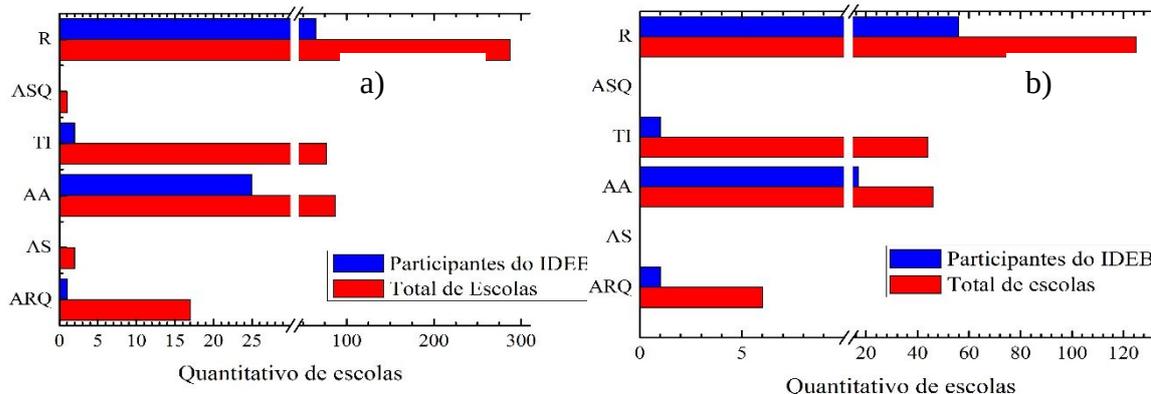
Figura 2: Número de matriculados no Ensino Fundamental, (a) 5° e (b) 9° anos.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Nos gráficos da Figura 2 percebe-se um número maior de matrículas no 5° ano do EF (2-a) quando comparado ao 9° ano (2-b). Esta diferença não indica necessariamente desistência. Aqui não temos dados suficientes para inferir juízo sobre isto, podemos apenas levantar possibilidades, como a evasão e a retenção devido à reprovação. Em ambos os ciclos, o maior número de alunos está na categoria Rural, seguida por Indígenas, Assentados e Quilombolas. Estudantes de ASQ e AS somam apenas 14 matriculados no 5° ano (Figura 2-a). Como apresentado na Figura 1-b, os municípios dispõem o maior número de escolas, refletindo no quantitativo de alunos. Em uma análise das Figuras 2-a e 2-b, nota-se que os municípios atendem grande parte das categorias, exceto os Indígenas, que é acolhida pelo Estado. Ao dividis as Categorias por número de escolas e participantes do Ideb, nota-se similaridade entre os anos iniciais e finais (Figuras 3-a e 3-b), com participação reduzida das escolas no Ideb.

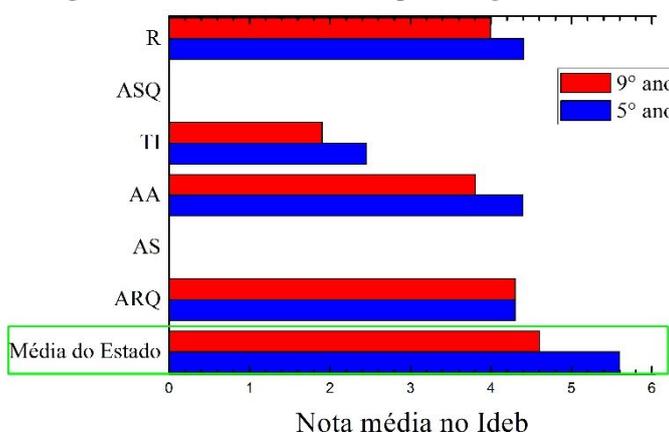
Figura 3: Comparativo do número total de escolas que atendem as comunidades rurais em função do de seus educandários participantes do Ideb, onde (a) representa o 5º ano e (b) o 9º ano.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Como pode ser visto na Figura 3, nenhuma escola em Áreas Sustentáveis participou do Ideb, e apenas quatro escolas indígenas passaram por tal avaliação. Das Áreas Remanescentes de Quilombos apenas duas escolas participaram da avaliação, uma em cada ciclo. Outra relevância é o índice alcançado pelas escolas participantes, portanto comparamos a média das notas do Ideb das séries iniciais e finais (Figura 4). Além disso é possível fazer um comparativo entre as categorias e com a média geral do estado do Tocantins.

Figura 4: Nota média no Ideb por categoria rural.



Fonte: Elaborado pelos autores.

A Figura 4 apresenta a média aritmética simples das notas do Ideb das categorias, esta foi calculada pela soma dos fatores dividida pelo número destes. Dentro do gráfico temos os anos finais em colunas vermelhas e os iniciais em preto. Como observado, não temos notas para as comunidades de Áreas Sustentáveis, já que as escolas destas áreas não participaram do índice. As escolas participantes situadas em sociedades Assentadas, Quilombolas e Rurais, alcançaram média próxima de quatro, praticamente o dobro das escolas Indígenas.

Com exceção das escolas Quilombolas, onde as notas nos anos iniciais e finais são iguais, nas outras categorias os matriculados nas primeiras séries do ensino básico conquistaram uma média de Ideb superior aos alunos dos anos finais, entre 0,2 e 0,3 pontos a mais, ou seja, uma diferença de aproximadamente 7% entre os ciclos. Esta constatação brilha como uma incoerência, pois os estudantes assimilariam menos o conteúdo compatível a suas idades, como mostram os números. Esta disparidade pode estar vinculada a alguns fatores que atingem esta faixa etária, como;

1 - A subsistência camponesa é compartilhada entre a família, e quando as crianças atingem maturidade para manusearem ferramentas ou cuidarem de animais, são integrados a estas atividades (REDE PETECA, 2017), interferindo no desenvolvimento escolar.

2 - Nesta faixa etária ocorre a transição da infância/adulto onde “as conexões entre os neurônios se desfazem para que surjam novas. Simplificando: o cérebro se “desmonta”, reorganiza as partes e em seguida se “monta” novamente, de forma definitiva para a vida adulta”(CAVALCANTE, 2004). 3 - Nos anos finais os estudantes também são avaliados em ciências (INEP, 2015), que não é o caso dos anos iniciais.

Ao compararmos os resultados da Figura 4 com o Ideb médio (5,6 para os anos iniciais e 4,6 para os finais) das escolas do Tocantins, percebe-se que as categorias campestres não alcançam este índice médio, com uma ampla diferença para os Indígenas (menos da metade). Estes dados só corroboram a necessidade de direcionar esforços para estas populações.

Conclusão

Este trabalho apresentou dados das escolas rurais do Tocantins acerca do Ideb. Este índice é basilar na formatação de políticas públicas brasileiras e por tal motivo merece atenção dos pesquisadores, gestores, professores e alunos. Os resultados mostraram um número baixo de escolas do campo participantes do Ideb, bem como uma disparidade das notas destas comunidades, quando comparadas com a média estadual. As escolas Indígenas apresentam índices consideravelmente inferiores. Já as unidades escolares situadas em regiões sustentáveis não foram avaliadas. Além disto, com exceção das escolas quilombolas, em todas as outras categorias as notas do Ideb nos anos finais ficaram abaixo dos anos iniciais.

Como mencionado, o Ideb é usado como indicador nacional que possibilita o monitoramento da qualidade da Educação Básica e é tomado como base para a formulação e implementação de políticas educacionais. Entretanto, deve-se considerar as especificidades das comunidades rurais, e podem não se encaixar da melhor forma nas diretrizes de avaliação do Ideb, pois a realidade do campo é distinta à urbana, exemplo disto são; infraestrutura escolar inferior, baixo número de docentes, salas multisseriadas. Com base nesta consideração, seria possível produzir muitas discussões sobre a eficiência e adequação do Ideb como instrumento de avaliação da qualidade da educação campesina.

Ressalta-se que as comunidades analisadas possuem culturas diferenciadas entre si, e se comparadas com sociedades urbanas, principalmente as grandes metrópoles, esta discrepância torna-se imensamente distante. Portanto, cabe inferir, que o Ideb deve ser usado como uma ferramenta de observação e orientação para o melhoramento educacional da população rural, e não como um método pejorativo de desenvolvimento.

Referências

- ALMEIDA, Luana Costa, DALBEN, Adilson e FREITAS, Luiz Carlos de. **O Ideb: limites e ilusões de uma política educacional**. Educação & Sociedade, vol.34 nº 125, Campinas, 2013.
- BRASIL. **Decreto N.º 19.402, de 14 de novembro de 1930**. Cria uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, 1930. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/d19402.pdf> Acesso em: 10 out. 2019.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Legislação Informatizada - **Lei N° 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 22 out. 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007**, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm Acesso em: 22 out. 2019.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/> Acesso em: 10 jul. 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). **Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2018**, 2018. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485745/RELAT%C3%93RIO+DO+SEGUNDO+CICLO+DE+MONITORAMENTO+DAS+METAS+DO+PNE+2018/9a039877-34a5-4e6a-bcfd-ce93936d7e60?version=1.17>. Acesso em 18 dez. 2019.
- CAVALCANTE, Meire. **Adolescentes - Entender a Cabeça dessa Turma é a Chave para Obter um Bom Aprendizado**. Nova Escola. Seção Gestão Escolar, 2004. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/408/adolescentes-entender-a-cabeça-dessa-turma-e-a-chave-para-obter-um-bom-aprendizado>. Acesso em: 17 jun. 2019.
- CÉSAR, Cibele Comini; SOARES, José Francisco. **Desigualdades acadêmicas induzidas pelo contexto escolar**. Revista Brasileira de Estudos Populacionais, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1/2, 2001.
- FERRÃO, Maria Eugénia; FERNANDES, Cristiano. **A escola brasileira faz diferença? Uma investigação dos efeitos da escola na proficiência em matemática dos alunos da 4ª série**. In: FRANCO, C. (Org.). Avaliação, ciclos e promoção na educação. Porto Alegre: Artmed, 2001. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Cristiano_Fernandes2/publication/267224762_A_Escola_brasileira_faz_diferenca_Uma_investigacao_dos_efeitos_da_escola_na_proficiencia_em_Matematica_dos_alunos_da_4_a_serie_por/links/56fa811a08aeb8947e82a332.pdf?origin=publication_detail Acesso em: 5 abr. 2019.
- FREITAS, Luiz Carlos de. **Eliminação adiada: o ocaso das classes populares no interior da escola e a ocultação da (má) qualidade do ensino**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 28, n. 100 - Especial, 2007.
- GARCIA, Paulo Sérgio; et al. **Desempenho escolar: uma análise do IDEB dos municípios da região do ABC**. Revista Eletrônica de Educação, v. 10, n. 2, 2016.
- GOUVEIA, Andréa Barbosa; SOUZA, Ângelo Ricardo de; TAVARES, Taís Moura. **O IDEB e as políticas educacionais na região metropolitana de Curitiba**. Estudos em avaliação educacional. v. 20, n. 42, 2009. •
- INEP. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2015. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/dados> Acesso em: 21 jun. 2019.
- MALAVASI, Maria Marcia Sigríst; et al. **Dialética da inclusão e da exclusão: por uma qualidade negociada e emancipadora nas escolas**. In: Geraldí, Corinta Maria Grisolia; Riolfi, Claudia Rosa; Garcia, Maria de Fátima (org). Escola viva: elementos para a construção de uma educação de qualidade social. São Paulo: Mercado de Letras, 2004.
- PADILHA, Frederica; et al. **As regularidades e exceções no desempenho no Ideb dos municípios**. Estudo em Avaliação Educacional. São Paulo, v. 23, n. 51, 2012
- REDE PETECA. **Trabalho de crianças no campo cresce e preocupa, mostra estudo da Abrinq**, 2017. Disponível em:

<http://www.chegadetrabalhoinfantil.org.br/noticias/materias/trabalho-de-criancas-no-campo-cresce-e-preocupa/> Acesso em: 21 jun.2019.

ROITMAN, Isaac; RAMOS, Mozart Neves. **A urgência da educação**. São Paulo: Editora Moderna, 2011.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. Política Educacional. Rio de Janeiro: Lamparina, 4ªed., 2011

SOARES, José Francisco. **O efeito da escola no desempenho cognitivo de seus alunos**. Reice: Revista Eletrônica Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación, v. 2, n. 2, 2004.

SOARES, José Francisco; ANDRADE, Renato Júdice de. **Nível socioeconômico, qualidade e eqüidade das escolas de Belo Horizonte**. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas Educacionais, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, 2006.

TOCANTINS. **Censo escolar 2017**. Fornecido pela Secretaria Estadual de Educação e Cultura do Estado do Tocantins. Palmas, 2017.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Perguntas e Respostas: O que é o Ideb e para que ele Serve?** 2018. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/conteudo/perguntas-e-respostas-o-que-e-o-ideb-e-para-que-ele-serve> Acesso em: 26 nov. 2019.

Enviado em 30/04/2020

Avaliado em 15/06/2020

ESTUDO DE CASO DAS DOENÇAS DIARREICAS AGUDAS EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, DA CIDADE DE ARAGUAÍNA-TO.

Claudia Dias de Lima⁵

Karine Sousa Paxeco⁶

Nilciane Pinto Ribeiro de Sousa⁷

Domenica Palomaris Mariano de Souza⁸

Resumo

As parasitoses intestinais são doenças cujos agentes etiológicos são helmintos ou protozoários (destacando-se a *Giardia lamblia*). A pesquisa objetivou realizar um levantamento do número de casos de doenças diarreicas agudas e de giardíase em uma Unidade Básica de Saúde (UBS), em Araguaína - TO. Os dados revelaram que o ano de 2015 apresentou 14 casos da doença. Com relação a faixa etária, houve uma prevalência de número de casos em adultos (22 a 52 anos). Apesar das infecções feco-orais acometerem mais crianças, o baixo número de casos verificados na pesquisa pode estar associado a uma maior procura de adultos a UBS.

Palavras-chave: Parasitose, *Giardia lamblia*, Doença.

Abstract

Intestinal parasitosis are diseases whose etiologic agents are helminths or protozoa (especially *Giardia lamblia*). The research aimed to carry out a survey of the number of cases of acute diarrheal diseases and giardiasis in a Basic Health Unit (BHU), in Araguaína - TO. The data revealed that the year 2015 presented 14 cases of the disease. Regarding the age group, there was a prevalence of the number of cases in adults (22 to 52 years old). Although fecal-oral infections affect more children, the low number of cases found in the survey may be associated with an increased demand for adults at BHU.

Keywords: Parasitosis, *Giardia lamblia*, Disease.

Introdução

As enteroparasitoses ou parasitoses intestinais são doenças cujos agentes etiológicos são helmintos ou protozoários. No Brasil, a incidência desses parasitos é extremamente elevada, principalmente em populações que apresenta condições inferiores ao grau socioeconômico (BORGES; MARCIANO; OLIVEIRA 2011).

Em alguns ambientes é possível observar a relação entre as doenças e a falta de saneamento, caracterizado pelo abastecimento deficiente de água, o esgotamento sanitário inadequado, a contaminação por resíduos sólidos e as condições precárias de moradia. Desse modo é necessária a conservação de limpeza dos locais impedindo acúmulo de resíduos, a fim de evitar a propagação dessas afecções (MOURA; LANDAU; FERREIRA, 2010).

⁵ Mestranda em Ensino de Ciências e Matemática pela Universidade Federal do Tocantins.

⁶ Mestranda em Ensino de Ciências e Matemática pela Universidade Federal do Tocantins.

⁷ Licenciada em Biologia pela Universidade Federal do Tocantins unidade Cimba de Araguaína.

⁸ Docente do curso de Licenciatura em Biologia da Universidade Federal do Tocantins unidade Cimba de Araguaína.

Entre as enteroparasitoses prevalentes destaca-se a giardíase infecção intestinal causada pelo protozoário *Giardia lamblia*, parasita microscópico, cosmopolita e encontrado em regiões com más condições de saneamento e de água contaminada (GARCIA; SIMÕES; ALVARENGA, 2006).

No Brasil a frequência da giardíase varia com relação à população e a localidade da pesquisa, não sendo essa disseminação considerada superior nas populações pediátricas (MACHADO et al., 1999). A forma de transmissão da *G. lamblia* se dá pelo consumo de cistos infectantes por meio de água ou alimentos contaminados, ou ainda pela via fecal-oral direta. Os principais sinais e sintomas associados a parasitose incluem náuseas, perda de peso, dor abdominal e diarreia (SANTANA et al., 2014). Ressalta-se que em pré-escolares e escolares as infecções parasitárias podem contribuir para o baixo rendimento do aprendizado, devido aos episódios de diarreia e desnutrição.

As doenças diarreicas agudas são doenças infecciosas que englobam um número maior de agentes causais como os vírus, as bactérias e os protozoários. Assim como nas enteroparasitoses as principais manifestações clínicas são caracterizadas pelo aumento no número de evacuações com fezes pouco consistentes e diarreias, vômitos, dores abdominais e febre. Nos países em desenvolvimento, as doenças diarreicas agudas afetam todas as faixas etárias e estão relacionadas às situações precárias de saneamento básico, consumo de água e alimentos infectados por esses agentes etiológicos (BRASIL, 2004).

Nas últimas décadas, embora a população brasileira Brasil tenha experimentado melhoras na qualidade de vida, as enteroparasitoses e as doenças diarreica agudas, ainda são endêmicas em diversas áreas do país, constituindo um problema relevante de Saúde Pública. Pesquisas de prevalência são fundamentais não só para mensurar os números em casos de morbidade relacionadas com essas parasitoses, mas também para se obter planejamento de ações governamentais (LIMA, 2014). Atualmente, na cidade de Araguaína/TO a ocorrência das enteroparasitoses e das doenças diarreicas agudas são subestimadas, o que impede medidas de controle específicas e bem direcionadas às populações mais suscetíveis.

Esta pesquisa objetivou realizar um levantamento dos casos de doenças diarreicas agudas em uma Unidade Básica de Saúde do município de Araguaína, TO, no período de janeiro de 2015 a janeiro 2017.

Ações metodológicas utilizadas

A presente pesquisa trata-se de um estudo de campo de caráter qualitativo que buscou realizar o levantamento de casos de doenças diarreicas agudas em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) inaugurada no dia 13 de novembro de 2013 localizada na cidade de Araguaína- TO, entre os anos de 2015 a 2017.

Os dados de 2015 foram coletados de prontuários manuais alocados em arquivos. No ano de 2016 as informações foram retiradas do Prontuário Eletrônico do Paciente (PEP). A informatização dos prontuários permite anexar recursos especializados na coleta de dados durante a consulta médica, o histórico de atendimentos nos demais serviços de saúde, a prescrição e visualização de exames, e encaminhamentos para outras especialidades (JATENE; CONSONI; BERNARDES, 2012). Ainda, essa forma de arquivamento evita perdas e a deterioração, comumente observadas em prontuários de papel.

Para essa pesquisa foram coletados os seguintes dados: sexo, idade, ocupação, grau de escolaridade e setor (bairro). Para a realização desse estudo foi solicitada autorização a Secretaria de Saúde do Município de Araguaína e mediante a autorização procedeu-se a coleta de dados.

Resultados e discussão

Ao realizar o levantamento dos prontuários verificou-se que pacientes que apresentavam manifestações clínicas compatíveis com as enteroparasitoses ou doenças diarreicas agudas, foram submetidos a exames parasitológicos. No prontuário o encontro da palavra positivo confirmava o diagnóstico para as enteroparasitoses ou doenças diarreicas agudas. Em apenas uma ficha o agente causal *Giardia lamblia* foi identificado.

A ocorrência de um único registrado de *G. lamblia* no ano de 2015 pode ser atribuída sintomatologia inespecífica da doença, bem como, ao método de preenchimento adotado baseado na positividade ou negatividade dos exames. É sabido que nas infecções sintomáticas pela *G. lamblia* o indivíduo pode apresentar diarreia crônica, cólicas abdominais, sensação de distensão, bem como, perda de peso e desidratação (MALTEZ, 2012). Essas manifestações podem ser facilmente confundidas com outras doenças que cursam com sinais e sintomas semelhantes, como aquelas produzidas por vírus, bactérias, helmintos e outros protozoários.

Outro fator que pode ser relacionado aos poucos casos registrados, deve-se a cultura da procura de hospitais para o atendimento de casos que poderiam ser tratados pelas Unidades Básicas de Saúde (CAMPOS et al., 2014). É relatada que a dificuldade na marcação de consultas (AZEVEDO; COSTA, 2007), bem como a demora na realização ou na entrega de exames, contribui para que a população evite o acesso inicial aos serviços de atenção básica (MARIN et al., 2013).

A tabela 1 apresenta os dados numéricos por ano e sexo dos indivíduos que apresentaram positividade nos exames parasitológicos.

SEXO	2015	2016	2017
Masculino	6	1	1
Feminino	8	3	1
Total de Casos	14	4	2

Tabela 1. Dados positivos nos exames parasitológicos de indivíduos atendidos no período de 2015 a 2017, em uma UBS no município de Araguaína, TO.

Embora seja relatado que mulheres recorram mais aos serviços de atenção primária à saúde do que homens (GOMES; NASCIMENTO; ARAÚJO, 2007), o número de mulheres que apresentaram positividade para essas afecções foi maior ou igual ao de homens atendidos no mesmo período na UBS, demonstrando que essas doenças afetam igualmente ambos os sexos.

No presente levantamento verifica-se que jovens e adultos de 22 a 52 anos e crianças entre 5 a 10 anos são afetados por essas morbidades. Embora as infecções feco-orais acometam mais crianças (MALTEZ, 2012), o baixo número de casos verificados nessa faixa etária poderia estar associado ao perfil de usuários que procuram a UBS composto predominantemente por jovens e adultos, e que possuem noções hábitos e noção de higiene mais distinguível que crianças.

A ocorrência de casos positivos em todos os setores poderia ser explicada pela precariedade dos serviços de saneamento básico da região, apontado como um dos fatores de risco para a transmissão da doença. Ainda, que a contaminação do solo, poluição dos lençóis freáticos e a ocupação desordenada sejam presentes no Município, observa-se a diminuição do número de casos positivos no período estudado. Dados do ano de 2014 informaram que apenas 13% do esgoto doméstico da população de Araguaína recebem tratamento, sendo o setor Araguaína Sul beneficiado com as obras já concluídas (Dados Prefeitura de Araguaína).

Considerações finais

A ocorrência dos casos das enteroparasitoses ou doenças diarreicas agudas são frequentemente associadas a precariedade das condições de saneamento básico. Contudo no estudo realizado no município de Araguaína, que trata apenas 13% do esgoto doméstico da população, observa-se na UBS onde foi realizada o presente estudo, a baixa ocorrência de casos positivos para essas morbidades nos anos de 2015 a 2017.

Os registros apontam que homens, mulheres, adultos e crianças são igualmente acometidos. Embora a *Giardia lamblia* seja endêmica em diversos lugares do Brasil, nesse estudo apenas um prontuário continha o diagnóstico da doença. Os dados analisados de forma conjunta sugerem que o baixo número de registros pode estar associado a diversos fatores como: pacientes assintomáticos, sintomatologia inespecífica desse grupo de doenças e tratamento doméstico para episódios de diarreia aguda.

Ainda contribui para esses achados, a prática culturalmente arraigada de por serviços hospitalares para cuidar de casos que poderiam ser resolvidos pelos serviços de atenção primária. Por meio desse estudo preliminar foi possível conhecer a dinâmica, bem como, identificar o perfil dos usuários atendidos pela UBS a fim de fortalecer futuras parcerias e estabelecer pesquisadas direcionadas a realidade local.

Referências bibliográficas

- AZEVEDO, A. L. M.; COSTA, A. M. The narrow entrance door of Brazil's National Health System (SUS): an evaluation of accessibility in the Family Health Strategy. *Interface - Comunic. Saúde, Educ.* 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/2010nahead/3010.pdf>>. Acesso em 21 de fev. 2018.
- BORGES, W.F.; MARCIANO, F. M.; OLIVEIRA, H. B. Parasitos intestinais: Elevada Prevalência de *Giardia lamblia* em pacientes atendidos pelo Serviço Público de Saúde da região Sudeste de Goiás. Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão, GO, Brasil, v.40, 2011.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Doenças infecciosas e parasitárias: guia de bolso. 4. ed. ampl.– Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_bolso_4ed.pdf. Acesso 04 de Mar.2018.
- CAMPOS et al. Avaliação da qualidade do acesso na atenção primária de uma grande cidade brasileira na perspectiva dos usuários. *RIO DE JANEIRO, V. 38, N. ESPECIAL, P. 252-264, Out/ 2014*. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v38nspe/0103-1104-sdeb-38-spe-0252.pdf>>. Acesso em 22 Fev.2018.
- GARCIA, J. G. D.; SIMOËS, M. J. S.; ALVARENGA, V. L. S. Avaliação de diferentes métodos no diagnóstico laboratorial de *Giardia Lamblia*. *Revista Ciência Básica*. v.27, n.3,p.253-258, 200. Disponível em: <http://servbib.fcfa.unesp.br/seer/index.php/CienFarm/article/viewFile/389/373>. Acessado em: 24 Out.2017.
- GOMES, R.; NASCIMENTO, E. F.; ARAÚJO, F. C. Por que os homens buscam menos os serviços de saúde do que as mulheres? As explicações de homens com baixa escolaridade e homens com ensino superior. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro 23 (3):565-574, mar/2007. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/0765.pdf>. Acessado em 20 fev//2018.
- JATENE, D. A.; CONSONI, F. L.; BERNARDES, R. C. Avaliação da Implementação do Prontuário Eletrônico do Pacientes e Impactos na Gestão dos Serviços Hospitalares: a experiência do InCor – Instituto do Coração, EnANPAD. Rio de Janeiro, Setembro 2012. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2012_GCT2188.pdf>. Acessado em 21 fev.2018.
- LIMA, A. S. S. Prevalência de Parasitoses intestinais em Escolas. Trabalho de conclusão de Curso (TCC) Universidade Federal de Minas Gerais, 2014. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/4763.pdf>. Acessado em 05 de Nov. 2017.

MACHADO, R. C. et al. Giardíase e helmintíases em crianças de creches e escolares de 1º e 2º graus (Públicas e Privadas) da cidade de Mirassol (SP, Brasil). Revista da sociedade. 1999. Disponível em :<http://files.msjoeloliveira.webnode.com.br/200000253-6e15c6f10c/Artigo7-%20Giard%C3%ADase%20e%20Helmint%C3%ADase%20-%200868.pdf>.

MALTEZ, D. S. Manual das doenças transmitidas por alimentos. São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.saude.sp.gov.br/resources/cve-centro-vigilanciaepidemiologica/areas-devigilancia/doencas-transmitidas-por.aguaealimentos/doc/parasitas/giardiasse.pdf>.> Acessado em 21 de fev. 2018.

MARIN et al. Fortalezas e Fragilidades Do Atendimento Nas Unidades Básicas De Saúde Tradicionais e Da Estratégia De Saúde Da Família Pela Ótica Dos Usuários. Texto Contexto Enferm. Florianópolis, 2013 Jul-Set; 22(3): 780-8. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v22n3/v22n3a26.pdf>>. Acessado em 22 Fev.2018.

MOURA, L.; LANDAU, E. C.; FERREIRA, A. D. M. Doenças Relacionadas ao Saneamento Ambiental Inadequado (DRSAI), 2010.

<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/157835/1/GeoSaneamento-Cap08.pdf>. Acessado em 24 de jan. 2018.

SANTANA et al. Atualidades sobre a giardíase. Revista infectologia, São Paulo, v. 102, n. 1, jan./fev.2014. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/274074799_Atualidades_sobre_giardiasse. Acesso em: 10 Nov.2017.

Enviado em 30/04/2020

Avaliado em 15/06/2020

LEVANTAMENTO DOS DADOS RELATIVOS AOS ÚLTIMOS QUATRO ANOS SOBRE A DENGUE NO MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA, TOCANTINS.

Claudia Dias de Lima⁹

Nilciane Pinto Ribeiro de Sousa¹⁰

Mario Pereira Rocha¹¹

Domenica Palomaris Mariano de Souza¹²

Resumo

A dengue é uma doença infecciosa causada pelo um arbovírus do gênero Flavivirus. A doença é transmitida pela fêmea infectada do vetor *Aedes aegypti*. Atualmente é uma das mais importantes doenças tropicais cuja prevalência vem aumentando nas últimas décadas. A pesquisa objetivou coletar dados referente à ocorrência de dengue registrados pelo Centro de Controle de Zoonoses (CCZ), no período de 2016 a 2019 no município de Araguaína – TO. Os dados foram obtidos junto ao CCZ. Esse estudo apontou para a necessidade de ações junto à população para eliminação de criadouros e abrigos que favoreçam a proliferação do vetor.

Palavras-chave: Arboviroses; *Aedes aegypti*; Dengue.

Abstract

Dengue is an infectious disease caused by an arbovirus of the genus Flavivirus. The disease is transmitted by the infected female of the *Aedes aegypti* vector. It is currently one of the most important tropical diseases whose prevalence has been increasing in recent decades. The research aimed to collect data regarding the occurrence of dengue recorded by the Zoonosis Control Center (CCZ), in the period from 2016 to 2019 in the municipality of Araguaína - TO. The data were obtained from the CCZ. This study pointed to the need for actions with the population to eliminate breeding sites and shelters that favor the proliferation of the vector.

Keywords: Arboviroses; *Aedes aegypti*; Dengue.

Introdução

A dengue é uma doença infecciosa causada pelo arbovírus do gênero Flavivirus, pertencente à família Flaviviridae e possui quatro sorotipos descritos DEN-1, DEN-2, DEN-3 e DEN-4. O ciclo da doença envolve a fêmea do vetor *Aedes aegypti* que torna-se infectada após realizar o repasto sanguíneo em um hospedeiro contaminado com um dos sorotipos virais. Atualmente é uma das mais importantes doenças tropicais cuja prevalência vem aumentando no mundo nas últimas décadas, sendo considerado um grave problema de saúde pública internacional (LUPI et al., 2007).

No Brasil, o vetor da espécie *Aedes aegypti* é o mais importante na transmissão da dengue e da febre amarela. O *A. aegypti* apresenta hábito diurno e doméstico. A oviposição é realizada em coleções de água limpa, os ovos são resistentes à dessecação ambiental e apresentam excelente capacidade adaptativa a situações ambientais desfavoráveis (WHO, 2002).

⁹ Mestranda em Ensino de Ciências e Matemática pela Universidade Federal do Tocantins.

¹⁰ Mestranda em Ensino de Ciências e Matemática pela Universidade Federal do Tocantins

¹¹ Licenciado em Biologia pela Universidade Federal do Tocantins unidade Cimba de Araguaína

¹² Docente do curso de Licenciatura em Biologia da Universidade Federal do Tocantins unidade Cimba de Araguaína

Desde 1985 no Brasil são desenvolvidas campanhas educativas institucionais pelos órgãos da área da saúde, com a finalidade de informar à população sobre a transmissão de doenças. Em relação a dengue, o foco principal é o combate dos vetores com as ações concentradas nos períodos chuvosos que corresponde ao aumento da infestação dos vetores (TAUIL, 2002).

As medidas preventivas vigentes envolvem a participação dos governos Federal, Estadual e Municipal, o engajamento da comunidade e controle biológico e genético do vetor. No ano de 2002 devido ao aumento da incidência da dengue, da introdução do sorotipo DEN-3 e dos aumentos de Febre Hemorrágica da Dengue (KOKOZA et al., 2000) o Ministério da Saúde instituiu o Programa Nacional de Controle da Dengue (PNCD). Naquele momento, as medidas profiláticas baseadas apenas no controle químico e biológico do vetor, sem o envolvimento da comunidade civil já se demonstravam ineficazes em conter a epidemia (BRASIL, 2002; PENNA, 2003).

Dados do Ministério da Saúde apontam que o número de casos de dengue no Estado de Tocantins no mês de abril do ano de 2019 cresceu 1.599% em comparação ao ano anterior do mesmo período, e até o dia 30 de março deste ano, o Estado já havia notificado 10.691 casos da doença (BRASIL, 2019). Neste cenário epidemiológico o Tocantins lidera o primeiro lugar de número de casos da doença no Brasil. Essa pesquisa tem por objetivo realizar o levantamento da epidemia de dengue no Brasil, com ênfase no número de casos registrados da doença nos últimos quatro anos na cidade de Araguaína - TO.

Ações metodológicas utilizadas

O presente trabalho foi realizado na cidade de Araguaína, Região Norte do Estado do Tocantins e foi utilizada a pesquisa documental de cunho qualitativo/quantitativo para obtenção dos objetivos proposto.

Os dados foram coletados de prontuários manuais obtidos de arquivos do controle do Centro de Controle de Zoonoses dos anos de 2016 a 2019, mediante a autorização da Secretaria de Saúde do Município de Araguaína e do Diretor responsável pela unidade. As informações utilizadas dos prontuários foram: números de casos confirmados, números de casos suspeitos, dengue com sinais de alerta e bairros de maior número de ocorrência da doença. Os resultados foram tabulados e apresentados em gráficos.

Para o levantamento bibliográfico foram utilizados artigos científicos disponíveis nas plataformas de busca *Google Acadêmico*, *Periódicos Capes* e *SciELO*, também foram consultados manuais publicados pelo Ministério da Saúde e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os aspectos históricos da doença, as principais descobertas, a biologia do vetor, a epidemiologia e os fatores contribuintes para proliferação da dengue, também foram considerados nesse estudo.

Resultados e discussão

Os maiores índices da doença transmitidas pelo vetor no município de Araguaína foram registrados entre os meses de fevereiro a maio, podendo ser explicado pelo período marcado por intensas chuvas no estado do Tocantins, propiciando a eclosão de ovos latentes e o aparecimento de criadores, que favorecem a proliferação do mosquito.

Os dados obtidos no Centro de Controle de Zoonose de Araguaína nos anos de 2016, 2017, 2018 e no primeiro semestre de 2019 são ilustrados no Gráfico e as seguintes informações são apresentadas: número de casos registrados que corresponde ao total de ocorrências confirmadas da doença no período estudado; casos descartados que são aqueles que não atende aos critérios de necessários para a confirmação da dengue e dengue com sinal de alarme caracterizado por casos da doença com manifestações que precedem os sinais dos agravos hemorrágicos e a insuficiência

circulatória da febre hemorrágica da dengue (BRASIL, 2012).

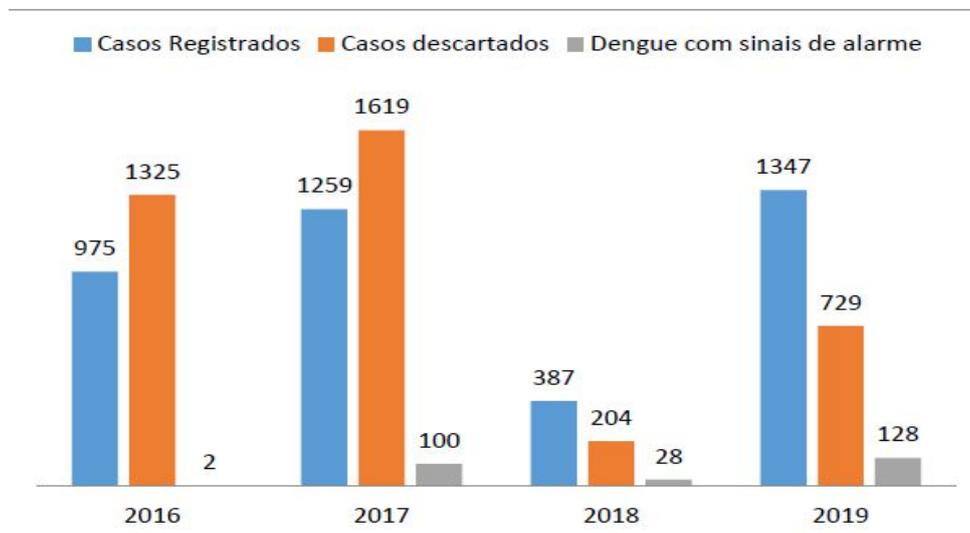


Gráfico 1 – Número de casos registrados, descartados e dengue com sinais de alarme obtidos do Centro de Controle de Zoonose de Araguaína -TO entre os anos de 2016 até o primeiro semestre de 2019. Fonte: autores, 2019.

Em relação ao número de casos registrados em Araguaína no ano de 2018 foi observada uma expressiva redução desse parâmetro, em comparação aos dois anos anteriores. No ano de 2017 o número de casos registrados aumentou em todo o território nacional e o maior número de casos prováveis foram registrados na região Nordeste (81.769), seguido das regiões Centro-Oeste (68.571), Sudeste (48.480), Norte (20.741) e Sul (2.739) (BRASIL, 2017). A redução observada no município de Araguaína pode ser atribuída às medidas de combate ao mosquito, por meio de campanhas e intensa visitação aos domicílios que resultaram na diminuição dos casos.

Entretanto no ano de 2018 já era apontada a reemergência da epidemia de dengue nas regiões Sudeste e Centro-Oeste do Brasil após dois anos de queda (BRASIL, 2019), e no primeiro semestre de 2019 foi constatado o aumento do número de casos da doença em Araguaína. Essa alternância entre aumento e diminuição do número de casos pode ser relacionada ao próprio ciclo epidemiológico da dengue, isso porque após fortes epidemias ocorre a redução no número de pessoas suscetíveis a cada sorotipo do vírus em circulação (BRASIL, 2019). Também em 2018 houve a redução dos casos descartados em relação aos anos de 2016 e 2017, porém a elevação observada no primeiro semestre de 2019 é justificada pelo fato da dengue ser uma doença de notificação compulsória e todos os casos suspeitos devem ser registrados até que haja a confirmação pelo diagnóstico laboratorial (BRASIL, 2016).

Os dados referentes aos casos da dengue com sinais de alarme foram elevados nos anos de 2017 e no primeiro semestre de 2019, e essa ocorrência sugere a circulação de outros sorotipos associados as formas hemorrágicas da doença. A cidade de Araguaína está localizada em uma área de fronteira entre as regiões Norte e Nordeste, e tal conjuntura pode favorecer a alternância da circulação dos diferentes sorotipos da dengue. Reforça essa hipótese o estudo realizado pelo

Ministério da Saúde com 1453 amostras que apresentou a seguinte tendência de circulação dos sorotipos no ano de 2017: DENV1 40%, DENV2 54,3%, DENV3 4,3% e DENV4 1,3% (BRASIL, 2017). Historicamente a circulação do sorotipo DENV2 no início dos anos 1990 cursaram com os primeiros diagnósticos da febre hemorrágica da dengue, ainda estudos apontam que os sorotipos DENV2 e DENV3 tendem a ser mais agressivos e estão associados ao aumento das manifestações dos casos graves da dengue (VARELLA; JARDIM, 2009). Além disso, a alternância da circulação dos sorotipos propicia o aumento do número de infecções, pois a maioria da população ainda não está especificamente imunizada para o novo antígeno circulante. Uma vez que a dengue gera imunidade apenas contra o sorotipo viral que tenha causado a doença, o indivíduo que já tenha sido infectado com o DENV1 tem a chance de ser contaminado por outro sorotipo e desenvolver formas mais graves da doença (MARTINS; CASTIÑEIRAS, 2008).

Nesse estudo os locais que registraram os maiores focos do mosquito vetor foram os bairros São João e Araguaína Sul, respectivamente. O bairro São João é o mais antigo da cidade, localizado na área central caracterizado por edificações antigas, difícil acesso para a limpeza de calhas e caixas d'água e com rede de esgoto em processo de implantação. O setor Araguaína Sul embora possua rede de esgoto parcial, apresenta grande área territorial e muitos lotes baldios que são utilizados para despejo irregular de resíduos como garrafas, latas, vidros, troncos de árvores e restos de construções. Contudo, ao realizarem a busca pelos focos do mosquito vetor os agentes de endemias do município constataram que os criadouros estão presentes dentro das residências e não em lotes baldios, demonstrando a adaptação sinantrópica dessa espécie.

Segundo Nunes (2011) a infraestrutura básica urbana inadequada, falta de saneamento básico, acúmulo de lixo, reservatórios de águas sem tratamento são fatores que favorecem a circulação vírus e de seus vetores. O saneamento básico visa reduzir os criadouros do mosquito de forma que aporte a quantidade adequada de água para evitar o seu armazenamento em recipientes que servirão para oviposição do mosquito; reciclagem ou destruição de recipientes sem utilização; proteção (cobertura) de recipientes úteis e tratamento ou eliminação de criadouros naturais. Outros fatores contribuintes para a epidemia são a falta de vacina no combate ao vírus, à força de morbidade do agente infeccioso, a capacidade do *Aedes aegypti* de ser adaptar ao ambiente urbano densamente povoado e com a negligência da população que geram habitats ideais para este mosquito, tornam o combate à dengue uma tarefa difícil mesmo com os atuais meios disponíveis para sua prevenção (GUBLER, 2002).

Considerações finais

A coleta de dados referente à ocorrência de dengue registrados pelo Centro de Controle de Zoonoses (CCZ), nos últimos quatro anos no município de Araguaína – TO apontou alternâncias de aumento e diminuição do número de casos da doença compatíveis com a tendência nacional. O aumento dos casos de dengue com sinal de alarme sugere a circulação de novos sorotipos na região como DENV2 e DENV3 vindos de áreas de fronteiras e que estão associadas as manifestações graves da doença. Esse estudo apontou que os bairros São João e a Araguaína Sul registraram os maiores focos do mosquito vetor e estes estão localizados predominantemente no ambiente domiciliar e não em lotes baldios.

Os aumentos do número de casos da dengue no primeiro semestre de 2019 apontam para a necessidade de ações junto à população para eliminação de criadouros e abrigos que favoreçam a proliferação do mosquito vetor. Além disso, os investimentos em métodos diagnósticos imunológicos são essenciais para a identificação dos sorotipos virais circulantes na região a fim de evitar a propagação dos antígenos virais, proporcionar o tratamento adequado e fortalecer as medidas de vigilância epidemiológica para essa área geográfica.

Referências bibliográficas

- BRASIL. Ministério da Saúde. Programa Nacional de Controle da Dengue (PNCD). 2002. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pncd_2002.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2019.
- BRASIL. Secretaria de Vigilância em Saúde. Ministério da Saúde. Dengue: situação epidemiológica (de janeiro a abril de 2012). Boletim Epidemiológico, Brasília, v. 43, n. 1, p.11-15, 2012.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Dengue: diagnóstico e manejo clínico: adulto e criança [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. – 5. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2016.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Saúde. Monitoramento dos casos de dengue, febre de chikungunya e febre pelo vírus Zika até a Semana Epidemiológica 35, 2017. Boletim Epidemiológico, Brasília - DF, v. 48, n. 29, p.1-13, 02 set. 2017. Disponível em:<<http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2017/setembro/15/2017-028-Monitoramento-dos-casos-de-dengue--febre-de-chikungunya-e-febre-pelo-virus-Zika-ate-a-Semana-Epidemiologica-35.pdf>>. Acesso em: 09 ago. 2019.
- BRASIL, Ministério da Saúde. Ministério da Saúde alerta para aumento de 149% dos casos de dengue no país. Publicado em 26 de Fevereiro de 2019. Disponível em:<<http://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/45257-ministerio-da-saude-alerta-para-aumento-de-149-dos-casos-de-dengue-no-pais>>. Acesso em 07 de Jul. de 2019.
- GUBLER, D.J. The global emergence/resurgence of arboviral diseases as public health problems. Arch. Med. Res., 33: 330-342; 2002.
- KOKOZA, V.; AHMED, A.; CHO, W.L.; JASINSKIENE, N. et al. Engineering blood meal-activated systemic immunity in the yellow fever mosquito, *Aedes aegypti*. Proc Natl Acad Sci; 97(16): 9144-9; 2000.
- LUPI, O.; CARNEIRO, C.G.; COELHO, I.C.B. Manifestações mucocutâneas da dengue. An Bras Dermatol;82(4):291-305; 2007.
- MARTINS, F. S. V. & CASTIÑEIRAS, T. M. P. P. (2008). Cives: Centro de informação em saúde para viajantes. URL: <http://www.cives.ufrj.br/informacao/dengue/den-iv.html> – Acesso em: 04/07/2019
- NUNES, J.S. Dengue: Etiologia, patogênese e suas implicações a nível global. 2011. 59 f. Tese (Doutorado) - Curso de Medicina, Universidade da Beira Interior Ciências da Saúde, Covilhã, 2011.
- PENNA, M.L.F. Um desafio para a saúde pública brasileira: o controle do dengue. Cad Saúde Pública; 19:305-9; 2003.
- VARELLA, D.; JARDIM, C. Coleção Doutor Drauzio Varella: Guia Prático de Saúde e Bem-estar: Dengue e Febre Amarela. São Paulo: Gold Editora Ltda, 2009.
- WHO - World Health Organization. Dengue prevention and control. Geneva: World Health Organization; 2002.
- TAUIL, P.L. Aspectos críticos do controle do dengue no Brasil. Cad Saúde Pública; 18:867-71; 2002.

Enviado em 30/04/2020

Avaliado em 15/06/2020

AVALIAÇÃO DAS QUALIDADES FÍSICAS DE PRATICANTES DE *KICKBOXING* DA ACADEMIA TECFORCE GAZZONI

Cristian Trevisan Monteiro¹³

Maria Denise Justo Panda¹⁴

Vânia Mari Rossato¹⁵

Eduardo Tanuri Pascotini¹⁶

Resumo

O Objetivo deste estudo foi avaliar as valências físicas de praticantes de *kickboxing* da academia TecForceGazzoni na cidade de Cruz Alta-RS. Participaram 15 indivíduos praticantes de kickboxing, sendo 7 do sexo masculino e 8 do feminino, que treinam há pelo menos 6 meses, na faixa etária de 15 à 50 anos. *Foram realizados os testes:* Flexibilidade (Flexitest), teste de Agilidade (teste SEMO), teste de força explosiva (salto vertical e arremesso de *medicineball*), teste de velocidade (Shuttle Run). De forma geral, observamos quanto aos testes, que os grupos, masculino e feminino, mostraram resultados, na maior parte, dentro ou acima da média para cada um dos testes.

Palavras chaves: Luta. Qualidades Físicas. *KickBoxing*

Abstract

The aim of this study was to evaluate the physical valences of the kickboxing practitioners of Tec Force Gazzoni academy in Cruz Alta-RS. Participated in 15 kickboxing practitioners, 7 male and 8 female, trained for less than 6 months, being used in the age group of 15 to 50 years and agreeing to participate in the signed research or informed consent - IC. The tests were performed: Flexitest, Agility test (SEMO test), Explosive strength test (vertical jump and medicine ball throw), Speed test (Shuttle Run). In general, we observed regarding the tests, that the groups, male and female, showed results, mostly, within or above the average for each of the tests.

Keywords: Fight. Physical qualities. Kickboxing

Introdução

O *KickBoxing* nasceu por influência de outras artes marciais e a necessidade de contato total, tirou a espiritualidade das artes marciais orientais focando-se essencialmente na efetividade das técnicas, tornou-se mundialmente conhecida como uma modalidade esportiva em 1974 quando houve o primeiro campeonato com regras estabelecidas. O *KickBoxing* é um moderno sistema de combate esportivo, que se utiliza das mãos e dos pés, cujas regras derivam da combinação de diversas técnicas de combate de uma variedade de outras disciplinas de luta. (CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE KICKBOXING TRADICIONAL, 2018).

¹³ Acadêmico do curso de Educação Física Bacharelado da UNICRUZ.

¹⁴ Professora Dra. do Curso de Educação Física da UNICRUZ.

¹⁵ Professora Me. do Curso de Educação Física da UNICRUZ.

¹⁶ Professor Dr. do Curso de Educação Física da UNICRUZ.

A vitória neste esporte é alcançada obtendo um maior número de pontos em relação ao adversário, através da aplicação de golpes com os punhos e as pernas (também com os joelhos, no caso da disciplina de K1) nas zonas legais de pontuação (que demonstrem clara intenção de acertar no adversário), também é possível alcançar o sucesso no combate através do nocaute, por abandono do adversário ou por suspensão do árbitro devido à inferioridade física de um dos atletas (WAKO, 2012a, 2012b, 2012c).

Esta modalidade de luta caracteriza-se por mudanças constantes de direção em condições indeterminadas, com intensidades e tempos de trabalho variados. A estrutura da modalidade consiste em quatro parâmetros: ataque, defesa, contra-ataque e estilo de combate, os quais dependem das capacidades técnicas e táticas, que estão interligadas com a sua preparação motora e física (KRUPALIJA; KAPO, 2010).

Para Bompa (2001) esportes acíclicos são complexos por combinar normalmente muitas valências preponderantes, e nas lutas estas capacidades ou valências são a força, resistência, flexibilidade, agilidade e velocidade.

O *kickboxing*, bem como outras modalidades de artes marciais e lutas, exige um desempenho técnico-tático e físico de seus praticantes, que visem à eficiência e o sucesso, sejam amadores ou profissionais. Desta forma, é de grande valia a avaliação das valências físicas de praticantes de *kickboxing*, seja para que se possam melhorar os treinamentos através da intensidade e especificidade dos mesmos, seja para contribuir com a base de dados sobre o assunto para futuras pesquisas. Além disso, por tratar-se de uma modalidade com a qual existe relação direta com o praticante, surgiu a curiosidade sobre as qualidades que são trabalhadas nos treinamentos visando a melhor participação dentro desta cultura do movimento.

Diante destas colocações, este estudo tem como objetivo avaliar as qualidades físicas dos praticantes de *kickboxing* da Academia Tecforce Gazzoni, para que sirva como indicadores para a adequação do planejamento do treinamento em benefício da evolução da *performance* dos alunos.

Procedimentos Metodológicos

É uma pesquisa do tipo descritiva diagnóstica, onde participaram 15 indivíduos praticantes de *kickboxing*, sendo sete do sexo masculino e oito do sexo feminino, que treinam há, pelo menos, 6 meses e que se encaixem nos critérios de inclusão e exclusão, que estejam treinando na academia TecForce Gazzoni da cidade de Cruz Alta – RS.

Os critérios de inclusão foram: a) ser praticante de *kickboxing* há, pelo menos, 6 meses; b) ter a idade mínima de 15 anos e máxima de 50 anos; c) concordar em participar da pesquisa assinando o termo de consentimento livre esclarecido – TCLE

Foram realizados os seguintes testes: Força explosiva membros inferiores (salto vertical) Força explosiva membros superiores (arremesso de medicineball); flexibilidade (flexiteste) e de velocidade de deslocamento (Shuttle Run).

No Salto Vertical foi utilizada uma fita métrica fixada verticalmente na parede, de maneira descendente, onde a marca zero deverá ficar no ponto mais alto da parede, além da utilização de pó de giz e uma cadeira. Na mensuração desta qualidade física o avaliado foi orientado a posicionar-se

em pé, com pés em paralelo com os braços elevados no plano vertical posicionando-se lateralmente à parede onde está fixada a fita métrica. Ainda sem saltar o avaliado deverá fazer uma marca na parede no ponto mais alto que alcançar. Na sequência o avaliado será orientado a afastar-se da parede no sentido lateral, para poder realizar os saltos, fica permitido à livre movimentação de tronco e braços, a marcação será realizada no ponto mais alto alcançado após o salto, subtraindo o valor anterior, sem saltar (CARNAVAL, 2004).

O Arremesso de Medicineball tem como objetivo medir a força explosiva (potência) dos braços e cintura escapular, o sujeito sentado em uma cadeira, com uma corda colocada na altura do peito, a fim de mantê-lo seguro e eliminar a ação de embalo durante o arremesso, segurava a bola com as duas mãos contra o tórax e embaixo do queixo, com os cotovelos o mais próximo possível do tronco. Lança então a bola de 3 kg para frente à maior distância possível, realizando o movimento somente com os braços e cintura escapular, evitando qualquer participação de outra parte do corpo realiza-se três tentativas e é computada a distância em centímetros, registrando-se sempre a melhor distância do primeiro toque da bola no solo (JOHNSON; NELSON, 1986).

Na Corrida Vai-e-Vem – *Shuttle Run*, duas linhas são traçadas paralelamente com uma distância de 9,14m entre elas. O sujeito se coloca atrás da linha inicial. Atrás da outra linha estão colocados dois blocos de madeira medindo 5cm x 5cm x 10cm. Ao sinal, o indivíduo deve se locomover o mais rápido possível até a outra linha, pegar um dos blocos e colocá-lo atrás da linha inicial. O bloco não deve ser jogado no chão, e sim colocado. Então, o indivíduo se desloca novamente até o outro lado e repete a operação. O resultado do teste é o tempo necessário para o transporte dos dois blocos (JOHNSON; NELSON, 1979).

O Flexiteste avalia a angulação das articulações dos membros superiores e dos membros inferiores em 4 pontos, a partir de análises de regressão progressivas passo a passo, foram escolhidos os 8 movimentos que melhor estimavam o Flexíndice, separadamente, para crianças e adolescentes, adultos jovens, adultos e adultos idosos dos dois gêneros (PAVEL; ARAUJO, 1980).

Após ter obtido a autorização os testes foram aplicados nas dependências da academia Tecforce Gazzoni na cidade de Cruz Alta, Rio Grande do Sul. O treino é realizado duas vezes por semana com duração de 2 horas, e é dividido em aquecimento, técnicas, circuito e sparring. Durante o treino houve o contato com os praticantes de Kickboxing. Os que se encaixaram nos critérios de inclusão foram convidados a participarem do estudo e após assinarem o TCLE – Termo de Compromisso Livre e Esclarecido ficou agendado o dia para a aplicação dos testes. A avaliação seguiu a seguinte sequência: os testes de Flexibilidade (flexiteste), teste de força explosiva (salto vertical e arremesso de medicineball) e o teste de velocidade de deslocamento (Shuttle Run).

Os resultados foram tabulados obtendo a média do grupo feminino e do grupo masculino separadamente. A análise das qualidades físicas foi individual comparando com a média do grupo e segue representada através de gráficos. A opção por essa forma de apresentação dos resultados se deve ao fato de que permitirá evidenciar os praticantes que estão abaixo da média do grupo e que necessitarão de um treinamento mais efetivo, específico e individualizado. No entanto, o estudo optou também por analisar individualmente classificando conforme os parâmetros definidos pelos testes.

Resultados e Discussões

Os resultados estão apresentados por qualidade física visualmente através de gráfico seguida da análise dos alunos em comparação com a média da turma. A análise também faz comparação dos resultados obtidos pelos alunos com os parâmetros de classificação definidos pelos testes.

Primeiramente a avaliação da potência de membros superiores no Teste de Arremesso de Medicineball (JOHNSON; NELSON, 1986).

Nos gráficos abaixo se pode ver os resultados e a médias dos grupos feminino e masculino no Teste Arremesso de Medicineball.

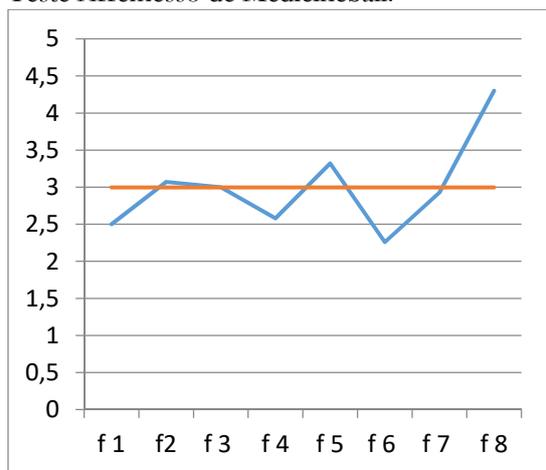


Gráfico 1: Potência de Membros Superiores Feminino

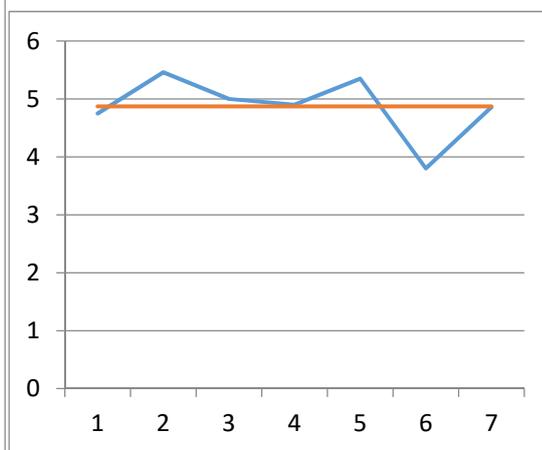


Gráfico 2: Potência de Membros Superiores Masculino

Os alunos foram classificados segundo os parâmetros do teste de Arremesso de Medicineball de Johnson e Nelson (1986).

No gráfico 1 pode ser visualizado no teste potência de membros superiores do grupo feminino de média DP de $2,99 \pm 0,62$ m. Percebemos que segundo os parâmetros do teste de Arremesso de Medicineball uma aluna se classifica no nível avançado e outras 7 ficaram no nível intermediário. No geral temos 87% do grupo feminino classificado em intermediário e 13% classificado em avançado.

No gráfico 2 pode ser visualizado que nos testes de potência de membros superiores do grupo masculino a média foi de $4,87 \pm 0,54$ m. Sendo que segundo os parâmetros do teste de Arremesso de Medicineball todos estão com performance intermediário. No geral o grupo masculino está 100% no nível intermediário.

A seguir o estudo apresenta os resultados obtidos no teste de potência de membros inferiores obtida no Teste de Salto Vertical descrito por Carnaval (2004),

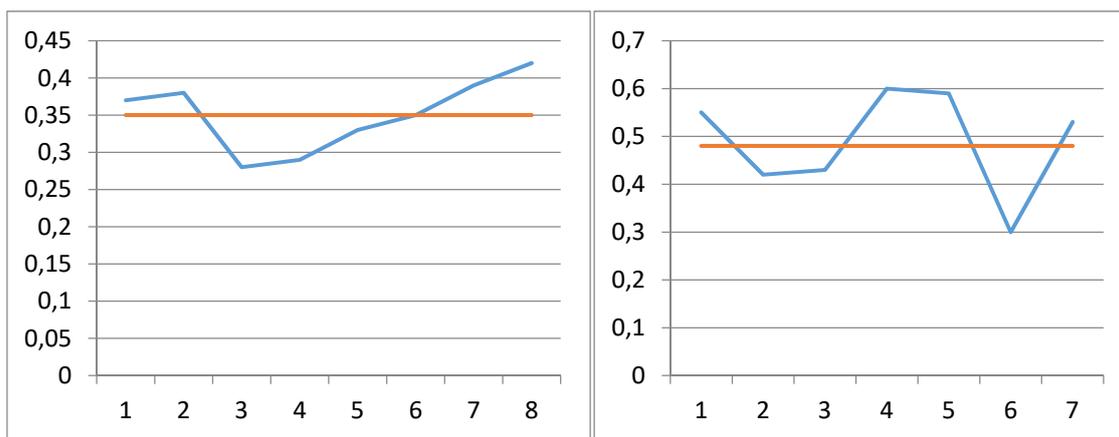


Gráfico 3
Potência de Membros inferiores feminino

Gráfico 4
Potência de Membros inferiores masculino

A classificação da potência de membros inferiores seguiu os parâmetros do teste de Salto Vertical descrito por Carnaval (2004).

No gráfico 3 pode ser visualizado que no teste de potência de membros inferiores do grupo feminino a média foi de $0,35 \pm 0,04$ cm. Segundo os parâmetros do teste de Salto Vertical tem um aluno acima da média, 5 alunos que estão na média e 2 alunos que merecem atenção especial pois estão abaixo da média. No geral o grupo feminino está classificado como 12,5% acima da média, 62,5% na média e 25% abaixo da média.

No gráfico 4 pode ser visualizado que no teste de potência de membros inferiores do grupo masculino a média foi de $0,48 \pm 0,10$ cm. Segundo os parâmetros do teste de Salto Vertical 4 estão acima da média, 2 estão na média e um aluno que merece atenção especial está com a classificação pobre. No geral o grupo masculino está classificado como 57,1% acima da média, 28,6% na média e 14,3% pobre.

Força máxima e potência são consideradas qualidades físicas essenciais nos métodos de treinamento complementares para a preparação de um atleta (LAMAS *et al.*, 2008).

Praticantes e competidores que usam em suas modalidades contrações explosivas como no Kickboxing, a Taxa de Desenvolvimento de Força tem sido considerada importante para o desempenho neuromuscular, os valores máximos da Taxa de Desenvolvimento de Força podem ser atingidos antes que os níveis máximos de força muscular sejam produzidos (CORVINO *et al.*, 2009).

O estudo tem prosseguimento com apresentação dos resultados do teste de velocidade e agilidade de *Shuttle Run* descrito por Johnson e Nelson (1979).

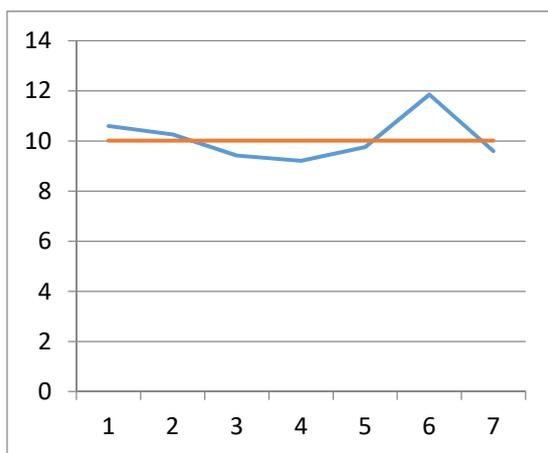


Gráfico 5
Velocidade e agilidade do grupo feminino

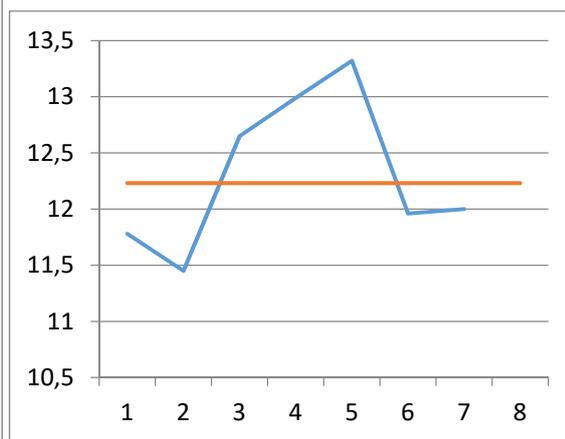


Gráfico 6
Velocidade e agilidade do grupo masculino

A velocidade e agilidade seguiram os parâmetros do Teste Vai- Vem de *Shuttle Run* descrito por Johnson e Nelson (1979).

No gráfico 5 pode ser visualizado que o tempo do teste de Shuttle Run do grupo feminino a média foi de $12,23 \pm 0,67$ segundos. Percebemos que segundo os parâmetros do Teste Vai- Vem de Shuttle Run uma aluna está na média, outras quatro estão abaixo da média e três com classificação ruim. No geral o grupo feminino está 12,5% no nível médio, 62% abaixo da média e 37,5% ruim.

No gráfico 6 pode ser visualizado que o tempo do teste de Shuttle Run do grupo masculino a média foi de $10,1 \pm 0,91$ segundos. Percebemos que segundo os parâmetros do Teste Vai- Vem de Shuttle Run dois alunos estão acima da média dois alunos estão na média, um está abaixo da média e dois que merece atenção especial que estão com uma classificação ruim. No geral o grupo masculino está classificado como 28,6% acima da média, 28,6% na média, 14,2% abaixo da média e 28,6% ruim.

As lutas auxiliam na coordenação motora, flexibilidade, agilidade, equilíbrio, velocidade, concentração, disciplina, autoconfiança, autoestima e ainda melhora a capacidade de autodefesa (GOULART, 2002)

A característica da velocidade de deslocamento que mais interessa diz respeito à fase de aceleração, com e sem mudança de direção, em conjugação com a agilidade e não à velocidade máxima (DAWSON, 2003).

Quando um atleta acelera ou desacelera de forma muito brusca são-lhe exigidos elevados níveis de força e potência para modificar a inércia da sua massa corporal. Por isso, quando se fala de velocidade e de agilidade não deverá ser negligenciada a sua dependência da potência muscular (YOUNG; JAMES; MONTGOMERY, 2002).

Finalizando a apresentação dos resultados seguem os escores obtidos no teste de flexibilidade, o Flexiteste descrito por Pavel e Araujo (1980).

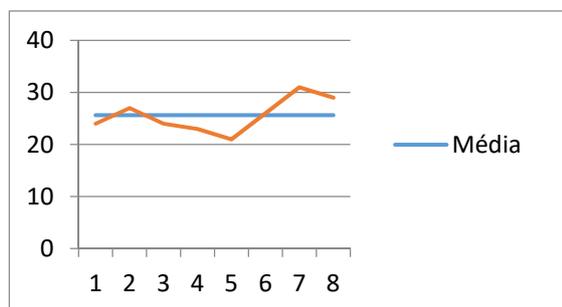


Gráfico 7
Flexibilidade do grupo feminino

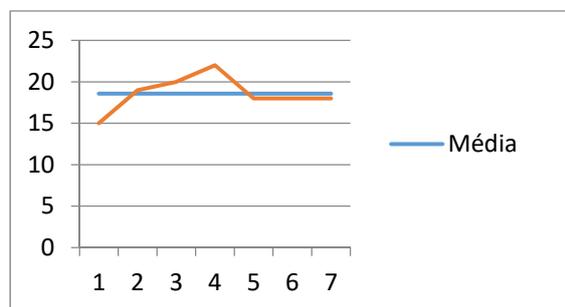


Gráfico
Flexibilidade do grupo masculino

A flexibilidade seguiu os parâmetros do teste Flexiteste descrito por Pavel e Araujo (1980).

No gráfico 7 pode ser visualizado no teste de Flexibilidade com a pontuação obtida no flexiteste adaptado para oito (8) movimentos do grupo feminino a média foi de $25,6 \pm 3,29$. Percebemos que segundo os parâmetros do teste Flexiteste adaptado para oito (8) movimentos 4 alunas têm nível classificação de flexibilidade muito grande- hiper mobilidade e outras quatro tem classificação de flexibilidade Grande. No geral o grupo feminino está classificado como 50% muito grande-hiper mobilidade e 50% grande.

No gráfico 8 pode ser visualizado que a pontuação no flexiteste adaptado de 8 movimentos, no grupo masculino a média foi de $18,6 \pm 2,15$. Percebemos que segundo os parâmetros do teste Flexiteste adaptado para oito (8) movimentos um aluno tem classificação de flexibilidade grande, cinco estão classificados em médio positivo e um que merece atenção especial que está na classificação médio negativo. No geral o grupo masculino está classificado 14,3% como grande 71,4% médio positivo e 14,3% médio negativo.

Importante salientar que as lutas desenvolvem em seus adeptos características como o desenvolvimento físico, onde se destaca a agilidade, aprimoramento técnico, controle de peso, controle da respiração, coordenação motora, correção de postura, velocidade, educação corporal, energia, equilíbrio, flexibilidade, força, potencia, resistência, reflexo e saúde (PINTO; VALERIO 2002).

Com o aumento da flexibilidade muscular, os exercícios podem ser executados com maior amplitude de movimento, maior força, mais rapidamente, mais facilmente, com maior fluência e de modo mais eficaz (BOMPA 2002). Enfim, a falta de flexibilidade é um fator limitante ao desempenho esportivo, sendo um fator facilitador de lesões musculares (SANDOVAL, 2002)

Conclusão

Esta pesquisa mostrou que em ambos os grupos os alunos estão na média em potencia de membros superiores.

No grupo feminino devem ser enfatizada no planejamento e desenvolvimento do treinamento exercícios de mudança de direção para agilidade e para velocidade e potência de membros inferiores podem ser usados exercícios resistidos, levantamento de peso olímpico e pliometria.

Já no grupo masculino tem um aluno que merece atenção especial em todas qualidades físicas recomenda-se que tenha aulas extras e com exercícios resistidos, de flexibilidade, levantamento de peso olímpico, pliometria e para agilidade e no geral do grupo masculino precisa-se trabalhar exercícios com mudança de direção para trabalhar agilidade e exercícios resistidos, levantamento de peso olímpico e pliometria para melhora na velocidade pois está ligada diretamente a potência muscular.

Referências

- BOMPA, T. O. **A periodização no treinamento esportivo**. São Paulo: Manole, ed. 1, 2001.
- BOMPA, T. O. **Treinamento total para jovens campeões**. Revisão Científica de Aylton J Figueira Jr. Barueri: Manole; 2002.
- CARNAVAL, P. E. **Medidas E Avaliação Em Ciências Do Esporte**. Rio de Janeiro: Ed. Sprint, ed. 6, 2004.
- CONFEDERAÇÃO, B. K. T. História e característica do Kickboxing no Brasil. **Cbkb** Disponível em: <<http://cbkbt.freeservers.com/about.html>> Acesso em: 09 ago. 2018.
- CORVINO, R. B. et al. Taxa de desenvolvimento de força em diferentes velocidades de contrações musculares. **Revista Brasileira Medicina do Esporte**. v. 15, ed. 6, p. 428-431, 2009.
- DAWSON, B. Speed, agility and quickness in football. In Proceedings of V World Congress on Science and Football. Lisbon-Portugal (2003).
- GOULART, F. **Guia Prático de Defesa Pessoal Taekwondo**. 2º ed. São Paulo: Ed. Escala, 2002.
- JOHNSON, B. L.; NELSON, J. K. **Practical measurements for evaluation in physical education**. EDINA, MN: Burgess Publishing, ed. 4, 1979.
- KRUPALIJA; KAPO. Análise estrutural do quadro situacional eficiência nas disciplinas de kickboxing Full Contact e Low Kick. **Homo Sporticus**, v 2, p 36-40 2010.
- LAMAS, *et al.* Efeito de dois métodos de treinamento no desenvolvimento da força máxima e da potência muscular de membros inferiores. **Revista Brasileira Educação Física Esportes**. v. 22, n. 3, p. 235-245, 2008.
- PAVEL, R.C.; ARAUJO, C.G.S. Flexiteste - nova proposicao para avaliacao de flexibilidade. IN: **Congresso regional de ciencias do esporte**, Volta Redonda, 1980.
- PINTO, J.A.A, VALÉRIO, S.M. **Defesa pessoal para Policiais e Profissionais de Segurança**. Porto Alegre, RS: Evangraf, 2002.
- SANDOVAL, A ,E, P. Medicina del deporte y ciencias aplicadas al alto rendimiento y la salud. Caxias do Sul: EDUCS (2002).
- WAKO. Wako Full Contact Rules. 2012. **Wakoweb** Disponível em: <<http://www.wakoweb.com/Pdf/1018.pdf>> Acesso em: 08 ago. 2018.
- WAKO. Wako K-1 Rules. 2012. **Wakoweb**. Dispovinel em: <<http://www.wakoweb.com/Pdf/1020.pdf>> Acesso em: 08 ago. 2018.
- WAKO. Wako Low-Kick Rules. 2012. **Wakoweb**. Disponível em: <<http://www.wakoweb.com/Pdf/1019.pdf>> Acesso em: 08 ago. 2018.
- YOUNG, W; JAMES, R; MONTGOMERY, I. Is muscle power related to running speed with changes of direction ? J Sports Med Phys Fitness (2002).

Eviado em 30/06/2020

Avaliado em 15/06/2020

O DISCURSO DE ‘UNIVERSALIZAÇÃO’ DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (2014-2024)

Cymone Martins Cotrim Teixeira¹⁷

Sandra Márcia Campos Pereira¹⁸

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar o discurso de universalização da educação inclusiva presente na meta 4 do Plano Nacional de Educação-PNE (2014-2024), que trata da universalização da educação para o público-alvo da educação especial no ensino comum. O texto procurou responder à seguinte questão: qual o discurso de universalização presente na meta 4 do Plano Nacional de Educação (2014-2024)? A análise foi empreendida a partir dos postulados e teorizações do filósofo Michel Foucault, tomando os dispositivos de governamentalidade, poder e saber. As análises possibilitaram entender que a compreensão da universalização, proposta institucionalmente, requer um aprofundamento, visto que, para além de universalizar, é preciso reconhecer as especificidades dos diferentes públicos atendidos pela educação especial e que se inserem no contexto de inclusão.

Palavras-chave: Universalização. Inclusão Escolar. Plano Nacional de Educação.

Abstract

The objective of this article is to analyze the discourse of universalization of inclusive education present in goal 4 of the National Education Plan - PNE (2014-2024), which deals with the universalization of education for the target audience of special education in ordinary education. The text sought to answer the following question: what is the discourse of universalization present in goal 4 of the National Education Plan (2014-2024)? The analysis was undertaken based on the postulates and theories of the philosopher Michel Foucault, taking the devices of governmentality, power and knowledge. The analyzes made it possible to understand that the comprehension of universalization, proposed institutionally, requires a deepening, since, in addition to universalizing, it is necessary to recognize the specificities of the different audiences served by special education and that fall within the context of inclusion.

Keywords: Universalization. School inclusion. National Education Plan.

Introdução

Este texto é parte de uma pesquisa maior, que teve por objetos de estudo os discursos sobre universalização da educação inclusiva presentes no Plano Municipal de Educação do município de Caetité-BA; e as ações implementadas pelo município para a materialização desses discursos. Tem por objetivo apresentar a análise do discurso de universalização da educação inclusiva presente na meta 4 do Plano Nacional de Educação-PNE (2014-2024), que trata da universalização da educação para o público-alvo da educação especial no ensino comum. O texto procurou responder à seguinte questão: qual o discurso de universalização presente na meta 4 do Plano Nacional de Educação (2014-2024)?

¹⁷ Mestre em Ensino- Programa de Pós-graduação em Ensino- PPGEn-Uesb/ BA.

¹⁸ Doutora em Educação Escolar-Unesp/SP. Professora titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- Uesb/BA.

A análise foi empreendida a partir dos postulados e teorizações do filósofo Michel Foucault, tomando os dispositivos de governamentalidade, poder e saber. Foucault não estudou a Educação Especial, no entanto, suas teorizações e postulados nos permitem pensar os processos de produção dos discursos oficiais, do seu silenciamento e recusa, fazendo ecoar seus enunciados no movimento da pesquisa. Segundo Veiga-Neto (2017, p. 63), em termos metodológicos, pode-se dizer que aquilo que Foucault propõe para os discursos que se quer analisar “[...] é tratá-los no jogo de sua instância”. Nesse caso, a construção e análise deste estudo, pautado no discurso a partir das teorizações e postulados foucaultianos, encontram nos dispositivos e movimentos da descontinuidade histórica as estratégias da normalização do sujeito.

Desse modo, analisar a meta 4 do PNE significa pensar os modos de subjetivação, bem como as tecnologias do sujeito, uma vez que estão sob a tutela dos sistemas de ensino a organização das condições de acesso, os recursos pedagógicos e o favorecimento da comunicação para a aprendizagem, valorizando as diferenças, a fim de atender as necessidades educativas de todos os alunos (BRASIL, 2008).

Conhecendo o Plano Nacional de Educação – PNE

Aprovado sob a lei nº 13.005, de junho de 2014, pelo Congresso Nacional, o Plano Nacional de Educação (2014-2024) estabelece as metas e diretrizes para a educação nacional pelo período de 10 anos. Sua tramitação foi complexa, com início em 2010 e aprovação após quase quatro anos, com várias emendas e uma forte participação da sociedade civil. Neste processo, muitas foram as disputas de concepção acerca de educação e sociedade, relação entre público e privado, qualidade da educação, financiamento, gestão democrática, diversidade e educação. Margeado por tensões e ambiguidades, vários embates se concentraram na relação diversidade e educação, que sinalizou a universalização do atendimento escolar e da inclusão do público-alvo da educação especial no ensino comum, bem como as parcerias entre instituições públicas e instituições confessionais, filantrópicas e comunitárias, e estão traduzidos em várias estratégias do PNE.

O PNE é composto por 20 metas e 254 estratégias e a efetivação destas metas está atrelada, segundo Dourado (2017), a um cenário de proposições que se diferenciam do cenário da materialização, haja vista que são muitas variantes nas concepções em disputa.

Um fator que tem contribuído para o entrave no cumprimento das metas do PNE está ligado ao cenário político atual, que inelutavelmente afetou seu andamento, desarmando as expectativas iniciais em torno do plano (DOURADO, 2017). Trata-se de um contexto de crise política, gerada pelo golpe que destituiu a presidente Dilma Rousseff, crise econômica e aprovação da Emenda Constitucional nº 95/2016, num momento em que era necessária a ampliação dos investimentos em educação e, em reverso, houve o congelamento dos gastos pelo período de 20 anos, demonstrando o desinteresse político em efetivar uma educação de qualidade e universalizada.

Evidencia-se, neste contexto social e econômico, uma problematização das questões relacionadas à garantia de um sistema inclusivo, as implicações do PNE no atendimento especializado, e chama a atenção o cenário atual e as restrições econômicas existentes.

A educação inclusiva em um contexto de governamentalidade

A especificidade da educação especial, atrelada ao processo de inclusão, é uma das preocupações permanentes nas discussões, revelando “lacunas a serem preenchidas no campo das

políticas de inclusão nos próximos anos” (VINENTE; DUARTE, 2015, p. 148), sendo compreendidas, em um dispositivo de governmentação, por diferentes discursos que, articulados em enunciados científicos, justificam a implementação de medidas educativas e de administração em instituições envolvidas no processo (LASTA; HILLESHEIM, 2014).

A meta 4 do Plano Nacional de Educação, de um modo geral, opera e regulamenta normas que, na genealogia foucaultiana, revelam peculiaridades de formas de poder, com o objetivo de tornar indivíduos e populações disciplinarmente dóceis; por meio de mecanismos de normalização, o poder assume formas regionais e concretas extremamente eficazes.

O discurso de universalização da educação inclusiva no PNE

No campo discursivo, as políticas públicas são práticas que forjam os objetos dos quais tratam (FOUCAULT, 2005) e suas regras submetem os sujeitos. O Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024) versa sobre a universalização do acesso à educação básica e do Atendimento Educacional Especializado (AEE) para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2014, p. 55), como proposta de educação inclusiva.

A universalização, na condição de conceito, segundo o dicionário Rocha (1996, p. 627), significa “[...] Tornar universal; generalizar”. No contexto educacional, a universalização da educação inclusiva ganha o mesmo significado de universalizar, generalizar, ampliar o acesso aos espaços educativos comuns. Nesse sentido, essa universalização tem como prerrogativa a ampliação de acesso dos alunos com deficiência às salas de ensino comum em todo país de forma a garantir uma educação para todos.

Contudo, entendemos que uma educação universalizada deverá atender às especificidades educacionais de cada indivíduo e, para tanto, os profissionais da educação devem ter formação inicial e continuada, os prédios escolares com estrutura adequada e adaptada, serviços de atendimento educacional especializado, equipe multifuncional, recursos, proposta pedagógica e curricular com inserção e adequação para o público-alvo da educação especial, para além do acesso e matrícula em sala de aula. Para Mendes, Viralunga e Zerbato (2014, p. 72), “[...] a inclusão escolar exige mudanças nas práticas pedagógicas, na cultura, no currículo, no planejamento de atividades e nos diversos olhares dentro da escola [...]”.

Aprendemos, portanto, da afirmação de Mendes, Viralunga e Zerbato (2014), que a inclusão escolar deve contemplar um saber qualificado, que transcenda o acesso e a presença na classe comum, contemplando uma rede de apoio com uma efetiva interlocução entre os serviços ‘*continuum*’, nas diversas áreas de conhecimento.

O PNE fortalece a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva-PNEEPEI por meio de inúmeras estratégias que traduzem a efetivação da política, resultantes de grandes embates durante sua tramitação.

É nesta maquinaria de controle e poder que se encontra o Plano Nacional de Educação, que, ao tomar como base o pensamento genealógico, desloca a questão da diferença de si mesmo para o seu entorno, pois é ali que se constituem as condições e possibilidades para se pensar as práticas, que tanto incluem quanto excluem, e se estabelecem naturalmente (VEIGA-NETO; LOPES, 2007).

O plano se apresenta com características de instrumentos de inclusão, que valorizam as conquistas do público-alvo da educação especial até aqui, e fortalecem a hipótese de que a universalização da educação para as pessoas com deficiência requer um aparato de serviços que viabilizem o acesso, mas também a permanência com igualdade de oportunidade para a aprendizagem. Neste sentido, Valadão (2011, p. 21) afirma

[...] adotar diretrizes políticas com vistas à inclusão escolar não implica em propor a destruição do que existe. Deve-se respeitar e manter o princípio de colocação no tipo de serviço educacional minimamente restritivo, o que implica em manter um ‘continuum’ de serviços que permita a colocação nos vários tipos de provisões, conforme os dispositivos legais em vigor.

Assim, no processo de governmentação da escola, destacam-se as políticas públicas de educação, que formam o conjunto de práticas discursivas e não discursivas que constituem o sujeito. Para Lopes (2009), o discurso da inclusão é uma invenção contemporânea, uma prática política de governamentalidade que age sobre a conduta dos indivíduos em relação a uma população. A inclusão funciona como um

[...] dispositivo de poder: um poder sobre a ação das pessoas, um poder que incita, constitui o que deve ser saber e que move suas ações para a participação numa operação que não cessa até que todos sejam atingidos, atravessados e, finalmente, engajados em um modelo de sociedade que passa a existir na/pela norma (LASTA; HILLESHEIM, 2011, p. 94).

Nesse contexto, as políticas públicas propositivas no PNE estão inseridas no campo das relações de poder e governamentalidade, visando à criação de um conjunto de dispositivos reguladores, buscando um determinado grau de normalização de indivíduos ou grupos marcados pela diferença.

No sentido de cotejar essa evolução no cumprimento da meta 4, os discursos sobre universalização presentes no PNE tornam-se ferramenta elegível para reconhecer o discurso aqui tomado a partir da compreensão do enunciado “[...] na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com outros enunciados a que pode estar ligado [...]” (FOUCAULT, 2012b, p. 34). Neste caso, o enunciado “universalização” pressupõe uma vontade de verdade apoiada numa base institucional e distribuído para exercer poder sobre outros discursos.

Considerações Finais

A compreensão da universalização, proposta institucionalmente, requer um aprofundamento, visto que, para além de universalizar é preciso reconhecer as especificidades que estão atreladas aos diferentes públicos atendidos pela educação especial e que se inserem no contexto de inclusão. Para Foucault (2017, p. 63), “[...] é preciso somar as posições que o sujeito pode ocupar na rede de informações [...]”. Dessa forma, o movimento de universalização empreendido no PNE sofre a interposição de diversos grupos da sociedade mobilizados a fim de arrematar questões que fundamentem a expectativa das entidades em defesa dos direitos das pessoas com deficiência.

Ancorados no discurso de universalização, compreendemos as ambiguidades que permearam o processo de elaboração e aprovação da meta 4 do Plano, assumindo uma configuração complexa. O PNE (2014-2024), expressa um alargamento de poder dos

representantes de setores que defendem a perspectiva educacional das pessoas com deficiência, em conformidade com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (PNEEPEI), que prevê para os sistemas de ensino uma organização para o acesso, com recursos e favorecimento da comunicação, para que sejam atendidas as necessidades educativas de todos os alunos, em um mesmo propósito educacional.

Portanto, diante do movimento da política de universalização da educação para as pessoas com deficiência, é relevante destacar que a escolarização deve ter por prerrogativa contemplar o acesso, a permanência e a aprendizagem. Daí a importância exercida por um grande contingente de pessoas, instituições e movimentos, que requerem do poder público o oferecimento de um efetivo serviço de atendimento integrado à escolarização dos alunos com deficiência na escola comum.

Referências

- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014**. Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024). Brasília: Edições Câmara, 2014.
- DOURADO, Luiz Fernandes. **Plano nacional de educação: o epicentro das políticas de estado para a educação brasileira**. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, ANPAE, 2017.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 38. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2010.
- _____. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France**. 22. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.
- _____. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France**. 22. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.
- _____. **Arqueologia do saber**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017.
- _____. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- LASTA, Leticia Lorenzoni; HILLESHEIM, Betina. Políticas públicas de inclusão escolar: a produção e o gerenciamento do anormal. In: THOMA, Adriana da Silva; HILLESHEIM, Betina. **Políticas de inclusão: gerenciando riscos e governando as diferenças**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011. p. 87-108.
- _____; HILLESHEIM, Betina. Políticas de inclusão escolar: produção da anormalidade. **Psicologia & Sociedade**, v. 26 (n. esp.), 2014, 140-149.
- LOPES, Maura Corcini. Políticas de inclusão e governamentalidade. **Educação & Realidade**, v. 34, n. 2, p. 153-169, maio/ago. 2009.
- MENDES, Enicéia Gonçalves; VIRALONGA, Carla A. R.; ZERBATO, Ana Paula. **Ensino Colaborativo como apoio à inclusão escolar: unindo esforços entre educação comum e especial**. São Carlos: EduFSCar, 2014.
- ROCHA, Ruth. **Minidicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Scipione, 1996.
- VALADÃO, Gabriela Tannús. **Planejamento Educacional Individualizado na Educação Especial: propostas oficiais da Itália, França, Estados Unidos e Espanha**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação), São Carlos: UFSCar, 2011.
- VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura Corcini. Inclusão e governabilidade. **Educ. Soc.**, v. 28, n. 100, - especial, Campinas, outubro, 2007.
- VINENTE, Samuel; DUARTE, Márcia. O Plano Nacional de Educação (2014-2024) e a garantia de um sistema educacional inclusivo: possibilidade ou utopia? **Guarulhos: Olhares**, v. 3, n. 2, p. 133-151, nov. 2015.

Enviado em 30/04/2020

Avaliado em 15/06/2020

PRINCÍPIO EDUCATIVO NO TRABALHO DOS (AS) CATADORES (AS) DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

Daiane Cristina da Rocha¹⁹
Mafalda Nesi Francischett²⁰

Resumo

Este artigo tem como propósito refletir sobre o contexto educacional dos sujeitos trabalhadores (as) na Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Dois Vizinhos-PR (ACAT-DV). Aborda aspectos do princípio educativo neste trabalho, por meio da análise dos elementos histórico-sociais, também, da mulher catadora. Os dados coletados pelo estudo de caso, na ACAT-DV, no ano de 2019 e os sujeitos totalizaram 13 associados (as). O estudo revela o contexto tardio e desigual vivenciado por estes (as) trabalhadores (as), seja no âmbito social, trabalho ou educação, que limita também à mulher catadora, o que conduz para o trabalho da sobrevivência.

Palavras-chave: Catador (a) de Materiais Recicláveis. Educação. Desigualdade.

Resumen

Este artículo tiene como propósito reflexionar sobre el contexto educativo de los sujetos trabajadores en la Asociación de Recolectores de Materiales Reciclables de Dois Vizinhos-PR (ACAT-DV). Aborda aspectos del principio educativo en este trabajo, a través del análisis de los elementos histórico-sociales, también, de la mujer recolectora. Los datos fueron extraídos por el estudio de caso en ACAT-DV, en el año de 2019, y los sujetos totalizaron 13 asociados(as). El estudio revela el contexto tardío y desigual experimentado por estos(as) trabajadores(as), ya sea en el ámbito social, trabajo o educación, lo que también limita a la mujer recolectora, lo que lleva al trabajo de la supervivencia.

Palabras clave: Recolector(a) de Materiales Reciclables. Educación. Desigualdad.

Introdução

Este artigo resulta de pesquisa que culminou na dissertação de mestrado desenvolvida no Programa de Pós Graduação em Educação, na UNIOESTE, campus Francisco Beltrão-PR, intitulada: “O trabalho no contexto histórico e social dos sujeitos da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Dois Vizinhos-PR (ACAT-DV)”. Contempla discussões sobre o princípio educativo no trabalho do sujeito Catador (a) de Materiais Recicláveis (CMR) conforme dados obtidos por meio de entrevistas, na ACAT-DV. As reflexões seguem indicativos teóricos que foram embasados nas discussões de Semeraro (2015), de Kuenzer (2005) e de Gramsci (1934). Também pelos caminhos históricos da sociedade brasileira sobre a significação da educação escolar e o contexto de transição escola e trabalho, analisados por Cardoso (2010), Lombardi; Saviani; Sanfelice (2005) e Hasenbalg e Silva (2003). Assim como, a realidade histórica-social na perspectiva da educação e do trabalho da mulher catadora da ACAT-DV.

¹⁹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, campus de Francisco Beltrão-PR.

²⁰ Orientadora. Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP. Pós-Doutora em Geografia pela Unicamp (2009). Professora pesquisadora no Programa de Mestrado em Educação na linha Cultura, Processos Educativos e Formação de Professores, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, campus Francisco Beltrão-PR.

A práxis do (a) CMR transforma a vida social do (a) sujeito (a), mesmo em condições de desigualdade. Este trabalho significa um meio de integração social e educacional, onde este (a) sujeito encontrou, nessa atividade, um meio de sobrevivência. As condições, o padrão de trabalho e de educação moldados pela sociedade, atuam distantes dessa realidade. Assim, muitas vezes, os (as) limita a viver uma condição de estagnação ou atraso nas questões do trabalho, educação e vivência cotidiana.

Segue o propósito, neste texto, de refletir sobre o contexto educacional dos (as) sujeitos trabalhadores (as) da ACAT-DV, sobre os fatores determinantes do processo que perpassam a análise do princípio educativo, no trabalho do (a) CMR; a comparação dos aspectos históricos e sociais brasileiros, no contexto da educação e do trabalho dos sujeitos da ACAT-DV e, o destaque para a realidade de trabalho da mulher catadora neste espaço. A abordagem metodológica percorre análise de dados por meio de estudo de caso, ocorrida no ano de 2019, com 13 entrevistados(as), entre associados (as), presidente e técnico da ACAT-DV.

Princípio educativo no trabalho do catador (a) de materiais recicláveis

O trabalho como princípio educativo integra as relações cotidianas vivenciadas pelo Ser social do (a) sujeito, da identidade formada, pelo que a sociedade reproduz e pela aprendizagem que recebe ao fazer parte deste trabalho, por estar inserido (a) socialmente. O (a) trabalhador (a) se autotransforma a partir do que cria e recebe com seu próprio trabalho, uma espécie de educação social cotidiana.

O aspecto mental e a prática se unem na forma de trabalho. Assim, o (a) trabalhador (a) conhece seu meio de produção, aprende ao mesmo tempo em que manuseia, ou seja, utiliza a capacidade intelectual (mental) e a prática desse intelecto (força física). Entretanto, para se autotransformar, pelo trabalho, precisa das condições materiais, ao desenvolver suas atividades, mas essa materialidade está vinculada ao sistema econômico, o que produz a alienação do (a) sujeito ao trabalho juntamente sua aprendizagem. (SEMERARO, 2015).

As formas de trabalho não são somente consideradas produção material, mas um princípio educativo que envolve outras formas de atividades humanas: a educação, a escola, a cultura, a construção e a direção da sociedade. Gramsci relaciona o trabalho como formação humana e como princípio fundamental de organização da sociedade, idealizada e moldada pela hegemonia. (SEMERARO, 2015).

Neste sentido, o ser humano é condicionado a adaptar-se, ao que o modo de produção exige, criando assim um padrão de trabalhador (a) imposto pelo mercado, ou seja, o sistema econômico também molda o ser humano ao se constituir trabalhador (a) (KUENZER, 2005). Deste modo, o (a) trabalhador (a) CMR surge como Ser Social deste padrão de desenvolvimento, que ele(a) não consegue acompanhar, assim como, as relações histórico-sociais que não integram este(a) sujeito e o(a) limita a viver num contexto de sobrevivência.

A construção histórica da população que sobrevive do trabalho, no Brasil, tem suas raízes nos princípios de modernidade com as mudanças estruturais urbanas e a industrialização, a partir do Governo de Getúlio Vargas²¹ (1930-1945). Porém, o contexto do trabalho brasileiro carrega heranças escravistas, anos de transição para o trabalho livre, a introdução do capitalismo e a promessa desenvolvimentista do Estado Novo. (CARDOSO, 2010).

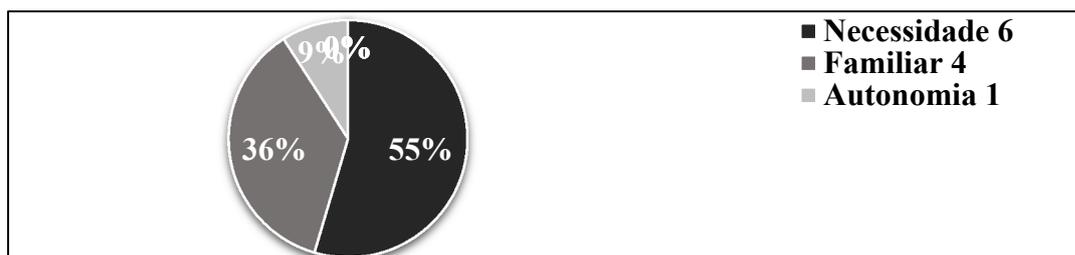
²¹ Conhecido também como Estado desenvolvimentista ou Estado Novo.

Na era Vargas, a promessa de trabalho e direitos sociais garantidos, assim como, o acesso à educação e saúde, atraía populações e sujeitos do campo para a cidade em busca de condições melhores de vida. Nesta época, a questão social ganha legitimidade e os (as) trabalhadores (as) um lugar constitucional de direitos. Entretanto, para ter acesso a esses direitos, o (a) sujeito deveria seguir um padrão ideal de trabalhador (a) e transformar-se cidadão: ter certidão de nascimento, carteira de trabalho, ser bem casado (a), provar habilidades profissionais. Ao se enquadrar nesses requisitos o (a) trabalhador (a) tinha garantia de acesso aos direitos sociais. O significado de acesso à educação, saúde e direitos sociais era encarado como privilégio por ser (a) trabalhador (a) e não um direito. (CARDOSO, 2010). Ou seja, o real sentido de ter direitos é transformado em competência e mérito próprio do (a) sujeito desde essa época, e aparece enraizado até os dias de hoje.

Consequentemente, os (as) trabalhadores (as) pobres e analfabetos (as) não integravam esse padrão ideológico e, o mercado ao impor estes requisitos afastava este público do trabalho formal. Além da privação dos direitos sociais, ocorria o acesso desigual à educação e saúde. (CARDOSO, 2010). Neste dado histórico da sociedade brasileira, evidenciamos a permanência do contexto de desigualdades a população pobre que vive do trabalho.

Ao questionar o (a) trabalhador (a) da ACAT-DV, o principal motivo em se tornar catador (a), as necessidades de sobrevivência aparecem em maior alternativa, como representado no gráfico 1:

Gráfico 1 - Principal motivo em ser catador (a)



Elaboração: AUTORA, 2019.

Conforme o gráfico 1, as necessidades estão voltadas diretamente ao desemprego, necessidade de trabalho e a falta de oportunidade, perfazendo o total de 55%. Como identificamos nos depoimentos: “*Estava precisando de trabalho. Onde eu trabalhava o cara mudou o nome da empresa, aí mandou nós embora*”. (ENTREVISTADO B, 2019). “*A necessidade. Estava desempregado, e não conseguia emprego*”. (ENTREVISTADO E, 2019). “*Falta de serviço. [...], aí se obrigava catar papel*”. (ENTREVISTADA H, 2019). “*Não tinha serviço, e procurava era difícil para trabalhar fichado, daí achar um jeito de catar papel era um dinheiro mais fácil assim, só entregava já estava com o dinheiro na mão*”. (ENTREVISTADO I, 2019).

A atividade do (a) CMR compreende um contexto histórico que permanece entre o Ser social familiar, de gerações que passam de pais para filhos, conforme segue os relatos: “*(...) o pai catava quando a gente era pequeno, puxava pra sustentar nós, daí a gente ajudava daí acho que acostumou com o serviço, né! Da rotina, tudo, daí*”. (ENTREVISTADA D, 2019). “*Desde criança eu ia junto com meu pai catar com ele [...] ele era catador, trabalhou no lixo [...] nós se criamos assim [...] ia junto com ele, se nós não fosse, ficava em casa separando material*”. (ENTREVISTADA F, 2019). “*Isso aí é desde pai e avô, tataravô, bisavô, tudo lá para traz, já vem de geração*”. (ENTREVISTADO G, 2019). “*Já veio de família, [...] viemos morar pra cidade, [...] o pai da minha mãe já trabalhava nesse serviço, então a mãe veio com nós [...] já entrou nisso, e girou por ali [...]*”. (ENTREVISTADA J, 2019). Ou seja, o Ser Social vivido por gerações anteriores na família o (a) reproduz trabalhador (a) catador (a) desde a infância.

Por meio desta atividade que o (a) CMR constrói suas relações sociais e se integra socialmente, mesmo em condições mínimas. Mas, a alienação desse processo produtivo o (a) deixa limitado (a) apenas a esse trabalho. A formação é vista como importante ou acessível, somente para a função desempenhada no espaço de trabalho, assim como para administrar, para usar máquinas ou equipamentos. Portanto, a educação é restrita para esse (a) sujeito enquanto trabalhador (a).

Gramsci (1934) expressa sobre o conseqüente idealismo do ser humano para o mercado de trabalho, moldado (a) como uma peça física dos equipamentos e maquinários que não se importa com questões de humanidade e de qualificação profissional, apenas operações produtivas e maquinais.

A entrevista com o técnico²² da ACAT-DV evidencia um processo educativo destinado a funções administrativas. Uma vez por semana é realizada uma espécie de “escolinha”, como ele diz, sobre essas informações e outro referente a organização de pessoal dentro da Associação: “[...] comecei falando de direitos e deveres, depois entramos no Estatuto Social [...], para que eles entendam o que significa aquilo, depois [...] discutir o Regimento Interno e voltar para as obrigações de cada um [...]”. (TÉCNICO ACAT-DV, 2019).

Esses cursos são para cargos, funções e se referem ao Conselho Fiscal e Administrativo da Associação, para que possam conhecer e entender suas obrigações e as funções de presidente, de tesoureiro (a), de secretário (a), fiscal, entre outros.

Transição escola-trabalho

Historicamente, a educação escolar, aliada ao contexto de moldar trabalhadores, representou diferentes sentidos para o mercado de trabalho, assim, como conduzir a ideologia de um padrão de trabalhador que o mercado necessita. Em padrões de produção como o fordismo, a educação era importante no sentido do(a) trabalhador(a) ter qualificação profissional, ser especialista em determinada função.(CARDOSO, 2010). As inspirações no padrão de produção do toyotismo, aliaram as reformas educativas neoliberais. Deste modo, o processo pedagógico se torna flexível e aliado de acordo com o sistema econômico. (LOMBARDI; SAVIANI; SANFELICE, 2005).

Nas ocupações informais, a educação não era, nem necessária, pois a precariedade do trabalho, não indicava necessidade de instrução formal, e as classes menos favorecidas eram obrigadas a se inserirem num contexto de sobrevivência. Ou seja, uma espécie de sobra de trabalho em condições de exploração.

A maioria dos (as) trabalhadores (as) da ACAT-DV, não chegaram a completar o ensino fundamental, a frequência maior no ensino escolar, é na 7ª série. Apenas duas mulheres ocupam a categoria de estudo no ensino médio, um completo e outro incompleto. As mulheres associadas da ACAT-DV totalizam quatro entrevistadas, todas com carteira de trabalho registrada. Desse total, há predomínio de homens, que são sete neste espaço.

²² Disponibilizado pelo Poder Público Municipal.

Na realidade, da ACAT-DV, ter escolaridade maior caracteriza uma competência observada como hierárquica e economicamente diferenciada. O Presidente, a Vice-Presidente e a Tesoureira têm grau escolar superior aos demais. Assim, o trabalho é condicionado na forma de meritocracia, refletido na divisão salarial: menor escolaridade salário reduzido, maior escolaridade salário superior.

Deste modo, quem tem maior grau de estudo tem maior valorização, um poder maior na ACAT-DV. Nestas condições, a educação representa uma competência, uma condição que gera posição maior entre os(as) trabalhadores(as) reproduzido nas funções administrativas da Associação e no salário.

Na tabela 01, a seguir, apresentamos dados sobre a faixa etária e o grau escolar dos(as) catadores(as) da ACAT-DV:

Tabela 1 - Faixa etária e grau de escolaridade

	E. F. Anos Iniciais				E. F. Anos Finais				Ensino Médio			Total	Percentual
	1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a	5 ^a	6 ^a	7 ^a	8 ^a	1 ^o	2 ^o	3 ^o		
20 - 26						1	2		1		1	5	46%
30 - 36				1			1	1				3	27%
43 - 63	2							1				3	27%
Total	3				6				2			11	100%
Percentual	27%				55%				18%			100%	

Elaboração: AUTORA, 2020.

Na faixa etária dos jovens, concentra-se a maior escolaridade, cinco (46%) frequentaram entre os graus da 6^a série ao 3^o ano do ensino médio, neste grupo a maioria são mulheres, como já mencionado, há uma trabalhadora da ACAT-DV que concluiu o ensino médio. Entre a faixa dos 30 – 36 anos ficam no grau de ensino fundamental, com apenas um que terminou os anos iniciais e outro os anos finais.

Na faixa de idade maior, 27% interromperam os estudos no ensino fundamental, a maioria ainda nos anos iniciais. Nesta categoria encontra-se uma associada mulher, que interrompeu os estudos na 1^a série, assim como, outro associado de maior idade. Estes dois vieram do meio rural, como relatam em suas experiências: “[...] antes eu trabalhava nos colonos, carpindo, que primeiro aqui era só lavoura, trabalhava quebrando milho”. (ENTREVISTADO I, 2019). “[...] antes nós morávamos na colônia e daí viemos morar pra cidade?”. (ENTREVISTADA J, 2019). Este contexto demonstra que não era exigido, nem necessário a educação formal, pelo fato de estudarem somente na 1^a série dos anos iniciais.

Isto mostra a falta de oportunidade para concluir os estudos ao constatar que somente uma completou todas as etapas escolares, a qual está na faixa etária jovem. Na história do Brasil, para a maioria dos (as) sujeitos, a transição da escola para o trabalho ou inserção nos dois segmentos, estudar e trabalhar, sempre ocorreu de forma precária e insegura. Em razão da promessa dos direitos sociais garantidos pelo trabalho e cidadania, se configurou no Brasil um padrão desenvolvimentista de jovens que deixaram o sistema educacional para ter uma ocupação. (CARDOSO, 2010). Isto é, pelas ocupações de baixa qualidade ou o (a) jovem ter a necessidade de trabalhar cada vez mais cedo, a educação se torna irrelevante nesta dinâmica.

Consta dados de que no grupo de mulheres da ACAT-DV, uma associada interrompeu os estudos nos anos iniciais, pode estar relacionado ao atraso, na relação de ascensão social da mulher por meio da educação escolar e pelo trabalho. Até os anos 1991, no Brasil, quando as mulheres abandonavam a escola passavam para a inatividade, ou deixavam os estudos para constituir família e as que não faziam, parte permaneciam na casa dos pais para esse mesmo desfecho padrão. (CARDOSO, 2010).

Pode ser que essa associada, faça parte desse padrão, se considerar as condições precárias da atividade de catadora que podem estagnar suas vidas, assim como ela afirma que aos 15 anos começou a ajudar sua mãe nessa atividade e depois continuou com o marido aos 17 anos, conforme seu depoimento: “*Eu tinha uns 15, 16 anos. [...] morava com a mãe trabalhávamos disso, [...] quando tinha a usina (lixão), [...] eu casei tinha uns 17 anos continuamos nesse serviço, [...] ele também já estava nisso [...]*”. (ENTREVISTADA J, 2019).

Pelo fato dela ter frequentado somente a 1ª série, Cardoso (2010) nos fala, no segmento da pobreza ou renda muito baixa, as mulheres permaneciam menos na escola, pois seu destino não era o mercado de trabalho e sim a vida doméstica, sendo filhas ou esposas precocemente. A entrevistada aponta a continuação após o casamento no mesmo segmento de trabalho, o que se indica a movimentação social dentro dessa atividade, assim como, permanecer neste trabalho para somar uma renda suficiente para a família.

Entre a faixa etária de 26 a 36 anos, o maior número de tempo de permanência na escola, estes (as) tiveram início dos estudos nos anos de 1989 a 1999 respectivamente. Conforme dados de Hasenbalg e Silva (2003) nos anos 1990 houve expansão mais vigorosa da educação escolar, que conseguiu diminuir o número de crianças e adolescentes no mercado de trabalho, essa expansão sugere a ocorrência em todas as idades e séries escolares. Essa diminuição pode estar associada a evolução dos índices quantitativos do sistema educacional, contraditoriamente a evolução desfavorável do mercado de trabalho, aumento do desemprego e na qualidade dos postos de trabalho. Isto é, quando a educação se tornou primordial para a entrada no mercado de trabalho os índices quantitativos da educação formal aumentaram, mas conseqüentemente, o trabalho se torna competitivo, gerando o desemprego, a informalidade e atividades precárias de maior exploração da força de trabalho.

Neste sentido, a educação aliada ao sistema econômico da sociedade se transforma num instrumento ideológico, moldado a partir dos interesses dominantes. Assim, a educação é transformada num investimento econômico com retorno, a universalização da educação auxilia em moldar sujeitos para o trabalho. Ou seja, um bem de produção e não de consumo. (LOMBARDI; SAVIANI; SANFELICE, 2005).

No contexto desigual, a educação como uma competência para a entrada no mercado de trabalho, influencia diretamente para a dinâmica do trabalho precarizado, pois o sujeito vive na desigualdade e necessita de alguma forma sustentar ou complementar a renda própria ou da família. E neste caso, o trabalho se torna mais necessário do que a educação.

Considerações Finais

O sentido educativo no trabalho do(a) CMR integra relações de aprendizagem para a vida social destes sujeitos. O trabalho influencia elementos que educam para a produção e a vida em sociedade. O aspecto histórico da sociedade brasileira evidencia a reprodução de um padrão ideal de sociedade e de trabalhador (a), conforme o sistema de capital necessita. A educação escolar controlada por este sistema colabora neste ideal. Entretanto, mesmo assim, nem todos (as) conseguem acompanhar estes padrões, sem acesso à educação e ao trabalho formal fica limitado a viver num contexto de discriminação, de desigualdade e sobrevivência.

O labor da catação de materiais recicláveis é uma espécie de sobra de trabalho que o (a) catador (a) encontrou para se inserir na sociedade. Estes (as) sujeitos vivem um contexto com dificuldades, desigualdades, na inserção na educação formal, muitas vezes, algo irrelevante, pelo fato da ocupação ser precária e não exigir escolaridade. Transitam pelo trabalho informal, com exploração da força de trabalho e distante da garantia dos direitos e ocupações bem remuneradas. Nestas condições, a questão educacional é desnecessária e o trabalho é primordial à condição de vida.

A mulher trabalhadora da ACAT-DV, foi catadora de material na rua, vivenciou esta realidade, tanto como esposa ou filha de catador, conhecedora dos elementos que envolvem essa atuação na forma mais precária deste trabalho. Seu contexto educacional evidencia o abandono do estudo por conta da sobrevivência, por se tratar uma atividade familiar que passa por gerações, vivenciada desde a infância.

O espaço da ACAT-DV proporciona aprendizagem por meio das funções no trabalho. Possibilita transformação nos aspectos pessoais e profissionais, pois, o (a) catador (a) inserido (a) na ACAT-DV, é um sujeito com histórico de luta, resistência e superação dos limites impostos pela sociedade, pela sua vida, pelo trabalho e por meio dele conhece os elementos da vida social.

Referências

- CARDOSO, A. M. A construção da sociedade do trabalho no Brasil: uma investigativa sobre a persistência secular das desigualdades. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- GRAMSCI, A. Cadernos do Carcere. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 4, 2007.
- HASENBALG, C.; NELSON, D. V. S. Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida. Rio de Janeiro: TopBooks, 2003.
- KUENZER, A. Z. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L. **Capitalismo, trabalho e educação**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. p. 01-17.
- LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, L. J. **Capitalismo, trabalho e educação**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.
- SEMERARO, G. A concepção de trabalho em Gramsci: constituição ontológica e princípio educativo. **Trabalho e Educação**, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 233-244, Jan-Abr 2015.

Enviado em 30/04/2020

Avaliado em 15/06/2020

METODOLOGIAS ATIVAS NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: UM MAPEAMENTO SISTEMÁTICO

Daniele Moreira de Oliveira²³
Maria Jaqueline de Santana Santos²⁴
Mário André de Freitas Farias²⁵

Resumo

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia propõe uma formação integral para a educação profissional e tecnológica, norteadas pelos princípios da politecnia e omnilateralidade. Aliada a esta concepção de uma educação integral que garanta o desenvolvimento dos sujeitos em todas as suas dimensões - intelectual, física, emocional, tecnológica, social e cultural - a ação pedagógica através de metodologias ativas permite que o aluno seja o protagonista para produção de uma aprendizagem significativa. O estudo trata-se de um mapeamento sistematizado, para análise da produção científica sobre o uso de metodologias ativas nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. As metodologias ativas utilizadas nos seis artigos incluídos foram: mapas conceituais; dinâmica de grupo (jogos, simulações e aprendizagem baseada em equipes); gamificação associada ao uso das TDIC; ensino híbrido; peer instruction (instrução por pares); POE (Predict - Observe - Explain) e experimentação (sequência didática).

Palavras - chave: Metodologias ativas. Educação Profissional e Tecnológica. Aprendizagem significativa.

Abstract

The Federal Institutes of Education, Science and Technology proposes comprehensive training for professional and technological education, guided by the principles of polytechnic and omnilaterality. Allied to this conception of an integral education that guarantees the development of the subjects in all its dimensions - intellectual, physical, emotional, technological, social and cultural - the pedagogical action through active methodologies allows the student to be the protagonist for the production of an meaningful learning. The study is a systematic mapping for the analysis of scientific production on the use of active methodologies in the Federal Institutes of Education, Science and Technology. The active methodologies used in the six articles included were: concept maps; group dynamics (games, simulations and team-based learning); gamification associated with the use of TDIC; hybrid teaching; peer instruction; POE (Predict - Observe - Explain) and experimentation (didactic sequence).

Keywords: Active methodologies. Professional and Technological Education. Meaningful learning.

²³ Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Sergipe

²⁴ Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Sergipe

²⁵ Doutor em Ciências da Computação pela Universidade Federal da Bahia e professor do Instituto Federal de Sergipe

Introdução

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF) propõem uma formação integral para a educação profissional e tecnológica (EPT), norteada pelos princípios da politecnicidade e omnilateralidade. Desta forma, busca oferecer compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos e sócio-históricos da produção, pelo qual o estudante desenvolve suas habilidades em diversos campos e alcança maturidade intelectual (RAMOS, 2017). Para Ciavatta, formação integrada “é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política. Formação que, neste sentido, supõe a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos” (CIAVATTA, 2005).

Mas, de que forma pode-se conduzir a formação integral? Quais práticas pedagógicas favorecem uma formação emancipadora do indivíduo? Entende-se que o caminhar do aprendizado parte da reflexão do saber de onde vêm e quais caminhos percorrer para onde se pretende chegar, através de uma relação dialógica entre educador e educando (CHARLOT, 2014). Com base nisso, vemos que o processo de construção do aprendizado deve acontecer de maneira ativa, a partir da consideração de conhecimentos prévios, ou seja, valorização do contexto sócio histórico da sua própria existência para que o educando se reconheça como parte da história e, conseqüentemente, ator de transformação da mesma. Esta reflexão crítica é de extrema relevância para a EPT, pois, uma vez que a intenção é uma formação integral para a cidadania, o educando precisa se perceber e agir como principal ator de construção do saber e transformação da realidade.

Portanto, aliada à concepção de uma educação integral que garanta o desenvolvimento dos sujeitos em todas as suas dimensões - intelectual, física, emocional, tecnológica, social e cultural - a ação pedagógica através de metodologias ativas permite que o aluno seja o protagonista do aprendizado, considerando sua autonomia, interesse, e autoaprendizagem, para produção de uma aprendizagem significativa. Essa aprendizagem ativa ou significativa exige uma formação da educação com o perfil crítico-reflexivo, com desenvolvimento de trabalho em equipe e na concepção da Metodologia Ativa como instrumento de transformação social (BERNINI, 2017).

O aluno, no cenário das Metodologias Ativas, deixa de ser um sujeito passivo, cujo papel é assimilar os conteúdos que lhes são transmitidos, e passa a ser concebido como um sujeito ativo, cujo papel é a construção da autonomia do conhecimento. As Metodologias Ativas utilizam-se da problematização como metodologia de ensino-aprendizagem, com o objetivo de alcançar e motivar o estudante diante do problema apresentado, relacionando sua história e buscando a sua transformação (FIALHO e MACHADO, 2017). Assim, as Metodologias Ativas focam no processo de ensinar e aprender na busca da participação ativa de todos os envolvidos, centrados na realidade em que estão inseridos. “Geralmente, quando falamos em “Metodologias Ativas” estamos nos referindo ao forte estímulo que é dado ao reconhecimento dos problemas do mundo atual (os problemas são globais)” (FIALHO e MACHADO, p. 67, 2017).

A aprendizagem significativa, a rapidez na produção de conhecimento e a facilidade de acesso pelos meios tecnológicos enterram a educação baseada na mera transmissão de conhecimentos. As Metodologias Ativas buscam o uso de diferentes técnicas e recursos para auxiliar o ensino a fim de atender às demandas sociais, profissionais e institucionais. Neste cenário, o estudo desdobra-se em teorias de aprendizagem, metodologias de ensino, práxis educativas e recursos tecnológicos. E são discutidas diversas Metodologias Ativas, tais como: Aprendizagem Baseada em Problemas, Aprendizagem Baseada em Projetos, Aprendizagem em equipe, Sala de aula invertida (*flipped classroom*), jogos ou uso de simulações, casos para ensino, Aprendizagem por pares (*peer instruction*), entre outros (BERNINI, 2017).

Apesar da aproximação ideológica entre os princípios que baseiam as metodologias ativas e a EPT nos IF, não se pode afirmar que estas práticas pedagógicas são as mais utilizadas neste contexto educacional, uma vez que observa-se uma escassez de estudos na literatura sobre esta temática. Portanto, questiona-se: as metodologias ativas estão sendo utilizadas no contexto da EPT? De que forma? Quais os resultados apresentados através da aplicação destas estratégias pedagógicas ativas? É com base nestes questionamentos que este estudo propõe um mapeamento sistemático da literatura a respeito do uso das metodologias ativas na EPT, especificamente para o cenário da rede federal de ensino.

Metodologia

O estudo trata-se de um mapeamento sistematizado, para análise da produção científica sobre o uso de metodologias ativas nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Para inicial escolha dos bancos de dados, realizou-se uma busca bibliográfica sobre esta temática no Google Scholar, obtendo-se maior apresentação de artigos relacionados no portal de periódicos da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), SCIELO (Scientific Electronic Library Online) e OASISBR (Portal brasileiro de publicações científicas em acesso aberto), sendo geralmente utilizados os descritores: 1. metodologia(s) ativa(s); 2. aprendizagem ativa; 3. aprendizagem significativa; 4) educação profissional. No intuito de contemplar os estudos publicados desde a instauração dos IF no ano de 2008, o período de publicação foi delimitado em 10 anos.

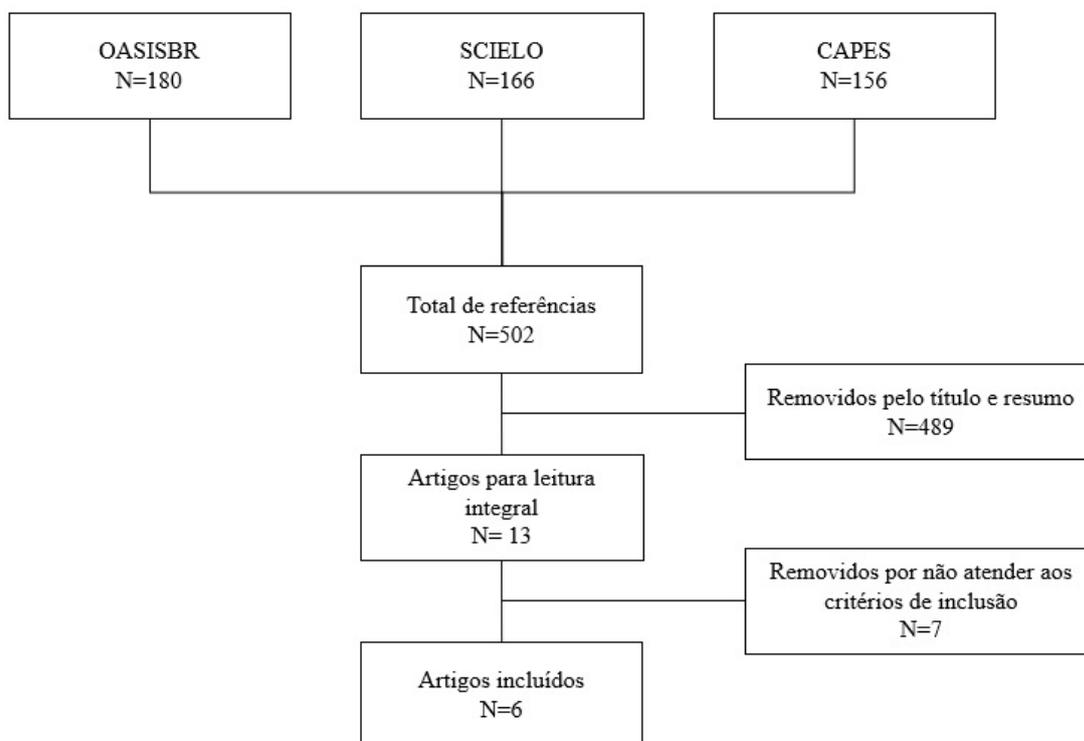
Os estudos foram selecionados, de maneira independente, por dois pesquisadores. Optou-se por buscar os descritores no assunto ou resumo, cruzando-os da seguinte forma: 1. metodologias ativas ou aprendizagem ativa (CAPES, SCIELO, OASISBR); 2. metodologias ativas e educação profissional (CAPES); 3. aprendizagem significativa e educação profissional (CAPES). Para avaliação da elegibilidade foi realizada uma primeira etapa de triagem, através da leitura de título e resumo, observando-se a população, objetivos, tipo de estudo e desfechos. Posteriormente, uma etapa de confirmação, pela leitura do manuscrito em forma de texto completo. Para a inclusão dos artigos em ambas as etapas, empregaram-se os seguintes critérios: estudos em formato de artigo original; textos disponíveis na íntegra; metodologia claramente definida; avaliação do uso de metodologia ativa; população de discentes e/ou docentes de IF. Excluíram-se estudos que utilizavam dados secundários e que não contemplaram os critérios de inclusão.

Resultados

Somando-se as buscas nos três bancos de dados, foram encontrados 502 artigos potencialmente elegíveis para o estudo. Após a leitura de título e resumo, apenas 13 artigos permaneceram para a leitura integral. A maior parte dos artigos excluídos eram aplicados em população de ensino superior na área de saúde. Dos 13 artigos lidos integralmente, apenas 6 deles se enquadraram nos critérios de inclusão e foram incluídos no mapeamento.

A figura 1 representa o fluxograma de identificação e seleção dos artigos para este mapeamento sistemático.

Figura 1. fluxograma de identificação e seleção dos artigos.



Os dados extraídos dos artigos foram organizados em uma tabela (tabela 1) para descrição dos resultados, considerando-se os autores (local e data), título, sujeitos, objetivos (metodologia) e resultados.

Tabela 1. Dados extraídos dos artigos incluídos no mapeamento sistemático.

Autores, (local, data)	Título	Sujeitos	Objetivos (metodologia)	Resultados
A.J. Vinholi Junior e G. C. Princival. (IFMS, 2014)	Modelos didáticos e mapas conceituais: biologia celular e as interfaces com a informática em cursos técnicos do IFMS.	Alunos dos cursos técnicos integrados em informática e agricultura	Investigar as possíveis aproximações da aplicação da atividade de modelagem didática na perspectiva Ausubeliana e os princípios facilitadores da aprendizagem significativa. (mapas conceituais)	A experiência de mapas conceituais na aula de biologia possibilitou dinamizar as aulas, melhorar a relação entre teoria e prática, a interação entre o sujeito aprendente e o objeto a ser apreendido e um melhor diálogo entre os grupos.
G. L. Sales et al. (IFCE, 2017)	Gamificação e ensinagem híbrida na sala de aula de física: metodologias ativas aplicadas aos espaços de aprendizagem e	Turma de terceiro ano, da disciplina de Física VI do curso técnico integrado de eletrotécnica.	Analisar a influência do uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) na aula de Física, e o uso da gamificação como fator motivacional no	A gamificação foi um fator que motivou a participação dos alunos na aula e na construção do seu conhecimento.

	na prática docente.		processo de ensino e aprendizagem. (gamificação e ensino híbrido)	
J. B. da Silva et al. (IFCE, 2018)	Modelo de ensino híbrido: a percepção dos alunos em relação à metodologia progressista x metodologia tradicional.	Alunos de uma turma de primeiro ano do Ensino Médio do IFCE.	aplicar uma metodologia progressista, que integra ensino presencial e <i>online</i> , denominada ensino híbrido, e investigar qual a percepção dos alunos sobre essa metodologia. (ensino híbrido)	Na opinião da maioria dos alunos, o uso da tecnologia digital não é necessário para melhorar a compreensão dos conteúdos de Física. Eles acreditam que compreendem melhor o conteúdo com aulas teóricas, preferindo assim, o modelo de ensino tradicional ao invés do modelo de ensino híbrido.
A.V. R. de Araújo et al. (IFRJ, 2016)	Uma associação do método Peer Instruction com circuitos elétricos em contextos de aprendizagem ativa.	155 estudantes do ensino médio integrado a cursos técnicos de agropecuária, meio ambiente e informática.	Aplicação da metodologia Peer Instruction para o ensino de circuitos elétricos. (Peer Instruction)	3 das 7 turmas (43%) obtiveram ganhos de Hake compatíveis aos adotados pela literatura internacional, para turmas submetidas a métodos de aprendizagem ativa. Levando em conta parâmetros nacionais, os desempenhos de 6 das 7 turmas (86%) são compatíveis com aqueles previstos.
D. G. G. Sasaki e V. L. B. de Jesus. (CEFET/IFRJ, 2017)	Avaliação de uma metodologia de aprendizagem ativa em óptica geométrica através da investigação das reações dos alunos.	Quatro turmas distintas de ensino médio de uma escola da rede federal.	Propomos e investigamos uma proposta didática para o ensino de espelhos esféricos baseada na associação entre uma metodologia de aprendizagem ativa com a estratégia de analogias ponte e conceitos âncora. (POE)	O emprego isolado do conflito cognitivo não conduz a mudanças significativas nos conceitos prévios da grande maioria dos alunos. A estratégia de associar uma metodologia de aprendizagem ativa que provoque o conflito cognitivo com as analogias ponte foi bem sucedida em viabilizar uma mudança da teoria da maioria dos alunos. A necessidade de pesquisas quantitativas complementares para avaliar ganhos de aprendizagem.
A. M. T. A. Figueirêdo et al.	Aplicação da tabela periódica	20 alunos de uma turma do 3º período	Propor uma sequência de atividades, que	A abordagem da Química, quando

(IFPB, 2016)	em uma turma profissionalizante do programa de educação de jovens e adultos.	de um curso profissionalizante do PROEJA.	incluiu o uso de ferramentas metodológicas diversas, para o conteúdo “Tabela Periódica” (TP), com o intuito de atender as dificuldades dos discentes. (experimentação)	empregada de modo significativo, inserida na realidade dos discentes, concomitantemente com a experimentação, torna a aula mais produtiva e dinâmica, incentiva a participação do aluno e, também, proporciona argumentações que favorecem a estruturação dos conhecimentos.
--------------	--	---	---	--

Considerações finais

Seis artigos atenderam a todos os critérios de inclusão dessa pesquisa. As MA utilizadas foram: mapas conceituais; dinâmica de grupo combinando aspectos típicos dos jogos, simulações e aprendizagem baseada em equipes; gamificação associada ao uso das TDIC; ensino híbrido; peer instruction (instrução por pares); POE (Predict - Observe - Explain) e experimentação (sequência didática). Entre as MA utilizadas apenas a dedicada ao ensino híbrido apontou que, na opinião da maioria dos/as alunos/as, o uso da tecnologia digital não foi necessário para melhor compreensão do conteúdo. Todos os outros estudos indicaram maior dinamismo das aulas, participação ativa dos alunos e aprendizado significativo. Entretanto, devido ao pequeno número de estudos encontrados e grandes diferenças metodológicas entre eles, não é possível afirmar que o uso das MA nos IF de fato contribuiu com a melhor compreensão do conteúdo, motivação, autonomia e protagonismo dos discentes.

Pode-se perceber que poucas obras são publicadas sobre MA na Educação Profissional, uma vez que boa parte é direcionada para o ensino fundamental e superior, sendo os de ensino superior bastante representativos na área da saúde. Os seis artigos foram selecionados apenas por atenderem aos critérios de inclusão e não por relevância ou qualidade metodológica.

Referências

- BERNINI, D. S. D. Uso das TICs como ferramenta na prática Metodologias Ativas. In: DIAS, S. R, VOLPATO, A. N. (Org). **Práticas Inovadoras em Metodologias** – Contexto Digital, 2017.
- CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber às práticas educativas** [livro eletrônico] / Bernard Charlot. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2014.
- CIAVATTA, Maria. **A formação integrada a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade**. TrabalhoNecessario (Niterói). Ano 3, n. 3, 2005.
- FIALHO, F. A. P, MACHADO, A. B. Metodologias Ativas, Conhecimento Integrado, Jung, Montessori e Piaget. In: DIAS, S. R, VOLPATO, A. N. (Org). **Práticas Inovadoras em Metodologias** – Contexto Digital, 2017.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 31ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

RAMOS, M. N. O ensino médio integrado: Lutas históricas e resistências em tempos de regressão. In: ARAÚJO, A.C, SILVA, C.N. N. **Ensino médio integrado no Brasil: fundamentos, práticas e desafios**. Brasília: Ed. IFB, 2017.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 42. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

Enviado em 30/04/2020

Avaliado em 15/06/2020

A NARRATIVA INDÍGENA EM SALA DE AULA: UMA EXPERIÊNCIA COM ALUNOS DO 7^a ANO

Danielly Rolim Brasil²⁶
Francisco Bezerra dos Santos²⁷

Resumo

O referido trabalho apresenta os resultados de uma oficina com textos indígenas realizada em uma escola pública com alunos do 7º Ano em Boa Vista do Ramos – AM. Os textos indígenas podem ser um recurso para se fazer cumprir o que pede leis e parâmetros da educação. A oficina foi o principal recurso utilizado para falar da cultura indígena, bem como da produção literária desses povos. Selecionamos três obras do escritor indígena Roní Wasiry Guará para apreciação dos alunos. Os resultados alcançados e descritos ao longo do trabalho comprovam a eficácia desses textos em sala de aula.

Palavras-chave: Literatura indígena; Escola; Multiletramento.

Resumen

Este trabajo presenta los resultados de un taller con textos indígenas realizado en una escuela pública con estudiantes de 7º grado en Boa Vista do Ramos – AM. Los textos indígenas pueden ser un recurso para hacer cumplir lo que exigen las leyes y los parámetros educativos. El taller fue el principal recurso utilizado para hablar sobre la cultura indígena, así como la producción literaria de estos pueblos. Selecionamos tres obras del escritor indígena Roní Wasiry Guará para la apreciación de los estudiantes. Los resultados alcanzados y descritos a lo largo del trabajo prueban la efectividad de estos textos en el aula.

Palabras clave: Literatura indígena; Escuela; Multiliteración.

Considerações iniciais

Os textos escritos por líderes indígenas têm muito a nos ensinar sobre a vida em comunidade, preservação, cultura e saberes ancestrais. A cultura ameríndia precisa ser lida e discutida sem estereótipos nos espaços do saber.

É grande o número de etnias que tem investido na escrita dos seus mitos como maneira de salvaguardar suas memórias. E nesse papel de preservação, a escola também tem papel importante. O trabalho com a cultura indígena na escola é amparado pelos PCNs, assim como pela Lei 11.645/2008, e cabe aos profissionais colocarem em prática. Nessa direção, esse trabalho além de apresentar os resultados de uma oficina com narrativas indígenas realizada em uma turma de 7º Ano, visa também apontar alguns caminhos para o uso desses textos em sala de aula.

²⁶ Especialista em Língua Portuguesa e Literatura-FACIBRA e Graduada em Letras-Língua Portuguesa pela Universidade do Estado do Amazonas-UEA.

²⁷ Mestre em Letras e Artes, pela Universidade do Estado do Amazonas, Especialista em Língua Portuguesa e Literatura pela Faculdade de Ciências de Wenceslau Braz-FACIBRA, Graduado em Letras-Língua Portuguesa pela Universidade do Estado do Amazonas-UEA.

Nossas considerações estão dispostas em quatro momentos. No primeiro momento, realizamos uma discussão sobre os amparos legais desses textos em sala de aula. No segundo momento, apresentamos as considerações metodológicas adotadas. No terceiro momento, trazemos as etapas de leituras realizadas na oficina. No quarto momento, convidamos o escritor para uma conversa com os alunos para falar dos desafios de escrever literatura indígena na atualidade. Todas as etapas da oficina foram bem-sucedidas com a intensa participação dos alunos.

Textos indígenas no contexto escolar

Existe um grande número de obras de escritores indígenas de fácil acesso e de baixo valor que podem ser trabalhadas em sala de aula. Entretanto, uma problemática identificada por nós e por outros pesquisadores é o desconhecimento dessa literatura no contexto escolar. A literatura indígena precisa ser discutida nos espaços do saber como forma de promover a diversidade cultural estabelecida pelos Parâmetros Curriculares Nacionais:

Para os alunos, o tema da Pluralidade Cultural oferece oportunidades de conhecimento de suas origens como brasileiro e como participante de grupos culturais específicos. Ao valorizar as diversas culturas que estão presentes no Brasil, propicia ao aluno a compreensão de seu próprio valor, promovendo sua autoestima como ser humano pleno de dignidade, cooperando na formação de autodefesas a expectativas indevidas que lhe poderiam ser prejudiciais (BRASIL, 1997, p.39).

Em meio ao seu desconhecimento há esforços promovidos por órgãos federais e demais instituições para divulgar a cultura indígena, contudo, essa literatura ainda é desconhecida para muitos alunos. Apesar disso, existe a lei 11.645/2008, que determina que a área de *História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena* seja implantada nos currículos das instituições de ensino do Brasil:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e histórias brasileiras (BRASIL, 2008, s/p).

Também merece destaque os direitos dados legalmente aos indígenas do Brasil pela constituição brasileira de 1988, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996 e pelo Plano Nacional da Educação, de 2001, que lhes assegura um processo de ensino-aprendizagem diferenciado.

A inserção das manifestações artísticas das comunidades indígenas na escolarização básica dos brasileiros supera o cumprimento da lei, sinalizando um compromisso ético com a tolerância. Conforme Funari e Piñón (2011, p. 8), se houver vontade política “é inegável o papel que a escola pode ter no sentido de atuar para uma maior compreensão do quanto o Brasil deve aos índios e como enriquece, em termos culturais, com essa experiência”.

A literatura indígena é uma leitura agradável e rica de múltiplas modalidades discursivas que expande horizontes, promove a reflexão do leitor e faz também um diálogo interdisciplinar de conhecimentos. Desse modo, é necessária uma revisão no currículo escolar para que possa haver o contato com essa literatura e sua circulação em sala de aula.

Levar para a sala de aula uma literatura que represente as lutas e tradições dos povos indígenas é contribuir para o conhecimento de histórias passadas, é também corroborar com um dos objetivos proposto pelos Parâmetros Curriculares Nacionais que é “valorizar as diversas culturas presentes na constituição do Brasil como nação, reconhecendo sua contribuição no processo de constituição da identidade brasileira” (BRASIL, 1997, p. 43).

A literatura dos povos indígenas cumpre com o papel de despertar o interesse do leitor e ao mesmo tempo contribui com seu desenvolvimento intelectual ao abordar importantes temas que estão próximos de suas realidades. O livro indígena põe o aluno em contato com o mundo e com todos os seus desdobramentos, oferecendo-lhe com isso a possibilidade de apreendê-lo melhor e de a ele adaptar-se.

Na atual conjuntura da educação brasileira percebe-se que há ainda um grande desafio, fazer com que a escola consiga cumprir os desafios de inclusão da temática indígena previstos por lei. É preciso mostrar aos alunos outras formas do literário e outras possibilidades de leitura.

Considerações metodológicas

Com o intuito de inserir a narrativa indígena em sala de aula, nesse trabalho utilizamos obras do escritor Romí Wasiry Guará para que os alunos tivessem contato e fizessem a leitura das obras indígenas. O trabalho foi realizado em uma Escola Municipal de Boa Vista do Ramos – AM, com alunos do 7º Ano do Ensino Fundamental. A escolha dessa escola deu-se pela necessidade de projetos que discutam a temática indígena, haja vista que o educandário não possui projetos que abordem temáticas culturais. A turma em que a pesquisa foi realizada dispunha de 13 (treze) alunos, na faixa etária de 12 (doze) a 15 (quinze) anos de idade. A escola atende à demanda de 139 alunos distribuídos no turno matutino e vespertino.

É importante frisar que as datas comemorativas do dia do índio e dia da consciência negra são comemoradas. Entretanto, é preciso abordar essas temáticas de forma crítica na escola, e não como muitas escolas fazem ao perpetuar estereótipos. Após visita às dependências da escola e conversa com a professora de língua portuguesa. Dividimos a atividade em duas etapas. Na primeira, que consideramos o encontro dos alunos com o texto indígena, apresentamos algumas obras indígenas de um escritor que convive na mesma cidade e realizamos a leitura crítica com os alunos.

A segunda etapa foi a ida do escritor à escola. Apresentamos para os alunos o autor das obras lidas por eles. As obras do autor escolhidas para serem trabalhadas em sala de aula foram: *O caso da cobra que foi pega pelos pés* (2009), *Çaiçú'indé: O primeiro grande amor do mundo* (2011); e *Mondagará: Traição dos encantados* (2011).

As atividades foram realizadas em 3 (três) encontros. Os resultados mais detalhados estão descritos em cada atividade desenvolvida nas linhas que seguem.

Leitura dos textos indígenas

A oficina com as obras da literatura indígena contemplou um público, que pela idade e pelo ano que estão cursando, são capazes de fazerem leituras críticas, tecerem comentários e fazerem boas discussões sobre a temática indígena pelo viés literário. Conforme Zilberman (1998), na atualidade a intenção da literatura é de estimular a consciência crítica do leitor, levá-lo a desenvolver sua própria expressividade.

Levamos para a sala de aula três obras do escritor Roní Wasiry Guará para ser lida e analisada pelos alunos. A turma foi dividida em três grupos. Cada grupo responsável pela leitura de uma obra. Iniciamos a oficina chamando atenção dos alunos para a importância das manifestações artístico-culturais das comunidades indígenas, uma vez que esses povos têm grande contribuição para a formação social do povo brasileiro, e que por isso era importante essas obras serem discutidas em sala de aula.

Thiél (2012) enfatiza essa questão quando diz que é comum educadores se depararem com a questão da inclusão social e cultural, bem como com o silenciamento ou a invisibilidade dos grupos indígenas ao longo da história. Assim, esses pontos segundo a estudiosa precisam ser revistos, e nossa preocupação também deve ser com a construção do repertório de leituras dos nossos alunos e com o desenvolvimento de um olhar crítico sobre a literatura.

A leitura das três obras ocorreu de forma tranquila. Os grupos fizeram a leitura de forma silenciosa compartilhando e discutindo os principais temas. Vale ressaltar, que segundo os alunos era a primeira vez que tinham o contato com obras indígenas, o que justifica ainda mais a importância de trabalhar essa literatura nos educandários.

O primeiro grupo ficou responsável pela leitura da obra *Çaiçú'indé: o primeiro grande amor do mundo* (2011). O grupo composto de quatro integrantes optaram por uma primeira leitura em voz alta, em seguida realizaram uma leitura mais analítica visando uma melhor compreensão da narrativa. Publicada pela Editora Valer, a obra proposta ao grupo é uma versão do mito da origem do eclipse. Segundo a narrativa o eclipse surge do primeiro amor existente na terra entre uma indígena e o sol. A história é permeada de peripécias que explicam o surgimento do rio, estrelas e da lua.

O segundo grupo composto de cinco alunos ficaram responsáveis pela leitura da obra *O caso da cobra que foi pega pelos pés* (2009). Publicada pela Editora Imperial Novo Milênio, a narrativa conta a saga de um infante Maraguá, que aos cinco anos realizou sua primeira caçada e sonha em ser um grande caçador. Inicialmente, o título da obra chamou atenção dos alunos pelo estranhamento. Ao longo da leitura, a intenção do grupo era descobrir o que estava por trás do título da narrativa. Ao final, descobriram que fazia referência a uma estratégia do personagem para capturar a cobra que comia as caças. O pequeno caçador utilizou os pés de um pássaro como isca para atrair a jiboia, por isso o duplo sentido empregado no título.

O terceiro grupo ficou responsável pela leitura da obra *Mondagará: traição dos encantados* (2011). Obra publicada pela Editora Formato, que fala sobre os seres da floresta e sobre o deus supremo da etnia Maraguá, Moñag. A narrativa pode ser abordada no contexto da sala de aula para discutir sobre a criação do mundo e dos homens, assim como a preservação dos saberes coletivos. O olhar que o grupo lançou sobre a obra comparando-a com a história bíblica da criação do mundo demonstrou uma leitura aprofundada e crítica da obra.

O conhecimento dos contos populares, mitos e lendas é um direito de todos que fazem parte de uma terra multicultural como o Brasil. Desse modo, buscamos levar de encontro a eles textos produzidos por um autor da própria região com características do imaginário local. Portanto, nossa função de mediadores não foi precisamente a de ensinar a ler as obras indígenas, mas a de criar condições para os alunos realizarem a sua própria aprendizagem, conforme seus próprios interesses, necessidades, fantasias, segundo as dúvidas e exigências que a realidade lhe apresenta. Enfim, essa perspectiva para o ato de ler permite a descoberta de características comuns e diferenças entre indivíduos, grupos sociais, as várias culturas; incentiva tanto a fantasia como a consciência da realidade objetiva e proporciona elementos para uma postura crítica (MARTINS, 2006).

De tal modo, criar condições de leitura não implica apenas alfabetizar ou propiciar acesso aos livros. Trata-se, de dialogar com o leitor sobre a sua leitura, isto é, sobre o sentido que ele dá, ideias, situações reais ou imaginárias (MARTINS, 2006).

Diante do exposto, fica evidente a importância de trazer para o ambiente escolar textos que são muitas vezes deixados de lado pela crítica literária. É importante deixar claro para os alunos que a literatura brasileira é composta de muitas manifestações literárias, feita por inúmeras culturas e vozes, tais como as indígenas.

Conversa com o escritor

A última parte da oficina foi o encontro com o autor das obras trabalhadas e os alunos do 7º Ano da escola selecionada. Roní Wasiry Guará é da etnia Maraguá, professor, escritor, ilustrador e artesão indígena. Mora atualmente em Boa Vista do Ramos – AM. O escritor desenvolve trabalhos voltados para o desenvolvimento sustentável, preservação ambiental, para o manejo florestal e técnicas agrícolas. Além dessas ocupações realiza palestras sobre a cultura indígena na tentativa de conscientizar sobre a importância do respeito aos povos originários. Suas principais obras publicadas são: *O caso da cobra que foi pega pelos pés* (2009); *Mondagará: Traição dos encantados* (2011); *Çaiçú índé: o primeiro grande amor do mundo* (2011) e *Olho d'água: o caminho dos sonhos* (2012). Em conversa com o escritor, este nos informou que começou a escrever suas obras quando tinha 25 anos, porém só foram publicadas aos 30 anos de idade.

Sua presença na escola foi motivo de entusiasmo para os alunos, já que puderam conhecer de perto o autor das histórias lidas. O entusiasmo dos alunos se transformou em olhares de curiosidade quando o escritor saudou a todos em sua língua originária. Além de escritor, Guará é um excelente contador de histórias e envolveu os alunos em alguns de seus contos.

O autor falou da sua trajetória como estudante, de suas dificuldades, principalmente na escola, mas que conseguiu superar graças ao seu ânimo. Como professor reforçou a ideia levantada pela oficina da importância da leitura. O escritor falou ainda sobre a temática das três obras que foi lida pelos os alunos em sala de aula. Os relatos envolvendo a situação de marginalização dos escritores indígenas também tiveram espaço na discussão. Esse último tema é um assunto que pouco se discute, segundo Graça Graúna (2013). Para a estudiosa não é uma assunto sem relevância dentro das questões indígenas, haja vista que trata-se de autores e autoras de diversas etnias, formadores de opinião, guardadores dos costumes, conhecimento ancestral, atuantes, não obstante, na luta por demarcação de territórios, na luta pela educação diferenciada, pelo direito de exibir sua arte, pelo direito à saúde, pelo direito de escrever o outro lado da história e outras questões

pertinentes ao universo indígena (GRAÚNA 2013). Esses escritores produzem literatura em nome de uma coletividade, são sujeitos que emprestam suas vozes para discutir temas que vão desde os conhecimentos ancestrais até denúncias e reivindicações de direitos.

Conforme Dorrico (2018), os escritores indígenas destacam um sentido muito próprio da literatura, para eles seu uso não equivale aos moldes ocidentais, mas no âmbito cultural que justifica a expressão estética desde quando as práticas eram essencialmente orais. Desse modo, eles entendem que o conceito de “literatura” não se restringe ao livro impresso, mas se estende para toda uma tradição ancestral “com os ritos, cantos, danças, festejos e práticas que são característicos dela. Ela começa na origem tradicional e abarca desde a aquisição da escrita alfabética até a produção criativa escrita e publicada” (DORRICO, 2018, p. 08). Assim, esse escritor expande em suas criações, o sentido de literatura, enxergando essa arte como tudo que contém representação. Na mão dos escritores indígenas tudo vira matéria artística, seja os mitos, os rituais, os cânticos, a luta pela terra etc.

Para o autor é desafiador se lançar no mercado literário, os incentivos são poucos e a visibilidade também. Os escritores encontram na literatura um meio para questionar e falar de si e de sua etnia como forma de resistir aos estereótipos e apagamento vividos ao longo de cinco séculos. Os textos indígenas representam vozes ancestrais, que através da memória apresentam o outro lado da história que não foi contada.

Voltando ao desfecho da atividade desenvolvida, o autor trouxe algumas de suas principais histórias para contá-las aos alunos. A tarde foi muito proveitosa, pois além da contação de histórias o escritor também aproveitou para falar das viagens que já fez para participar de alguns eventos, assim como para mostrar alguns objetos artesanais que confecciona nas horas vagas. O escritor falou ainda dos projetos de escrita de obras futuras. O olhar atento dos alunos para cada palavra do nosso convidado dava indícios que a oficina tinha alcançado seus objetivos.

Ao final da aula os alunos agradeceram a presença do escritor e como forma de agradecimento realizamos um café regional. Durante esse momento, os alunos aproveitaram para fazerem mais perguntas ao escritor de modo mais particular. Estiveram presente nesse momento os alunos, os professores e o gestor da escola.

Enfim, foi uma etapa proveitosa e de contato com quem realmente produz literatura indígena. Discutir a função social e o papel do escritor/ativista indígena através de um autor próximo da realidade dos alunos serviu para eles perceberem que a literatura também reivindica direitos, compartilha de lutas e pode ser produzida em nome de uma coletividade.

Considerações finais

Como vimos, a produção de textos indígenas é uma realidade para diversos grupos étnicos. Nesse sentido, apresentar para os alunos esses textos é contribuir com a expansão do repertório de leitura dos alunos. Com as etapas da oficina, acreditamos no incentivo a partir da leitura dessas obras. Quanto ao contato com o escritor dos textos apresentados, foi importante para discutirmos a problemática da marginalização que sofrem esses produtores de literatura.

Sobre o desconhecimento da literatura indígena, isso não acontece somente no Amazonas, ou na escola pesquisada, é preciso ainda políticas públicas para que seja cumprida a lei que pede a inserção da temática indígena e a conscientização dos profissionais da educação para que trabalhem a temática da diversidade cultural. Nesse viés, as obras indígenas como as de Roni Wasiry Guarã ou de outros escritores indígenas podem servir para discutir a contribuição indígena para nossa sociedade.

O contato com a literatura indígena na turma de 7º Ano foi um momento de descobertas para os alunos, os livros indígenas permitiram o conhecimento sobre a história da etnia Maraguá, as cerimônias, crenças e festas. Acreditamos que o mais importante de tudo foi promover o respeito, mostrar que vivemos em um país multicultural e conscientizar que é necessário levarmos em consideração a variedade dos povos indígenas brasileiros, cada um com suas particularidades.

Referências

BRASIL. **Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm> Acesso em 10/08/2016.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Pluralidade cultural.** Brasília: MEC/SEF, 1997.

DORRICO, Julie et. al (Orgs.). **Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção.** Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.

FUNARI, Pedro Paulo, PIÑÓN, Ana. **A temática Indígena na Escola: subsídios para os professores.** São Paulo: Contexto, 2011.

GRAÚNA, Graça. **Contrapontos da Literatura Indígena contemporânea no Brasil.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013.

GUARÁ, Roní Wasiry. **Çaíçú'indé: o primeiro grande amor do mundo.** Manaus: Editora Valer, 2011.

GUARÁ, Roní Wasiry. **Mondagará: traição dos encatados.** Manaus: Editora Valer, 2011.

GUARÁ, Roni Wasiry. **O caso da cobra que foi pega pelos pés.** Rio de Janeiro: Imperial, 2007.

MARTINS, Maria Helena. **O que é Leitura.** São Paulo: Brasileira, 2006.

THIÉL, Janice. A Literatura dos Povos Indígenas e a Formação do Leitor Multicultural. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 4, p. 1175-1189, 2013.

THIÉL, Janice. **Pele silenciosa, pele sonora: a literatura indígena em destaque.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

ZILBERMAN, Regina. **A literatura infantil na escola.** São Paulo: Global, 10º Ed. 1998.

Enviado em 30/04/2020

Avaliado em 15/06/2020

CONTRIBUIÇÕES DO APLICATIVO *ANKI* PARA A MEMORIZAÇÃO E A APRENDIZAGEM

Diego Ted Rodrigues Bogéa²⁸
Mírian Ferreira da Silva Bogeia²⁹
Steffane de Oliveira Castro³⁰
Rutiely Miranda de Sousa³¹

Resumo

A inserção das tecnologias no cotidiano das pessoas aumentou significativamente nas últimas décadas, evidenciada por uma crescente utilização de ferramentas digitais no ambiente escolar. No presente trabalho, foram analisadas as potencialidades educativas na utilização de aplicativos de memorização em sala de aula, de forma específica, o aplicativo *Anki*, levando em consideração sua importância no processo de ensino e aprendizagem. Utilizamos como referência metodológica a pesquisa bibliográfica numa perspectiva qualitativa de levantamento de dados sobre o referido software e tivemos como referencial teórico as obras de Chaves (2018), Barbosa e Moura (2013) e Silva Júnior (2017).

Palavras-chave: Memorização; Ensino; Tecnologias.

Abstract

The insertion of technologies in people's daily lives has increased significantly in recent decades, evidenced by an increasing use of digital tools in the school environment. In the present work, the educational potentialities in the use of memorization applications in the classroom were analyzed, in a specific way, the Anki application, taking into account its importance in the teaching and learning process. We used bibliographical research as a methodological reference in a qualitative perspective of data collection on the referred software and we had as a theoretical reference the works of Chaves (2018), Barbosa and Moura (2013) and Silva Júnior (2017).

Keywords: Memorization; Teaching; Technologies.

Introdução

No contexto da educação atual, alguns métodos de ensino e aprendizagem apresentam uma defasagem considerável em relação às expectativas dos alunos para a sala de aula. Apresentações ministradas por professores sem a utilização de recursos tecnológicos tem se tornado cada vez mais obsoletas, desinteressantes e distantes da realidade dos alunos. As projeções mais recentes para o futuro da educação indicam que a escola, no seu formato metodológico atual, está comprometida em sua existência (Barbosa e Moura, 2013).

²⁸ Mestre em Educação- Gestão de Ensino da Educação Básica pela Universidade Federal do Maranhão. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFMA Campus Imperatriz. Líder do Grupo de Pesquisa em Educação, Arte e Tecnologias (GEATEC)

²⁹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica (PPGEEB) da Universidade Federal do Maranhão

³⁰ Graduanda em Ciência da Computação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFMA Campus Imperatriz

³¹ Graduanda em Ciência da Computação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFMA Campus Imperatriz

Neste sentido, agregar o uso da tecnologia com o ensino e à educação como um todo, proporciona uma maior busca por informações, desperta o interesse do aluno e cria pontes de objetividade com aqueles a quem o fazer pedagógico se propõe. É neste panorama que este trabalho se assenta: na importância da inclusão dos recursos digitais nas salas de aula, pois os mesmos proporcionam uma renovação dos conceitos de educação além de otimizar a aprendizagem dos alunos numa conjuntura que se concretiza como um momento onde essas possibilidades adentram na escola. Sobre isso Kenski (2007, p.43) nos diz que:

Assim como na guerra, a tecnologia também é essencial para a educação. Ou melhor, educação e tecnologias são indissociáveis. Segundo o dicionário *Aurélio*, a educação diz respeito ao “processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral da criança e do ser humano em geral, visando à sua melhor integração individual e social”. Para que ocorra essa integração, é preciso que conhecimentos, valores, hábitos, atitudes e comportamentos do grupo sejam ensinados e aprendidos, ou seja, que se utilize a educação para ensinar sobre as tecnologias que estão na base da identidade e da ação do grupo e que se faça uso delas para ensinar as bases dessa educação.

Os dispositivos móveis têm ganhado um papel de destaque entre os jovens, e neste cenário os educadores precisam diariamente encontrar meios para lidar com o apego que tais recursos geram nos estudantes. As metodologias de ensino têm encontrado dificuldades em estimular os jovens ao aprendizado diante de tantos atrativos oferecidos pelos recursos tecnológicos (Silva Júnior, 2017).

Com o intuito de evitar que a expansão da tecnologia traga efeitos negativos sobre o desempenho dos alunos, torna-se imprescindível buscar expandir a utilização dessas tecnologias no âmbito escolar. Todavia, existe uma crescente necessidade de utilização de novas tecnologias que auxiliem no aprendizado dos alunos, para isso, se faz necessário adaptar-se a tantas inovações trazidas à vida comum pelos aparelhos digitais e seus aplicativos. Estes proporcionam novas perspectivas na relação professor-aluno em sala de aula, sendo assim, a percepção dessa nova realidade por gestores e professores se fazem importantíssima.

Assentado nesses pressupostos foi desenvolvido o presente trabalho, propondo estratégias para o bom aproveitamento destes recursos tendo como referência um estudo do aplicativo *Anki* e suas possibilidades na absorção de conteúdo, fomentando a memorização dos conteúdos escolares pelos alunos.

Referencial Teórico

Uma das maiores dificuldades dos estudantes em geral diz respeito a quantidade de disciplinas e conteúdos para assimilar no decorrer do ano letivo. É notório que alunos de todas as redes de ensino atestam as dificuldades em memorizar assuntos, fórmulas, datas, fenômenos e conceitos relacionados aos componentes curriculares e, conseqüentemente tem, por essa dificuldade, um baixo aproveitamento na resolução de avaliações.

A rápida expansão da utilização de dispositivos móveis tem aberto novas portas no conceito de que tais dispositivos podem ser úteis no processo de ensino-aprendizagem (Khaddage, Müller, Flintoff, 2016) (Eppard, Nasser, Reddy, 2016), oferecendo aos educadores a oportunidade de renovar o conceito de educação. Isso constitui um modelo de ensino mais flexível que pode incorporar múltiplas fontes de informação e construir um modelo mais igualitário e democrático. A

utilização de dispositivos móveis para auxiliar no processo ensino-aprendizado também é comum, e está associada à percepção positiva em relação ao aprendizado colaborativo (Heflin, Nguyen, Shewmaker, 2017). Uma meta-análise de estudos publicados entre 1993 e 2013 sobre os efeitos da integração de dispositivos móveis no ensino de estudantes apontou que os efeitos resultantes da utilização destes foram melhores do que computadores de mesa (desktops) ou nenhum dispositivo (Sung, Chang e Liu, 2016). O modelo adaptado por Park (2011) para desenvolver uma estrutura para compreender diferentes métodos de aprendizagem *mobile*, inclui uma hierarquia de mobilidade, expressa através de 4 Níveis, divididos a partir do nível de mobilidade:

- Nível 1 - Produtividade: Calendários, agendas, gerenciamento de notas e contatos;
- Nível 2 - Acesso Físico: Acesso à bancos de dados locais;
- Nível 3 - Captura e Integração de Dados: Bancos de dados em rede e bibliotecas *mobile*;
- Nível 4 - Comunicação e Colaboração: Chat em tempo real, anotações, SMS e e-mail;

Esse trabalho se baseia no Nível 3 de mobilidade, pois se adequa melhor à proposta de expandir as fontes de conhecimento do aluno, onde quer que esteja. Essa prática, no entanto, engloba algumas dificuldades, como aponta (Heflin, Nguyen, Shewmaker, 2017):

1. Atributos físicos (tamanho de tela, memória inadequada e curta duração de bateria);
2. Limitações de *software* (a ausência de algumas funções, dificuldade com múltiplas tarefas, e a curva de aprendizado envolvida na utilização de cada aplicativo);
3. Dependência da velocidade e confiabilidade da conexão de internet;
4. Longa exposição ao alto brilho das telas de LCD e potenciais problemas com radiações eletromagnéticas.

Visando contornar alguns destes problemas, propomos a utilização de um aplicativo bem adaptado ao tamanho de tela reduzido, de fácil curva de aprendizado e que funciona *offline*.

De acordo com Chaves (2018), dentre os métodos que objetivam auxiliar no processo de memorização e recuperação da informação, o sistema de repetição espaçada (SRE) tem se mostrado eficaz como método de revisão de conteúdo, que potencializa a retenção da memória. Essa técnica foi observado pela primeira vez a mais de um século atrás por Hermann (1885/1913, apud Kang, 2016), e extensamente avaliada pela ciência através de centenas de experimentos ao redor do mundo (Cepeda, 2006), tem se mostrado extremamente benéfica para a aprendizagem (Ausubel, Youssef 1965), sendo considerada uma das técnicas de memorização mais eficientes atualmente (Dunlosky, 2013), e apesar de não ser nova, a extensão de sua aplicabilidade sobre o cotidiano de estudantes tem assumido novas formas e evoluído juntamente com o desenvolvimento de tecnologias disruptivas sobre a sociedade atual (Settles, Meeder 2016), contexto no qual a popularização dos dispositivos móveis possibilita o emprego de novas ferramentas para aquisição de conhecimento, seja ele na esfera pessoal ou curricular.

Imagem 02: Visão holística do funcionamento da Repetição Intervalada



. Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Metodologia

Esta investigação se concretizou como uma pesquisa exploratória por ser desenvolvida com o objetivo de “proporcionar visão geral, do tipo aproximativo, acerca de determinado fato”. (Gil, 2016, p. 27).

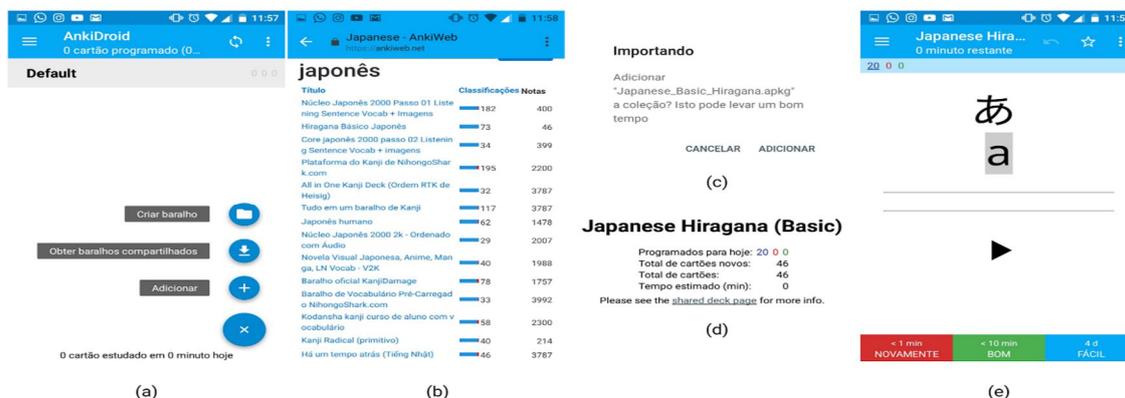
Além disso, entendemos ser esta investigação uma pesquisa qualitativa, pois tomamos por base a proposta conceitual de Gessler (2007, p.98) que indica a pesquisa qualitativa como uma pesquisa onde:

[...] d) O processo de pesquisa emerge do contexto estudado, ao invés de ser pré-fixado. Em uma abordagem indutiva, o pesquisador parte de questões amplas, focos de interesse ou recortes de uma determinada realidade, deixando que dimensões e categorias surjam, progressivamente, durante os processos de coleta e análise de dados. [...]

Nossa análise sobre o aplicativo Anki inicia a partir da verificação de utilização do conceito de “fatos” no referido software, que é um item básico de vocabulário, associado com sua definição, explicação ou anotação, podendo incluir também campos com conteúdo multimídia. O conceito de “flashcard” utilizado é uma analogia à uma carta de baralho, que contém uma informação diferenciada de cada lado. O aprendizado pode se dar através da associação entre uma palavra e sua tradução ou uma imagem e sua descrição ou uma pergunta e sua resposta ou mesmo uma frase e sua pronúncia, etc. Estes *flashcards* são organizados em *decks* ou baralhos, podem ser baixados gratuitamente através do próprio aplicativo, da plataforma online AnkiWeb, de sites de terceiros ou podem ser criados pelo próprio usuário. À cada *flashcard* revisado pelo usuário, este pode avaliar o quão fácil ou difícil a questão foi, e com isso fazer uso de SRE para ajustar dinamicamente a frequência com que essa questão se repete.

A extensa utilização de imagens para estimular a memória fotográfica e a cooperação ao compartilhar *decks* podem constituir subsídios valiosos à educação.

Imagem 03: (a) Tela inicial do Aplicativo Anki; (b) Busca por *decks* online; (c) Processo de importação; (d) Conteúdo de um *deck* de exemplo importado; (e) Cartão de exemplo, evidenciando a simplicidade de utilização do aplicativo e seu suporte à multimídia.



Fonte: Aplicativo AnkiDroid (plataforma Android)

Desta forma, pode-se perceber que o Anki é um aplicativo para memorização de conteúdos de qualquer natureza, com suporte a texto, imagem, áudio, vídeo e marcação científica, que serve para memorização fácil através da técnica de repetição intervalada. Pode ser utilizado para o aprendizado de termos técnicos, novos idiomas, e quaisquer disciplinas que envolvam a necessidade de memorização. Conforme informações disponíveis no site do aplicativo³²:

Qualquer pessoa que necessite se lembrar de coisas de sua vida diária pode se beneficiar com o Anki, uma vez que é independente de conteúdo e suporta imagens, áudios e vídeos e marcações científicas (via LaTeX), as possibilidades são infinitas. Por exemplo:

- Aprender um idioma;
- Estudar para exames médicos e de direito;
- Memorizar nomes e feições de pessoas;
- Memorizar poemas longos;
- Memorizar acordes de instrumentos harmônicos

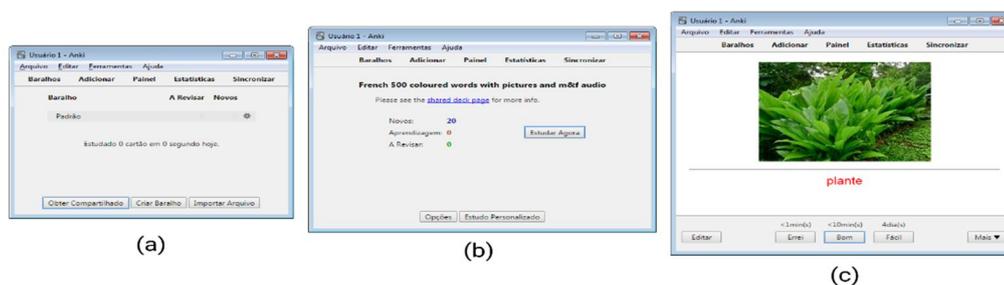
O Anki também é gratuito e de código aberto e está disponível para Windows, Mac, Linux, Android e uma versão paga para iOS, mostra-se como uma alternativa viável para os estudantes, e de fácil aplicabilidade nos mais variados contextos no âmbito escolar. Além da função de revisão, é possível também acompanhar estatísticas detalhadas de utilização e aprendizagem, sincronização com o AnkiWeb para utilização em múltiplos dispositivos simultaneamente e em distintas plataformas.

Utilização prática do Anki: Algumas possibilidades

Tomando como exemplo o aplicativo para Android (conforme imagem 03), o AnkiDroid, é possível organizar sua utilização e dinâmicas iniciais em simples passos, quais sejam:

Imagem 03: (a) Tela inicial do Aplicativo Anki; (b) Conteúdo de um *deck* de exemplo importado; (c)

Cartão de exemplo (em francês), fazendo uso de texto, imagem e áudio simultaneamente.



Fonte: Aplicativo Anki (plataforma Windows)

Para começar a usar o AnkiDroid, é necessário adicionar alguns cartões para estudar. A partir da tela inicial, ao pressionar o botão azul (com símbolo de +), é possível criar novos flashcards (no formato de notas, podendo conter texto, imagens ou até áudio), baixar decks compartilhados (que outras pessoas criam e publicam online) e criar novos decks vazios (para adicionar conteúdo posteriormente).

³² Disponível em: <https://apps.ankiweb.net/>, Acesso em 16/03/2020

A partir da tela inicial, ao pressionar o botão azul, são disponibilizadas as seguintes opções:

Adicionar

→ Escolha essa opção se deseja criar seus próprios *flashcards* com o AnkiDroid.

Obter baralhos compartilhados

- Primeiramente, certifique-se de que está conectado à internet.
- Ao escolher essa opção, você será redirecionado à página do AnkiWeb.
- Selecione uma categoria ou utilize a caixa de pesquisa.
- Ao clicar em um resultado, serão exibidos detalhes do cartão e rolando para baixo será possível encontrar o botão **Download**.
- Seu navegador irá fazer download do arquivo e exibir uma notificação de "download concluído". Toque nessa notificação para abrir o AnkiDroid e confirmar a adição.

Criar deck (baralho)

- Escolha um nome memorável para o *Deck (baralho)*, e pode utilizar a mesma opção "adicionar" para inserir *flashcards* nesse *deck*.
- Ao abrir o painel na esquerda, existe a opção de visualizar os *decks*, listar todos os *flashcards*, visualizar estatísticas, ativar ou desativar o modo noturno, e acessar configurações e ajuda;
- A seção de Estatísticas é fundamental para o acompanhamento do seu progresso. Os *flashcards* nessa seção se dividem em:

Maduro: Um *flashcard* com intervalo de 21 dias ou mais

Jovem: Um *flashcard* com intervalo de menos de 21 dias, mas que não está em modo de aprendizagem.

Aprendizagem: É um *flashcard* que ainda está sendo utilizado para aprendizado.

Re-aprender: É um cartão no qual o usuário falhou no modo de revisão, fica nessa categoria para ser revisado novamente.

Não-visto: Um cartão não visto é um que foi adicionado em sua coleção mas ainda não entrou no modo de aprendizagem, geralmente por que são "novos".

Na tela de estudo, conforme mostrado na Imagem 03 (e), a parte da "frente" do *flashcard* é exibida, e o usuário tem a opção para revelar o conteúdo "atrás". Nesse momento, os seguintes botões na parte de baixo definem como a revisão será realizada:

Novamente: O *flashcard* será repetido novamente no mínimo intervalo de tempo configurado pelo aplicativo, geralmente quando se falha múltiplas vezes na mesma questão. Este será inclusive repetido outras vezes na mesma seção.

Bom: O *flashcard* será repetido no intervalo normal de tempo;

Fácil: O *flashcard* será repetido em um intervalo mais longo de tempo por demandar menos revisões.

Análise e Discussão dos Dados

Diante dos fatos apontados, é possível atestar sua potencialidade no meio didático. A utilização do aplicativo Anki permite que a metodologia de ensino e aprendizagem seja aperfeiçoada, sua vasta gama de aplicabilidade o torna um componente indispensável entre as ferramentas de ensino-aprendizagem para complementar o modelo de educação atual, através do método de repetição espaçada que se configura como um importante auxílio no processo de memorização.

O treinamento e a repetição de procedimentos que fomentem a memorização no aplicativo constituem-se como a base para o alargamento e a consistência de processos cognitivos visando à memorização de conteúdo, imagens, fórmulas, conceitos e ideias.

Sendo assim seu uso e aplicabilidade dentro do ambiente educacional e fora dele também, torna o processo de aprendizagem algo mais prazeroso e lúdico, pois a finalidade deste recurso além do ensino, propriamente dito, é aperfeiçoar os conhecimentos pré-existentes e formar novos, tornando o aluno o protagonista da sua própria aprendizagem destacando a interatividade do usuário com o referido software.

Conclusões

Deste modo o uso deste aplicativo para fins didáticos constitui-se como uma proposta consistente, por se tratar de uma ferramenta tecnológica de grande importância na aprendizagem dos alunos. Ressalta-se também o uso frequente desta ferramenta, a fim de buscar resultados mais precisos e satisfatórios no ambiente escolar, pois neste ambiente o aluno é requerido em suas capacidades cognitivas ao ter a necessidade de memorização de vários conteúdos simultaneamente.

Assim, concluímos que o software contribui significativamente para o processo ensino-aprendizagem, possibilitando um aperfeiçoamento nessa relação tornando-se uma ferramenta contributiva para o professor.

Referências

- AUSUBEL, David P.; YOUSSEF, Mohamed. **The effect of spaced repetition on meaningful retention.** *The Journal of General Psychology*, v. 73, n. 1, p. 147-150, 1965.
- BARBOSA, Eduardo Fernandes; MOURA, Dácio Guimarães de. **Metodologias ativas de aprendizagem na educação profissional e tecnológica.** *Boletim Técnico do Senac*, v. 39, n. 2, p. 48-67, 2013.
- CEPEDA, Nicholas J. et al. **Distributed practice in verbal recall tasks: A review and quantitative synthesis.** *Psychological bulletin*, v. 132, n. 3, p. 354, 2006.
- CHAVES, Marcos Willyan de Araújo et al. **Utilização da Técnica de Repetição Espaçada na aprendizagem da Anatomia Humana.** 2018.
- DUNLOSKY, John. **Improving students' learning with effective learning techniques: Promising directions from cognitive and educational psychology.** *Psychological Science in the Public Interest*, v. 14, n. 1, p. 4-58, 2013.
- EPPARD, Jenny; NASSER, Omayma; REDDY, Preeya. **The next generation of technology: Mobile apps in the English language classroom.** *International Journal of Emerging Technologies in Learning (iJET)*, v. 11, n. 04, p. 21-27, 2016.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2016
- GESSLER, Lori Alice. **Introdução à pesquisa: Projetos e relatórios.** 3 ed. São Paulo: Loyola, 2007.
- HEFLIN, H.; NGUYEN, J.; SHEWMAKER, J. **Impact of mobile technology on student attitudes, engagement, and learning.** *Computers & Education*, 107, pp. 91–99. 2017

KHADDAGE, Ferial; MÜLLER, Wolfgang; FLINTOFF, Kim. **Advancing mobile learning in formal and informal settings via mobile app technology: Where to from here, and how?.** Journal of Educational Technology & Society, v. 19, n. 3, 2016.

KANG, Sean HK. **Spaced repetition promotes efficient and effective learning: policy implications for instruction.** Policy Insights from the Behavioral and Brain Sciences, v. 3, n. 1, p. 12-19, 2016.

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e Tecnologias: O novo ritmo da informação.** Campinas, Papirus, São Paulo: 2007.

PARK, Yeonjeong. **A pedagogical framework for mobile learning: Categorizing educational applications of mobile technologies into four types.** *The International Review of Research in Open and Distributed Learning*, 12(2), 78-102. (2011)

SETTLES, Burr; MEEDER, Brendan. **A trainable spaced repetition model for language learning.** In: **Proceedings of the 54th Annual Meeting of the Association for Computational Linguistics (Volume 1: Long Papers).** 2016. p. 1848-1858.

SILVA JÚNIOR, Waldir Ferreira da. **O uso de dispositivos móveis em sala de aula em uma perspectiva sociocomunitária.** Americana: Centro Universitário Salesiano de São Paulo, 2017.

SUNG, Y. T., CHANG, K. E., LIU, T. C. . **The effects of integrating mobile devices with teaching and learning on students' learning performance: a meta-analysis and research synthesis.** Computers & Education, 94, pp. 252–275, 2016.

Enviado em 30/04/2020

Avaliado em 15/06/2020

O ESTADO EM POULANTZAS: UMA ANÁLISE DA CONSTITUIÇÃO DA HEGEMONIA NA SOCIEDADE DE CLASSES

Domingos Pereira da Silva
Vicente Rodriguez

Resumo

O presente artigo versa sobre a atualidade do pensamento de Nicos Poulantzas sobre o conceito de Estado, entendido como uma relação social, que se funda nas lutas de classes e se condensa nas contradições da realidade concreta, aspecto fundamental para a compreensão de sua materialidade. Trata-se de resultados preliminares de uma pesquisa bibliográfica, que busca considerar o papel do “bloco no poder” e da “autonomia relativa do Estado” na organização da hegemonia.

Palavras-chave: Estado. Lutas de classes. Contradição. Hegemonia.

Resumen

El presente artículo aborda el pensamiento actual de Nicos Poulantzas sobre el concepto de Estado, entendido como una relación social, que se basa en las luchas de clases y se condensa en las contradicciones de la realidad concreta, un aspecto fundamental para comprender su materialidad. Estos son resultados preliminares de una investigación bibliográfica, que busca considerar el papel del "bloque en el poder" y la "autonomía relativa del Estado" en la organización de la hegemonía.

Palabras clave: Estado. Luchas de clase. Contradicción Hegemonía.

Tão importante como discutir a concepção de Estado para a compreensão das orientações expressas no processo de organização e orientação das políticas públicas é a escolha de uma abordagem que permita a análise ampliada do Estado capitalista neste início de século XXI. Desse modo, entendemos que a contribuição de Poulantzas³³, formulada sobre o Estado europeu do século XX, se faz não apenas atual como imprescindível para o estudo dos Estados capitalistas na atualidade.

A partir da publicação de *“As classes sociais no capitalismo de hoje”*, Poulantzas apresenta o conceito de Estado capitalista como uma “relação”. Por conseguinte, em *“O Estado, o poder, o socialismo”*, Poulantzas ao discutir o Estado como expressão das relações de classe não só rompe com o “determinismo estruturalista althusseriano”, como também contribui com a atualização da teoria marxista sobre o Estado.

Ao conceituar o Estado como a condensação de uma relação, Poulantzas ([1978] 1985) ajuda-nos a evitar os impasses do pseudodilema da discussão sobre o Estado, no qual acentua duas interpretações básicas: o Estado concebido como coisa-instrumento e o Estado concebido como sujeito.

³³ Poulantzas (1936-1979), marxista e membro do Partido Comunista da Grécia, nasceu em Atenas. Transferiu-se para Paris em 1960. Lecionou no departamento de sociologia da Universidade de Vincennes e depois na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais. Foi aluno de Louis Althusser, do qual recebeu forte influência. Em suas últimas obras, Poulantzas, afasta-se da influência, estruturalista, do mestre, aspecto que pode ser apreendido na leitura do seu artigo “O Estado capitalista: uma resposta a Miliband e Laclau”, de 1976, recentemente publicado no Brasil, na revista *Crítica Marxista* e no livro *O Estado, o poder e o socialismo*, publicado na França, em 1978, e, no Brasil, dois anos depois, pela Edições Graal.

Nesse sentido, Poulantzas nitidamente vai rechaçar a ideia de que o Estado seria uma entidade de direito exclusivo, ou seja um instrumento a serviço da arbitrariedade de uma única classe e passa a evidenciar as contradições constitutivas que perpassam as relações de forças ou, mais precisamente, “a condensação material e específica de uma relação de forças entre classes e frações de classes” (Id., 1985, p.148).

Destarte, a abordagem relacional do Estado no capitalismo monopolista, permitiu a Poulantzas atualizar a forma de analisar o Estado o que, em parte, demonstra a influência de Gramsci no seu processo de amadurecimento intelectual.

É necessário destacar que para Poulantzas o Estado enquanto “condensação material de uma relação contraditória” não organiza a unidade do bloco no poder ao contrário “é o jogo dessas contradições na materialidade do Estado que torna possível, por mais paradoxal que possa parecer, a função de organização do Estado” (Id., Ibid., p. 153). Assim, as contradições de classes que constituem o Estado fornecem elementos para a compreensão do seu aspecto material.

Nessa linha de pensamento, Poulantzas ([1968] 1977) sintetiza o conceito de bloco no poder como uma unidade contraditória e dinâmica entre distintas classes e/ou frações de classes, sob a hegemonia de uma dessas frações ou classes.

Deste modo, as contradições de classe representam a base material e organizacional do Estado que se concentra mediante o hiato de duas questões que se condensam: a relação do Estado com as classes dirigentes e a relação do Estado com as classes dirigidas, ou seja, as massas.

Nestas condições, o Estado capitalista se fundamenta exclusivamente pelas contradições intrínsecas às tensas relações de classes que são refuncionalizadas para o estabelecimento da hegemonia. Deste modo, apesar do Estado servir para organizar as classes dominantes e para desorganizar as classes dominadas este pode, por meio de contestações organizadas e recorrentes das classes subordinadas, ser disfuncional aos interesses intransigentes da burguesia (Id., 1985).

Destarte, “o Estado concentra não apenas a relação de força entre frações do bloco no poder, mas também a relação de forças entre estas e as classes dominadas” (Poulantzas, 1985, p. 162) na qual a autonomia relativa do Estado é necessária para a organização da hegemonia.

Outro elemento que Poulantzas destaca, no processo de condensação das relações socioeconômicas é o poder de classe, tido, como categoria importante no desenvolvimento das relações sociais de produção e do Estado. A esse respeito, Poulantzas (Ibid., p. 41) atesta que o “processo econômico é luta de classes e portanto relações de poder (e não somente de poder econômico) [...]” mas também poderes “político-ideológicos”. A conjugação de tais formas de poder, relacionam-se aos lugares de classes, conforme a divisão social do trabalho. Assim:

Essas relações de poder, lastreadas na produção da mais-valia e na ligação aos poderes político-ideológicos, materializam-se nas instituições-aparelhos específicos que são as empresas-fábricas-unidades de produção, lugares de extração da mais-valia e de exercício desses poderes (Id., Ibid., p. 41).

Poulantzas destaca entre as modalidades de aparelhos: o **aparelho repressivo**, exército, polícia, prisões, magistratura, administração; os **aparelhos ideológicos**: o escolar, o religioso – as Igrejas –, o aparelho de informação – rádio, televisão, imprensa –, o aparelho cultural – cinema, teatro, edição –, o aparelho sindical, os partidos, etc.; e o **aparelho econômico**, no sentido mais estrito, “a empresa” ou a “fábrica”, que materializa as relações econômicas em articulação com as relações político-ideológicas (Poulantzas, [1974] 1975). Entretanto o autor deixa explícito que a

distinção entre tais aparelhos só é possível “a título meramente descritivo e indicativo”. Nesse sentido, Poulantzas (1985, p. 39) nos adverte que:

[...] decompor o exercício do poder em dois aparelhos: os aparelhos repressivos e os aparelhos ideológicos do Estado. O maior inconveniente é que isso reduz a especificidade do aparelho econômico de Estado, diluindo-a nos diversos aparelhos repressivos e ideológicos, e torna impossível a localização na malha do Estado onde por excelência se concentra o poder da fração hegemônica [...].

Aprofundando a análise dos aparelhos de Estado, Poulantzas (Ibid., p. 39) vai demonstrar que conforme as fases de desenvolvimento do capitalismo, “certos aparelhos podem deslocar-se de uma esfera a outra, acumular ou permutar funções. Exemplo característico é o exército, que em certas formas de ditadura militar transforma-se [...] em aparelho ideológico organizador”. Poulantzas sintetiza a discussão a respeito dos aparelhos de Estado nos seguintes termos:

[...] a formulação do espaço estatal em termos de aparelhos repressivos e aparelhos ideológicos só pode ser considerada a título puramente descritivo e levando-se em conta as restrições já feitas. Tem o mérito de ampliar a esfera estatal, nela incluindo uma série de aparelhos de hegemonia, geralmente ‘privados’, e de insistir na ação ideológica do Estado e de sua ação que ainda permanece bem restrita (Poulantzas, 1985, p. 40).

No geral, o Estado capitalista em seu conjunto e condensa na contradição intrínseca às lutas de classes e, deste modo, recondiciona o seu papel de modo a favorecer a classe hegemônica e desarticular a classe operária. Assim, “os aparelhos de Estado consagram e reproduzem a hegemonia ao estabelecer um jogo (variável) de compromisso provisório entre o bloco no poder e fração de determinadas classes dominadas” (Id., Ibid., p. 161). Neste sentido:

As relações de força no seio do bloco no poder exprimem-se, enquanto precisamente relações de poder, pelas relações contraditórias no próprio seio do Estado e de seus aparelhos, sedes privilegiadas desta ou daquela fração do bloco no poder, e se manifestam igualmente como contradições internas entre as diversas intervenções do Estado atual (Id., 1975, p. 177).

Apesar de demonstrar a sobreposição da classe burguesa no que concerne ao estabelecimento da hegemonia no contexto do Estado capitalista Poulantzas (1985, p. 35) vai reiterar o caráter contraditório que perpassa as relações de classes ao demonstrar que, mesmo a contragosto dos pressupostos que embasam os interesses da classe burguesa, “o Estado também age de maneira positiva, cria, transforma, realiza” de modo a favorecer, mesmo que em menor medida, a classe operária.

Para Poulantzas, amparado na análise gramsciana, a política, a economia e a ideologia são imprescindíveis para o estabelecimento da hegemonia, no contexto das contradições socioeconômicas.

Especificamente, Poulantzas (Ibid., p. 33) vai asseverar que “a ideologia não consiste somente ou simplesmente num sistema de ideias ou de representações” mais também, em “uma série de práticas materiais extensivos aos hábitos, aos costumes, ao modo de vida dos agentes, e assim se molda como cimento no conjunto das práticas sociais, aí compreendidas as práticas políticas e econômicas”. Portanto, a ideologia não é algo neutro, pois só existe enquanto ideologia de classe.

Nesse sentido:

A ideologia dominante, que o Estado reproduz e inculca, tem igualmente por função constituir o cimento interno dos aparelhos de Estado e da unidade de seu pessoal. Esta ideologia é precisamente a do Estado neutro, representante da vontade e dos interesses gerais, árbitro entre as classes em luta [...] (Poulantzas, 1985, p. 179).

Para Poulantzas (Id., Ibid., p. 179), “essas lutas se revestem de formas específicas: moldam-se no arcabouço material do Estado, segundo a trama de sua autonomia relativa”. E nesse sentido, o Estado capitalista estrito, a fim de preservar os interesses hegemônicos da classe burguesa, utiliza um duplo e unificado processo ideológico: *o efeito de isolamento*, que converte, através do sistema jurídico, os agentes sociais membros de uma classe em indivíduos particulares, sujeitos de direito, pessoas “livres e iguais” entre si; e *o de representação da unidade*, que consiste na capacidade do Estado de apresentar-se como unificador das classes sociais em função de “preservar os interesses” de uma parcela da sociedade e com isso se apresentar como mediador da vontade geral do povo nação (Id., 1977). De outro modo, Poulantzas vai entender que é inviável compreender a forma de organização estatal, sem levar em conta o seu papel de mediador de conflito entre as classes.

Nesse sentido, outra estratégia de manutenção da divisão social de classes é o direito. Para Poulantzas, o direito, entendido como constructo de legitimação de relações sociais, apresenta uma dupla e unificada forma ideológica jurídica que se expressa nas contradições que perpassam as lutas de classes. No primeiro momento, Poulantzas vai relacionar direito e repressão e deduzir que o Estado capitalista não os dissocia, ao contrário, utiliza de maneira “legítima” o uso da violência como mecanismo de estabelecimento do controle das relações sociais. No segundo momento, vai acrescentar que a utilização do direito serve, de forma expressiva, como estratégia de manutenção dos indivíduos na classe de origem, ou seja, como legitimador das desigualdades socioeconômicas típicas do modo de produção capitalista (Id., Ibid.).

Deste modo, é observado que a lei é apresentada como a própria encarnação da razão e que somente na análise metódica da divisão socioeconômica do trabalho e da produção é que poderemos encontrar o significado apropriado do direito.

Com efeito, Poulantzas vai asseverar que quando as desigualdades sociais ganham dimensões que extrapolam os limites do consenso forjado, que têm no direito sua expressão jurídica, entra em evidência a autonomia relativa, constituída de igual forma, como monopólio privado do Estado capitalista de classes.

Deste modo, a autonomia relativa do Estado entendida como “relação entre Estado, de um lado, capital monopolista e conjunto da burguesia, de outro, relação que se coloca sempre em termos de representação e de organização política de classe” (Poulantzas, 1975, p. 174), consolida o bloco no poder na medida em que é “necessária igualmente para a organização da hegemonia” (Id., 1985, p.161). Portanto, as contradições entre classes dominantes e classes dominadas se realizam dentro e fora do Estado.

Poulantzas (Ibid., p.165) vai afirmar ainda que apesar da presença das classes populares nos distintos aparelhos do Estado, fato histórico incontestável, mas que tomado em si mesmo e logo sem a superação da divisão socioeconômica, apesar de necessária, pouco modificaria a estrutura capitalista de organização estatal, na medida em que “a ação das massas populares no seio do Estado é a condição necessária para sua transformação, mas não é o bastante”, pois é evidente que:

[...] mesmo na suposição absurda de que, de um dia para o outro (ou de uma geração para outra), todos os burgueses ocupassem os lugares dos operários e vice-versa, nada de essencial mudaria no capitalismo, pois haveria sempre lugares de burguesia e de proletariado, o que é o aspecto principal de reprodução das relações capitalistas (Id., 1975, p. 35).

Com efeito, tal posicionamento é justificado na medida em que Poulantzas vai entender que o equilíbrio instável de forças nas relações socioeconômicas de uma sociedade dividida em classes, não passa de estratégia de favorecimento da classe dirigente. Destarte:

O Estado organiza e reproduz a hegemonia de classe ao fixar um campo variável de compromissos entre as classes dominantes e classes dominadas, ao impor muitas vezes até as classes dominantes certos sacrifícios materiais em curto prazo com o fim de permitir a reprodução de sua dominação a longo termo (Id., 1985, p. 213).

Poulantzas, ao entender a não neutralidade do Estado no equilíbrio instável de forças entre a burguesia e o proletariado vai reiterar em sua abordagem o papel central das contradições para conjunto das relações sociais e, nesse sentido, vai asseverar que “as diferenças de tática, ou mesmo de estratégia política, numa conjuntura dada ou o mais longo prazo, frente às massas populares, são um dos fatores primordiais de divisão no seio do bloco no poder” (Id., Ibid., p. 165). Porém, “mesmo no caso de uma mudança da relação de forças e da modificação do poder de Estado em favor das classes populares, o Estado tende, a curto ou em longo prazo, a reestabelecer [...] a relação de forças em favor da burguesia” (Poulantzas, 1985, p. 164).

Neste sentido, as “desigualdades sociais de classe só são o efeito, sobre os agentes, das classes sociais, isto é, dos lugares objetivos que ocupam, não podendo desaparecer a não ser pela abolição da divisão da sociedade em classes” (Id., 1975, p. 18).

Ao discutir a respeito da possibilidade de uma contra-hegemonia, Poulantzas a classifica como parte do processo de luta de classes, inclusive a que ocorre, no interior dos aparelhos de Estado e, neste sentido, atrelado ao processo de transição para o socialismo.

Embora as bases da estrutura do Estado estejam alicerçadas no modelo jurídico-político capitalista, o que representa limitações às possibilidades de mudança tanto da forma de governo como das ações propositivas dos sujeitos do processo histórico, faz-se extremamente necessário explorar e extrapolar as poucas brechas existentes e, conseqüentemente, criar novos espaços que abarquem uma participação cada vez mais efetiva e deliberativa.

Deste modo, para Poulantzas (1985, p. 299), “só uma articulação entre duas tentativas, a da transformação da democracia representativa e a do desenvolvimento de formas de democracia direta [...] podem evitar o estatismo autoritário”.

Neste sentido, o caminho democrático para o socialismo constitui-se em um “longo processo, no qual a luta das massas populares não visa a criação de um duplo poder efetivo, paralelo e exterior ao Estado, mas aplica-se às contradições internas do Estado” (Id., Ibid., p. 295). Logo, significa conquistar o Estado lutando por dentro dele, pois para Poulantzas (Ibid., p. 168), o poder não pode ser considerado uma coisa quantificável e controlada exclusivamente pelo Estado estrito, mas sim, um conjunto de relações que exprimem as contradições que atravessam as classes sociais, pois “a capacidade de uma classe em realizar seus interesses está em oposição à capacidade (e interesses) de outras classes: o campo do poder é, portanto estritamente relacional”.

É muito importante destacar, que a liberdade política na democracia burguesa não se restringe apenas no acordo de regras “democráticas”, mas sim, aos interesses gerais do capital, pois

quando estes são ameaçados, a burocracia estatal e o parlamento providenciam tanto a perpetuação dos princípios legais que lhes convém, como a ressignificação ou se necessário a sua suspensão, por meio de medidas “excepcionais”.

Desta forma, o processo de transição do capitalismo para o socialismo passa necessariamente pela superação da forma tradicional de democracia liberal e, concomitantemente, a “implantação” do processo de democracia direta na base ou movimento autogestor, o que implica fundamentalmente a emergência da reforma intelectual e moral dos trabalhadores e, conseqüentemente, sua adesão consciente a um projeto socialista de sociedade.

Entrementes, Poulantzas (1985, p. 303) vai entender que “a via democrática para o socialismo certamente não será uma simples passagem pacífica”, pois pressupõe a incorporação das reivindicações populares pela esquerda vanguardista. Em tempos de manifestações como as de junho/junho de 2013 é perceptível a atualidade de Poulantzas para as discussões neste meandro de século XXI.

O entendimento das contradições que perpassam a sociedade dividida em classes colocam o desafio de superarmos o atual modelo de democracia representativa e enveredarmos por uma democracia direta o que implica que cada sujeito seja “capaz de pensar, de estudar, de dirigir ou de controlar quem dirige” (Gramsci, 1999, p. 136), aspecto que implica repensar as estruturas de poder autoritário ainda presentes em nossa sociedade.

Em linhas gerais, Poulantzas têm muito a contribuir, principalmente por ter atualizado a forma de abordagem marxista sobre as classes sociais e o Estado, entendido não como um cofre a ser arrombado, mas sim como a expressão sintética das lutas de classes que se condensam nas contradições que têm na ideologia, no direito e no poder as manifestações concretas de legitimação ou contestação do *status quo* do “bloco no poder”.

Referências

GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 8. ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. POULANTZAS, Nicos. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Tradução de Antonio Roberto Neiva Blundi. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1975. POULANTZAS, Nicos. *Poder Político e Classes Sociais*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1977. POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

Enviado em 30/04/2020

Avaliado em 15/06/2020

O PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO (E-PROC) COMO FACILITADOR DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL CÉLERE E AO ACESSO À JUSTIÇA

Edison Fernando Pompermayer³⁴
Vinnicius Ricelli Martins Medeiros³⁵
Claudia Scareli Santos³⁶

Resumo

Objetivou-se neste trabalho interpretar como os meios eletrônicos podem combater a morosidade processual, analisar a forma de aplicação da tecnologia da informação sem violar garantias constitucionais, descrever os benefícios trazidos pelo Processo Digital na tramitação processual e explicar as formas de atuação dos servidores ante o processo digital. Foi realizado um estudo teórico doutrinário e documental acerca da digitalização do processo. O processo eletrônico além de ser um método inovador e revolucionário para a prestação jurisdicional e ao acesso à justiça tem a finalidade de assegurar o princípio da celeridade processual e da razoável duração do processo.

Palavras-chaves: Celeridade processual; Prestação jurisdicional; Processo eletrônico.

Abstract

This article aims to interpret how the electronic media can combat procedural delays, as well as to analyze the form of application of information technology without violating constitutional guarantees, to describe the benefits brought by the Digital Process in procedure and finally explain the public servants' forms of performance before the digital process. Therefore, it was held a doctrinal and documentary theoretical study on the virtualization of the process. The electronic process in addition to being an innovative and revolutionary method for jurisdictional protection and access to justice, aims to ensure the principle of promptness and reasonable duration of the process.

Keywords: Procedural promptness; Jurisdictional protection; Electronic process.

Introdução

O Poder Judiciário Brasileiro vive um momento de expansão tecnológica, em face do desenvolvimento da sociedade brasileira, porém, o grande número de processos em trâmite torna o Judiciário lento e moroso. Diante disto, foi criada a Emenda Constitucional nº 45, datada de 08 de dezembro de 2004 (BRASIL, 1988).

Posteriormente a Lei nº 11.419, de dezembro de 2006, oficializou a informatização do processo eletrônico, embora não tenha sido pioneira na regulamentação do uso de meios tecnológicos para a prática e o registro dos atos processuais; a referida lei foi antecedida pelas Leis nº 9.800/1998; 10.259/2001, que deliberaram, respectivamente, sobre o uso do *fac-símile* e dos recursos eletrônicos nos Juizados Especiais Federais (BRASIL, 1998; 2001; 2006).

³⁴ Graduado em Direito pela Universidade Metodista de Piracicaba, Mestre em Recursos Florestais pela Esalq/USP, doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES) e Professor da Faculdade Católica Dom Orione, Araguaína, TO

³⁵ Bacharel em Direito pela Faculdade Católica Dom Orione, Araguaína, TO.

³⁶ Docente do curso de Biologia e do Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Matemática (PPGECIM) da Universidade Federal do Tocantins, Campus Araguaína, TO.

Os Tribunais brasileiros iniciaram a implantação do processo judicial eletrônico, por meio da coordenação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que objetiva padronizar a prática dos atos processuais de forma eletrônica, cumprindo à Lei 11.419/2006. Especificamente na Justiça Estadual Tocantinense o marco inicial foi a aprovação da Resolução nº 01, de 15 de fevereiro de 2011 (TOCANTINS TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 2011), sendo concluída a implantação do processo eletrônico em 1ª e 2ª instância, em 15 de setembro de 2015, nas 42 comarcas, sendo este sistema chamado de e-Proc. Certamente a mudança na condução dos atos judiciais através da informatização visa à transparência e a eficiência. Contudo, será que o processo virtual/eletrônico, por si só, é um facilitador da prestação jurisdicional e ao acesso à justiça?

O processo eletrônico é uma medida com o propósito de solucionar os problemas existentes no Judiciário, combatendo a morosidade, buscando transparência, publicidade e efetividade na prestação jurisdicional perante a sociedade. Com a implantação de Projetos Tecnológicos como o sProc, e-Proc os trâmites processuais tornaram-se mais ágeis e seguros, em razão da certificação digital e da assinatura eletrônica, os quais ratificam a veracidade dos documentos manejados por meio virtual.

Este trabalho objetivou interpretar como os meios eletrônicos podem combater a morosidade processual, analisar a forma de aplicação da tecnologia da informação, sem violar garantias constitucionais, descrever os benefícios trazidos pelo Processo Digital na tramitação processual e explicar as formas de atuação dos servidores.

Material e Métodos

A metodologia utilizada foi a pesquisa em referencial teórico doutrinário e a revisão documental bibliográfica sobre o Princípio da Celeridade e o processo eletrônico, bem como a sua contribuição ao acesso à justiça.

Resultados e Discussão

Aspectos gerais da judicialização eletrônica no Brasil

O Poder Judiciário brasileiro já almejava a implantação do processo eletrônico e de forma progressiva, leis e atos normativos foram contribuindo para que se tornasse real essa evolução. Assim, faz-se um breve relato histórico sobre a implantação do processo eletrônico em âmbito nacional como mostrado a seguir:

A Lei nº 7.232/84 trata sobre a Política Nacional de Informática, a qual criou o Conselho Nacional de Informática e Automação, instituiu a Secretaria Especial de Informática, criou distritos de exportação de informática e autorizou a criação da Fundação Centro Tecnológico para Informática, dispõe sobre o Plano Nacional de Informática e Automação e o Fundo Especial de Informática. Em 1986 foi aprovada a Lei nº 7.463/86, que ratificou o Plano Nacional de Informática e Automação e no ano seguinte foi publicada a Lei nº 7.646/87 que dispõe sobre a Proteção da Propriedade Intelectual sobre programas de computador e sua comercialização no Brasil. Já com o advento da Lei do Inquilinato, nº 8.245/91, esta trouxe a previsão da utilização de um meio eletrônico para a prática de ato processual, em sequência veio à publicação da Lei 8.248/91, sobre a capacitação e competitividade no setor de informática e automação, a qual foi alterada pela Lei nº 10.176/01. No ano de 1999, foi promulgada a Lei nº 9.800/99 (BRASIL, 1999) garantindo às partes a utilização de sistemas de transmissão de dados para prática de atos processuais. A Lei nº 9.998/00 objetivou obter recursos para cobrir a parcela dos custos da universalização de serviços de telecomunicações e assim instituiu o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações.

Devido a sua maior abrangência, o Projeto de Lei nº 5.828/01, da Associação dos Magistrados Federais (AJUFE), foi aprovado em 22 de maio de 2002 e apensado a PL nº 6895/02 em 10 de julho de 2002, resultou na Lei nº 11.419/06 (BRASIL, 2006). Assim, o Supremo Tribunal Federal, por meio da Resolução nº 287, publicada no Diário de Justiça da União em 16 de abril de 2004, instituiu o E-STF, sistema que permite o uso de correio eletrônico para a prática de atos processuais.

Vislumbrando a agilidade nos processos, observa-se que a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), alterada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, preconiza no Artigo 5º, inciso LXXVIII, que “a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação” (BRASIL, 2004).

Com a publicação da Lei nº. 11.419, em 2006, foi ensejada a informatização do processo judicial no âmbito nacional da Justiça Brasileira. Desse modo, nos moldes do artigo 1º da lei supracitada, é disposto no caput, “o uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei” (BRASIL, 2006), a qual preceitua como serão praticados os atos processuais, sendo realizado por meio de documentos eletrônicos.

Segundo o disposto no artigo 1º, § 2º da Lei 11.419/2006 ressalta-se que:

- 1 meio eletrônico qualquer forma de armazenamento ou tráfego de documentos e arquivos digitais;
- 2 transmissão eletrônica toda forma de comunicação a distância com a utilização de redes de comunicação, preferencialmente a rede mundial de computadores (BRASIL, 2006).

Desta feita, o processo eletrônico foi introduzido por meio da Lei de Informatização do Judiciário, que autorizou a comunicação dos atos processuais, a apresentação de peças e a transmissão do processo por meio virtual, permitindo aos Tribunais a criação do Diário de Justiça Eletrônico para a publicação de atos judiciais, administrativos, bem como a comunicações em geral que substituem outros meios e publicação oficial, para quaisquer efeitos legais, à exceção dos casos que, por lei, exigem intimação ou vista pessoal. A Lei nº 11.419/2006 (BRASIL, 2006) foi um marco positivo na legislação brasileira quanto à modernização do processo judicial, permitindo a utilização do processo eletrônico pelo Poder Judiciário.

Salienta-se ainda, a responsabilidade dos órgãos do Poder Judiciário de manter equipamentos de digitalização e de acesso à rede mundial de computadores, disponível para qualquer jurisdicionado, conforme o §3º do artigo 10 da Lei 11.419/2006 (BRASIL, 2006); os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos, serão considerados originais para todos os efeitos legais. A procuração também poderá ser assinada digitalmente; os extratos digitais e os documentos digitalizados que são vinculados ao Processo por autoridades possuem a mesma força que os originais. Neste mesmo sentido, a assinatura dos juízes, todos os graus de jurisdição, também poderá ser realizada eletronicamente, entretanto os originais dos documentos digitalizados deverão ser preservados pelo seu detentor até o prazo final para interposição de ação rescisória.

A assinatura eletrônica é indispensável à prática de todos os atos processuais, conforme os dispositivos legais elencados nos artigos 2º, 4º, §1º e 8º, parágrafo único da Lei 11.419/2006 (BRASIL, 2006). Desse modo, o ato de peticionar e a prática geral de atos processuais sujeitam-se ao cumprimento de dois requisitos obrigatórios: a utilização de assinatura digital baseada em certificado emitido pela cadeia de confiança da infraestrutura da chave pública brasileira (ICP - Brasil) e o prévio credenciamento do interessado junto ao Poder Judiciário, assegurando sua identificação pessoal.

Segundo Benucci (2007) a virtualização não se iniciou com advento da Lei nº 11.419/2006, mas sim com a popularização e difusão dos computadores e programas voltados especificadamente para o âmbito do Poder Judiciário.

Os atos processuais praticados na presença do magistrado podem ser produzidos e armazenados em arquivo eletrônico inviolável, registrando em termo assinado digitalmente pelo juiz, escrivão e advogados das partes, desde que atendidos os requisitos previstos no §§ 2º e 3º do artigo 209 do Novo Código de Processo Civil (NCPC), Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Contudo, a permissão também se aplica aos depoimentos prestados em audiência (BRASIL, 2015).

As repartições públicas podem apresentar documentos eletrônicos, certificando-se, por se tratar de extrato fiel do documento digitalizado, ou informação de sua base de dados (Código de Processo Civil/2015, art. 438, § 2º). As citações, intimações, notificações e remessas no processo eletrônico para todas as partes, inclusive a Fazenda Pública, são realizadas por meio eletrônico; a vista pessoal dos autos dá-se por meio da disponibilização do número do processo e chave. Destaca-se que os jurisdicionados, patronos, peritos e servidores associados serão cadastrados no sistema, disponibilizado pelo Poder Judiciário, e intimados quando necessários por meio eletrônico.

O Processo Eletrônico no Estado do Tocantins

O Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, instalado em 06 de janeiro de 1989, enfrentou alguns percalços oriundos da falta de estrutura física, de juízes e servidores para suportar a demanda. O Poder Judiciário não dispunha de nenhum tipo de tecnologia para a prática dos atos inerentes as suas funções, tudo era realizado de forma manual, desde o protocolo da ação até a conclusão do Juiz.

Posteriormente surgiram novas tecnologias como o computador, as gravações em CDs e mídias. Outro grande passo foi a internet que serviu como um elo entre as 42 Comarcas do Estado e o Tribunal do Estado do Tocantins.

Com a aprovação da Lei 11.419/2006 (BRASIL, 2006), dispendo sobre a Informatização do Processo Judicial e altera o Código de Processo Civil de 1973 (BRASIL, 1973), a partir de então os Tribunais de Justiça de todo o país vem buscando implantar essa nova ferramenta tecnológica. No Tocantins, antes mesmo da aprovação da referida lei, já vinha trabalhando no sentido de tornar os atos processuais mais dinâmicos e céleres. Em 2005, através de uma parceria com o Poder Judiciário do Estado do Ceará, foi implantado o sistema Processual SPROC, para a realização de registro e movimentação das ações protocoladas no Poder Judiciário; somente em 2009 esse sistema apresentou funcionamento efetivo.

Seguindo a metodologia operacional, foi publicada a Resolução nº 21/2010 (TOCANTINS TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 2010), de competência da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, que, sob a justificativa de necessidade de eficiência judiciária, celeridade e modernização administrativa, determinaram:

Art. 1º A comunicação oficial entre os órgãos internos do Tribunal de Justiça e entre estes e as Unidades Organizacionais se dará por meio eletrônico, através da internet, nos termos da presente Resolução:

Parágrafo único. Aplica-se o disposto nesta Resolução às comunicações oficiais e de mero expediente.

Art. 2º Para o disposto nesta Resolução considera-se:

XI - Malote Digital: módulo do Sistema Hermes responsável pela organização, autenticação e armazenamento de comunicações oficiais recíprocas entre as Unidades

XIII - Spark: mensageiro eletrônico utilizado para comunicações internas e instantâneas;

Art.14. As cartas precatórias de mera intimação, bem como aquelas que não exigirem o envio de grande quantidade de documento em papel, serão encaminhadas por meio eletrônico.

Parágrafo único. Deverão ser devolvidos, através do Sistema Hermes - Malote Digital, ao juízo deprecante, apenas a capa da precatória e os documentos que comprovem os atos praticados no juízo deprecado ou nele juntados, arquivando-se os mandados no próprio juízo deprecado.

As medidas adotadas trouxeram agilidade ao Tribunal, velocidade na troca de arquivos e informações, economia com a redução dos custos telefônicos, diminuição do uso de papel, aumento do tempo de vida útil dos equipamentos de impressão e decréscimo dos gastos com envio de documentos pelo sistema de postagem tradicional.

No ano de 2011, o Poder Judiciário através da Resolução nº 01/2011 (TOCANTINS TRIBUNAL DE JUSTIÇA 2011a), foi regulamentado o processo eletrônico. O texto da Resolução motivou-se no uso do processo eletrônico em todas as ações como meio de uniformizar, racionalizar e tornar mais céleres os procedimentos, além de fornecer uma prestação judicial mais eficaz. No referido ato foi determinada a implantação do processo eletrônico, nos Juízos de primeiro e segundo grau, cíveis e criminais, de forma gradativa, com prazo de conclusão fixado para dezembro de 2012.

Autorizada a implantação do processo eletrônico, faltava apenas a regulamentação de seu uso, lacuna que foi sanada com a Instrução Normativa nº 02/2011 (TOCANTINS TRIBUNAL DE JUSTIÇA 2011b), que relacionou a nomenclatura “e-Proc/TJTO” ao sistema de informatização processual do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins. A Instrução Normativa, além de relacionar a nomenclatura ao Processo Eletrônico, efetivou a participação da Defensoria Pública e do Ministério Público, além dos policiais e peritos, que são tratados, a partir de então, como usuários do e-Proc. Dessa Forma, além das partes processuais e seus procuradores, desembargadores, serventuários da justiça, peritos e auxiliares também os defensores, promotores de justiça e profissionais da polícia judiciária terão acesso aos autos, o que acelera, principalmente na esfera criminal, o trâmite dos processos.

Os inquéritos policiais e termos circunstanciados serão tramitados eletronicamente, por meio de anexação ao e-Proc, permanecendo os documentos originais em poder da Autoridade Policial até o fim do prazo para a propositura de revisão criminal e/ou até quando a autoridade judicial determinar, podendo ser incinerados posteriormente.

O processo eletrônico como facilitador da prestação jurisdicional célere

Segundo Lopes Júnior (2006, p.96), “A sociedade contemporânea clama por uma resposta mais rápida do Judiciário, uma vez que no mundo atual, houve uma quebra da crença do tempo linear”. Assim, o processo judicial eletrônico atende a essas expectativas por ser mais célere e garantir a eficiência da Justiça.

O princípio da celeridade é o mais afetado e o mais beneficiado com a implantação do sistema de processo eletrônico. É indubitável a agilidade que esse sistema pode alcançar, pois elimina o tempo de deslocamento dos advogados e partes até a sede do Juízo, diminuindo consideravelmente o trabalho dos servidores na execução de rotinas, em razão da automatização das mesmas. A característica mais marcante do processo judicial eletrônico é o fato de poder-se obter aos autos de qualquer lugar onde se tenha acesso a Internet (PINHEIRO, 2007).

Clementino (2007, p.169) afirma:

Sob tal prisma, mais uma vez a adoção do Processo Eletrônico traz vantagens imensas sobre o Processo tradicional. A distância entre a residência do titular do direito ofendido e o escritório do causídico, e o Réu, e o Fórum, e o Tribunal e os Tribunais Superiores é a mesma: um clique no mouse.

Com relação íntima aos princípios da razoável duração do processo e da celeridade, o princípio da cooperação, preconizado por Didier Júnior (2008), tem fundamental importância na duração dos processos. Isto porque o sistema implantado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins depende da atuação direta de todos os envolvidos na lide, sejam procuradores, partes, magistrados e serventuários.

Penna Barbosa (2007) alerta que o processo vagaroso interessa apenas à parte que não possui razão. Sendo esta, a parte economicamente mais forte, poderá esperar tranquilamente pela decisão durante muitos anos. Já a parte economicamente mais frágil fica sujeita a celebração de acordos desvantajosos e, em alguns casos, até mesmo renúncia, visando evitar sofrimento, tanto moral quanto material, enquanto aguarda o pronunciamento definitivo.

Não se pode olvidar também do impacto que o processo digital causa quando se fala no princípio do duplo grau de jurisdição. Todo o trâmite necessário para a remessa dos processos físicos, manuseando um a um para o envio aos Tribunais, considerando carga, deslocamento, recebimento, distribuição, entre outros, resumem-se a um simples procedimento de envio dentro do próprio sistema de processo eletrônico, selecionando os documentos necessários para a remessa dos autos virtuais.

O princípio da publicidade ganha elevada importância, na medida em que ao mesmo tempo aumenta a visibilidade dos processos, também a diminui. O formato eletrônico permite o acesso a qualquer pessoa sobre o andamento processual. No entanto, não é possível ter vistas de um processo na íntegra, como ocorre quando se visita um cartório judicial. Com o “e-Proc”, somente as pessoas que possuem a chave do processo têm a possibilidade de analisar os documentos.

O processo eletrônico como facilitador do acesso à justiça

O acesso à justiça é tema de extrema relevância no âmbito do Poder Judiciário, pois não basta aprimorar métodos, desenvolver sistemas e reduzir burocracia na prestação jurisdicional, se não for possível fazer com que tais melhoramentos cheguem efetivamente ao encontro dos jurisdicionados. Desta feita, o processo virtual, que já demonstrou inúmeros avanços no que diz respeito à prestação jurisdicional, também representa grandes avanços no que diz respeito ao acesso

à justiça. Vale lembrar alguns obstáculos ao acesso à justiça, anteriormente enumerados, pode-se observar o quanto o processo eletrônico combate incisivamente à custa judicial.

Ao processar um feito em autos totalmente eletrônico, a economia com papel, tinta das impressoras, espaço para armazenamento físico, tempo de tramitação, combustível nos deslocamentos ao Fórum, permitem que esses recursos sejam realocados para novos sistemas de investimento em equipamentos, na qualificação dos serventuários da justiça e, para os causídicos, especialmente, melhores condições de trabalho, haja vista o aumento no tempo que passam a ter para estudar suas causas, produzirem melhores peças, estarem mais disponíveis para seus clientes.

Além dos argumentos já apresentados, o processo eletrônico ainda beneficia o meio ambiente, poupando recursos naturais. Também está de acordo com os anseios dos advogados, pois, por utilizar o sistema eletrônico, não necessita da aquisição e instalação de um programa específico, o que poderia sair caro, ou mesmo ser demorado se fosse distribuído pelos tribunais.

O acesso à justiça está associado prestação jurisdicional, logo o exemplo citado como meio facilitador da prestação jurisdicional, onde a Justiça Federal disponibiliza servidores treinados e capacitados para manusear o “e-Proc”, desta mesma forma ocorre no Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins. Assim, esse amparo jurisdicional, ainda que simples e superficial, se apresenta como grande fato gerador de promoção do acesso à justiça. Ao lado da assistência jurídica integral e gratuita, das Defensorias Públicas, o processo eletrônico, é sem dúvida, um grande incentivador ao acesso à justiça no Brasil.

Em uma análise geral do presente trabalho, constataram-se a importância da jurisdição na pacificação dos conflitos, ressaltada as características que a preservam como tal e principalmente os princípios norteadores dessa função, encarregados de garantir a justiça. Ao final, surge o processo eletrônico como instrumento inovador na forma de prestação jurisdicional pelo Estado e meio concretizador do acesso à justiça.

Atuação do servidor na sistemática do processo eletrônico

Com a implantação do processo virtual “e-Proc/TJTO”, os servidores do Poder Judicial Tocantinense se depararam com facilidades nas execuções laborativas de suas funções. A agilização dos trabalhos dos servidores conta com a vantagem devido a mão de obra de execução de atividades de processamento a qual deverá ser remanejada para outros serviços, tendo em vista a mudança na rotina de trabalhos dentro do judiciário.

Preconizado por Clementino (2007, p.88), “no que diz respeito à concretização do julgado, a conexão do Judiciário a diversas bases de dados poderia reduzir as dificuldades que hoje emperram a efetivação do comando contido na sentença”. Segundo Oliveira (2010), a agilidade dos serviços cartorários será uma decorrência natural da implementação do processo judicial eletrônico pelos tribunais.

Considerações Finais

O processo eletrônico assume elevada importância e responsabilidade na medida em que surge como método inovador e revolucionário para a prestação jurisdicional e para o acesso à justiça. Com o advento da Lei 11.419/06 foi permitida a utilização de autos totalmente virtuais, acessíveis de qualquer lugar do mundo através da internet.

Automatizam-se rotinas, simplificam-se procedimentos, ampliam-se as formas de acesso e consulta, diminuem-se os gastos públicos e, principalmente, acelera-se a tramitação processual, efetivando o princípio da celeridade e a participação das partes no andamento dos processos quase

que simultânea, em razão da facilidade do acompanhamento dos atos processuais. A qualidade e rapidez dos serviços e dos julgamentos tendem a aumentar, à medida que se permite a realização de trabalhos mais técnicos e menos burocráticos.

Com a efetiva implantação do processo eletrônico, o Poder Judiciário conseguirá eliminar as ineficiências dos processos físicos, aumentando sua produtividade e eficiência ao serviço prestado aos jurisdicionados, vez que unirá a racionalização do trabalho ao melhor aproveitamento de recursos humanos e materiais, trazendo resultados significativos ao Poder Judiciário efetivamente célere, econômica e eficaz.

Referências

- BENUCCI, R. L. **A Tecnologia Aplicada ao Processo Judicial**. Campinas. Millennium, 2007.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988, 17. Ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- BRASIL. **Lei 9.800, de 26 de maio de 1999**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9800.htm>. Acesso em: 01/11/2015.
- BRASIL. **Lei 10.259/ de 12 de Julho de 2001**. Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10259.htm>. Acesso em 01/11/2015.
- BRASIL. **Lei 11.419 de 19 de dezembro de 2006**. Dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 01/11/2015.
- CINTRA, A. C.A.; GRINOVER, A. P.; DINAMARCO, C. R. **Teoria Geral do Processo**. 23ª Ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2007.
- CLEMENTINO, E. B. **Processo Judicial Eletrônico**. Curitiba: Ed. Juruá, 2007.
- DIDIER JÚNIOR, F. **Curso de Direito processual civil– Teoria geral do processo e processo de conhecimento**. 10ª ed. Salvador: Podivm, 2008.
- PENNA BARBOSA, H. L. Lei n. 11.419/2006: o processo eletrônico como garantia de um judiciário efetivo. **Revista Dialética de Direito Processual**. São Paulo, n.49, p.79-94, abr. 2007.
- PINHEIRO, P. P. **Direito Digital**. 2a ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
- THEODORO JÚNIOR, H. **O Processo Civil Brasileiro: no limiar do novo século**. Rio de Janeiro: Forense, 1999.
- TOCANTINS. TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Resolução nº 21/GAPRE/2010**. Institui a comunicação oficial e de mero expediente por meio eletrônico, no âmbito do Poder Judiciário Estadual, e adota outras providências. Diário da Justiça nº 2525, pp. 3-4, Palmas, out. 2010. Disponível em: <<http://www.tjto.jus.br/diario/diariopublicado/1186.pdf>>. Acesso em: 17/11/2015.
- TOCANTINS. TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Resolução nº 01/2011**. Implanta o Processo Eletrônico no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Tocantins em primeiro e segundo graus de jurisdição. Diário da Justiça nº 2589, p. 2, Palmas, fev. 2011a. Disponível em: <<http://www.tjto.jus.br/diario/diariopublicado/1272.pdf>>. Acesso em: 17/11/2015.
- TOCANTINS TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Instrução Normativa nº 02/2011**. Regulamenta o processo judicial eletrônico - e-Proc/TJTO – no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Tocantins e dá outras providências. Diário da Justiça nº 2650, p. 2-5, Palmas, mai. 2011b. Disponível em: <<http://www.tjto.jus.br/diario/diariopublicado/1354.pdf>>. Acesso em: 17/11/2015.

Enviado em 30/04/2020

Avaliado em 15/06/2020

CIDADANIA DELIBERATIVA E GESTÃO SOCIAL NO COLEGIADO TERRITORIAL DO JALAPÃO (TO)

Maria Antônia Valadares de Souza³⁷

Elainy Cristina da Silva Coelho³⁸

Airton Cardoso Cançado³⁹

Nayara Silva dos Santos⁴⁰

Resumo

Este artigo tem como objetivo identificar a presença dos Critérios de Cidadania Deliberativa e as Características da Gestão Social no Colegiado Territorial do Território da Cidadania do Jalapão. Os dados foram coletados por meio de aplicação de questionário aos membros do colegiado, entrevistas semiestruturadas e observação participante. Os resultados evidenciaram que a sociedade civil está engajada juntamente com o poder público nos processos deliberativos relacionados às políticas públicas territoriais. Todavia, consideram-se excluídos do processo de execução e gestão dos projetos destinados aos municípios, pois não participam efetivamente desta fase, ficando a cargo apenas do poder público.

Palavras-chave: Gestão Social. Cidadania Deliberativa. Jalapão.

Abstract

This article aims to identify the presence of the Deliberative Citizenship Criteria and the Characteristics of Social Management in the Territorial Collegiate of the Jalapão Citizenship Territory. Data were collected through the application of a questionnaire to members of the collegiate, semi-structured interviews and participant observation. The results showed that civil society is engaged together with the public authorities in the deliberative processes related to territorial public policies. However, they consider themselves excluded from the process of executing and managing projects for municipalities, as they do not participate effectively in this phase, being left to the public authorities alone.

Keywords: Social Management. Deliberative Citizenship. Jalapão.

Introdução

As discussões sobre a participação da sociedade nas esferas públicas tornam-se cada vez mais relevantes para o desenvolvimento rural. Com a implantação do Programa dos Territórios Rurais/Cidadania o debate ganhou evidência. O programa buscou por meio de instância colegiada territorial promover o fortalecimento institucional dos atores sociais locais na gestão participativa para a construção e integração de políticas para o território.

A Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a partir do Plano Plurianual 2004-2007, promoveu iniciativas que consideraram a participação dos atores dos territórios e as especificidades locais nas diversas fases do planejamento de políticas públicas de desenvolvimento territorial, especificamente com o delineamento do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat). A aplicação do

³⁷ Doutoranda em Ciências do Ambiente (Universidade Federal do Tocantins).

³⁸ Mestre em Gestão de Políticas Públicas (Universidade Federal do Tocantins) e Professora do Instituto Federal do Tocantins.

³⁹ Doutor em Administração (Universidade Federal de Lavras) e professor da Universidade Federal do Tocantins.

⁴⁰ Doutoranda em Desenvolvimento Regional (Universidade Federal do Tocantins).

programa de desenvolvimento territorial ocorreu considerando as composições dos territórios rurais. Posteriormente, no Plano Plurianual 2008-2011, alguns territórios foram enquadrados no Programa Territórios da Cidadania. Os Territórios da Cidadania foram criados em virtude dos baixos indicadores sociais e por estarem economicamente mais fragilizados. Assim, foi possível integrar outras políticas públicas com os desdobramentos do planejamento territorial.

A constituição dos Colegiados Territoriais deliberativos, compostos por representantes da sociedade civil e poder público, nortearam às ações do programa de desenvolvimento dos territórios seguindo os princípios da cidadania deliberativa e da gestão social. Vale ressaltar, que a SDT ofereceu assessoramento técnico para auxiliar o funcionamento dos Colegiados Territoriais através de contratação de consultorias especializadas e a partir de 2013 foram constituídos para essa finalidade os Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET), por meio de parcerias com as Universidades Públicas Federais, Estaduais e os Institutos Federais de Educação Tecnológica.

A participação cidadã possibilita que os afetados pelas políticas de desenvolvimento territorial se envolvam nas diferentes fases do processo, fortalecendo novas formas de gestão (TENÓRIO, 2012). A abordagem que considera a participação de diversos atores no planejamento de políticas públicas e das ações opõe-se ao estilo de gestão tradicional, que se fundamenta em processos de decisões verticais e centralizados.

O conceito de cidadania possui vários olhares/compreensões, e neste trabalho o tipo de cidadania que será analisada é a deliberativa. Assim, cidadania deliberativa é entendida por Tenório (2012) como “[...] o envolvimento dos cidadãos nos processos de planejamento e implementação de políticas públicas, notadamente nas situações que facilitam o controle social dos ditos processos”. Diante do exposto, o presente trabalho tem o objetivo de identificar a presença dos Critérios de Cidadania Deliberativa e as Características da Gestão Social no Colegiado Territorial do Território da Cidadania do Jalapão (TO).

Os territórios da cidadania correspondem a uma delimitação administrativa de ação do governo, e são caracterizados como espaços socioterritoriais, que atuam com eixos estratégicos visando a organização e o fortalecimento dos atores sociais, a adoção de princípios e práticas da gestão social e a implementação e integração de políticas públicas (DECKERT; ALLEBRANDT; SAUSEN, 2012).

O Território da Cidadania do Jalapão, localizado no estado do Tocantins, foi instituído em 2008 e é um dos mais antigos. O referido território é formado por 08 (oito) municípios: Ponte Alta do Tocantins, Lagoa do Tocantins, Lizarda, Mateiros, Novo Acordo, Rio Sono, Santa Tereza do Tocantins e São Félix do Tocantins. Conforme dados do IBGE (2010), o Território do Jalapão abrange uma área de 34.113,20 km² possui 30.629 habitantes, destes 11.551 vivem na zona rural, correspondendo a 37,69% do total. A economia da região está baseada na agricultura familiar, no turismo e no artesanato feito de capim dourado. Conta com uma fauna e flora rica e diversificada, o que leva o Território do Jalapão ser considerado uma área de cerrado prioritária para a conservação.

Cidadania deliberativa e gestão social

A gestão social de políticas públicas de desenvolvimento territorial demanda a participação principal da sociedade em todas as fases necessárias para implantação das políticas públicas que promovam o desenvolvimento dos territórios, isto é, os cidadãos afetados pelas políticas e ações públicas precisam se envolver em tais processos (TENÓRIO, 2012). Essa forma de gestão busca transformar os moldes de decisão adotados historicamente no Estado brasileiro e que são pautados pelo distanciamento e pela dominância do Estado sobre a sociedade, a chamada “estadania” (ANDRADE; CASTRO; PEREIRA, 2012).

A gestão social é entendida como uma forma gerencial que compreende a participação de diversos atores, de modo que as decisões são tomadas conjuntamente pelos envolvidos. Nesse sentido, é garantido o direito à fala em um ambiente ausente de cerceamento, intimidação, imposição, constrangimento, ou seja, não é permitido nem um tipo de coação (TENÓRIO, 2016).

Tenório (2016) explica que o conceito de gestão social é formado por meio da contraposição das seguintes palavras: Estado-sociedade, capital-trabalho, capital-sociedade, gestão estratégica e gestão social, e do papel da cidadania deliberativa como mediadora da relação que se estabelece entre as duplas de palavras. Embora historicamente não tenham papel principal nas relações que se formam, a sociedade e o trabalho têm seus lugares invertidos para demonstrar o protagonismo dos mesmos, determinado pelo conceito de gestão social, de forma que a ligação tem nova configuração: Sociedade-Estado, trabalho-capital e sociedade-capital. A inversão das palavras evidencia a importância da sociedade civil (cidadania organizada) e do trabalho (cidadão trabalhador), sem reduzir a relevância do Estado e do capital.

Continuamente a oposição e comparação de gestão estratégica e gestão social, permite uma compreensão mais clara desta última. Nas palavras de Tenório (2007, p. 26):

Gestão Social contrapõe-se à gestão estratégica à medida que tenta substituir a gestão tecnoburocrática (combinação de competência técnica com atribuição hierárquica), monológica, por um gerenciamento mais participativo, dialógico, no qual o processo decisório é exercido por meio de diferentes sujeitos sociais (TENÓRIO, 2007, p. 26).

A gestão social tem como conceito “[...] a tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na inteligibilidade da linguagem, na dialogicidade e entendimento esclarecido como processo, na transparência como pressuposto e na emancipação na condição de fim último” (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013, p. 132).

Nesse trabalho, nos interessa também o conceito de cidadania deliberativa, uma vez que a presente pesquisa verifica a participação dos cidadãos nas etapas necessárias à implantação de políticas públicas territoriais. O conceito de cidadania deliberativa é definido por Tenório (2012) considerando os três direitos marshallianos: civil, político e social (MARSHALL, 1967).

[...] *cidadania deliberativa* seria aquela que por meio de processos decisórios reflexivos e intersubjetivos apontaria direções que de maneira implícita ou explícita atenderiam aos direitos marshallianos na medida em que o diálogo favorece a liberdade individual – direito civil -, possibilita a participação na decisão – direito político – e contribui para o bem comum – direito social. Assim, a cidadania deliberativa é aquela validada a partir de *esferas públicas* em que todos os interessados argumentam, orientados pelo fundamento da inclusão (TENÓRIO, 2012, p. 22).

Esferas públicas são espaços em que acontecem as discussões entre diferentes atores em busca do bem comum, de modo que para esse fim, devem prevalecer os interesses coletivos sobre os interesses pessoais. O bem comum é alcançado à medida que há espaços de diálogo, ou seja, arranjos institucionais que permitam a participação sem coação. Desse modo, entende-se que o bem comum é atingido mediante as esferas públicas, em que há a ação direta do cidadão (TENÓRIO, 2012).

Como forma de verificar a cidadania deliberativa, Villela (2012), definiu um modelo de avaliação da participação e da deliberação cidadã nos processos decisórios nas esferas públicas ou políticas públicas (VILLELA, 2012). Modelo de avaliação foi obtido a partir da adaptação dos critérios por meio da teoria da redução sociológica de Guerreiro Ramos (1965) (VILLELA, 2012).

Além do exposto, o modelo de avaliação da participação e da deliberação cidadã (VILLELA, 2012) foi orientado também pelo conceito de cidadania deliberativa de Tenório (2005, p. 105) “[...] cidadania deliberativa significa, em linhas gerais, que a legitimidade das decisões deve ter origem em processos de discussão orientados pelos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e do bem comum”.

O quadro a seguir apresenta os Critérios de Análise para Cidadania Deliberativa (VILLELA, 2012), assim como, a sua relação com as Características da Gestão Social (CANÇADO; TENÓRIO; PEREIRA, 2011; CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2015).

Quadro 1 – Relação entre os Critérios de Análise para Cidadania Deliberativa e as Características da Gestão Social.

Villela (2012)		Cançado, Tenório e Pereira (2011)
Categorias	Critérios	Característica da Gestão Social
Processo de discussão	Canais de difusão	Transparência e Inteligibilidade
	Qualidade da informação	Transparência e Inteligibilidade
	Espaços de transversalidade	Dialogicidade/Entendimento
	Pluralidade do grupo promotor	Tomada de decisão coletiva sem coerção/Dialogicidade
	Órgãos existentes	Transparência e Inteligibilidade/Entendimento
	Órgãos de acompanhamento	Transparência e Inteligibilidade
	Relação com outros processos participativos	Entendimento/Dialogicidade
Inclusão	Abertura dos espaços de decisão	Tomada de Decisão Coletiva, sem coerção/Transparência e Inteligibilidade/Dialogicidade
	Aceitação social, política e técnica	Tomada de Decisão Coletiva, sem coerção/Transparência e Inteligibilidade/Dialogicidade
	Valorização cidadã	Entendimento
Pluralismo	Participação de diferentes atores	Tomada de Decisão Coletiva, sem coerção/Transparência e Inteligibilidade/Entendimento
	Perfil dos atores	Tomada de Decisão coletiva, sem coerção
Igualdade participativa	Forma de escolha de representantes	Tomada de Decisão Coletiva sem coerção
	Discursos dos representantes	Tomada de Decisão Coletiva, sem coerção/Transparência e Inteligibilidade/Entendimento
	Avaliação participativa	Tomada de Decisão coletiva sem Coerção; Entendimento
Autonomia	Origem das proposições	Tomada de Decisão Coletiva sem Coerção; Entendimento
	Alçada dos atores	Tomada de Decisão Coletiva sem coerção
	Perfil da liderança	Tomada de Decisão coletiva, sem Coerção; Transparência e Inteligibilidade/Entendimento
	Possibilidade de exercer a própria vontade	Tomada de Decisão Coletiva, sem coerção
Bem comum	Objetivos alcançados	Transparência e Inteligibilidade/Entendimento
	Aprovação cidadã dos resultados	Entendimento

Fonte: Cançado, Tenório e Pereira (2011); Villela (2012); Cançado, Pereira e Tenório (2015).

Sob o prisma da gestão social e da cidadania deliberativa o desenvolvimento dos territórios não deve contemplar apenas a ótica do crescimento econômico, mas ir além, proporcionando a evolução política, social e cultural, de modo que haja diálogo e cooperação de diferentes atores (TENÓRIO, 2012). Para isso, há a necessidade que a sociedade utilize dos espaços de participação conquistados junto ao poder público (ANDRADE; CASTRO; PEREIRA, 2012).

Material e métodos

A pesquisa caracteriza-se como descritiva, pois foi identificada e posteriormente, descrita a presença dos critérios de Cidadania Deliberativa e as características da Gestão Social no Colegiado Territorial do Território da Cidadania do Jalapão. O colegiado territorial do Jalapão, composto por 32 (trinta e dois) membros, sendo quatro representantes por município (dois titulares e dois suplentes) atendendo a paridade de representação do poder público e da sociedade civil.

Deste modo, aplicou-se questionário com 50% membros (16 membros) do colegiado em que foram avaliados os critérios de análise para Cidadania Deliberativa e as características da Gestão Social, sendo dois membros por municípios, um da sociedade civil e outro do poder público. Os questionários foram desenvolvidos conforme o quadro 1.

Para tabulação dos dados dos questionários, cada critério de análise da Cidadania Deliberativa foi mensurado considerando a identificação das características da Gestão Social, da seguinte forma: 0 – critério não identificado; 1 – critério identificado, mas com pouca intensidade; 2 – critério identificado, mas precisa avançar; 3 – critério plenamente atendido.

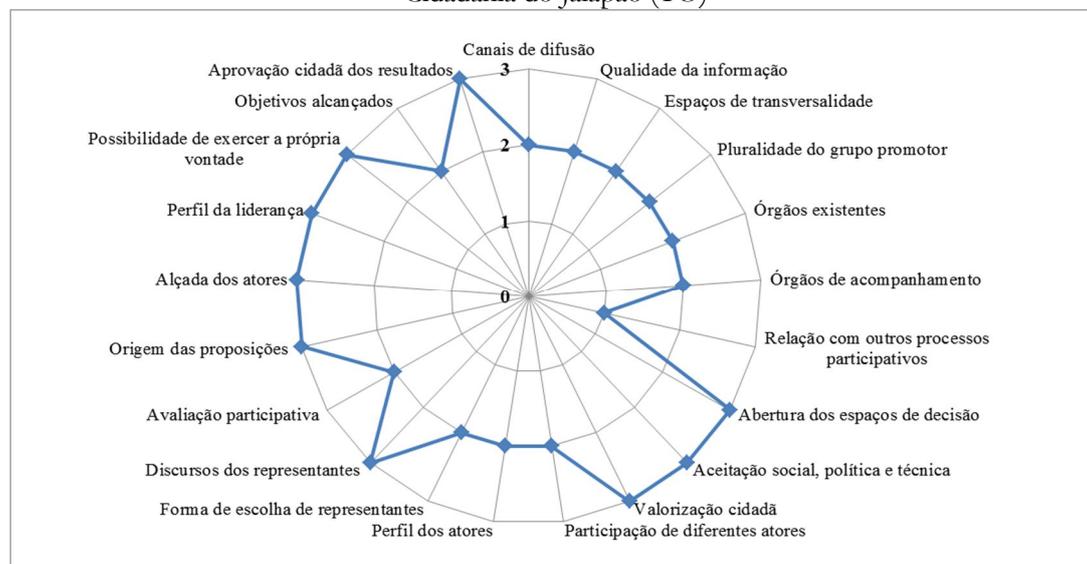
De forma complementar, para auxiliar na discussão dos resultados dos questionários, principalmente na identificação das características da gestão social, também foram realizadas entrevistas semiestruturadas com o coordenador e outros cinco membros do colegiado, sendo estes três representantes da sociedade civil e três representantes do poder público.

Ainda, foram coletados dados através da observação participante, sendo que os pesquisadores, pertencentes à equipe do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial – NEDET, assistiram as reuniões do Colegiado Territorial do Jalapão de junho de 2015 a junho de 2016. Para tabulação e discussão dos resultados das entrevistas e dos dados coletados com a observação participante foi utilizado o método de análise de conteúdo de Bardin (2011), agrupando os dados em categorias temáticas sobre cidadania deliberativa e a gestão social.

Resultados e discussões

Os resultados sobre as características da gestão social serão apresentados nas categorias da análise da cidadania deliberativa, que são: inclusão, pluralismo, igualdade participativa, autonomia e bem comum. A seguir os critérios de todas as categorias de análise da cidadania deliberativa são apresentados na figura 1.

Figura 1 – Síntese dos Critérios de Análise da Cidadania Deliberativa no Colegiado do Território da Cidadania do Jalapão (TO)



*Legenda: 0 – Critério não identificado; 1 – Critério identificado, mas com pouca intensidade; 2 – Critério identificado, mas precisa avançar; 3 – Critério plenamente atendido.

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2015-2016)

Processo de discussão

O processo de discussão é o que permite a participação em um espaço intersubjetivo, comunicativo e pressupõe igualdade de direitos com entendimento entre os atores envolvidos, além de avaliar os elementos condicionantes para um efetivo funcionamento do colegiado.

Com relação à avaliação da cidadania deliberativa, o gráfico evidencia que o Colegiado Territorial do Jalapão na categoria processo de discussão não tem seus critérios atendidos de forma plena, visto que nessa categoria a média dos indicadores foi 2. O resultado significa que os critérios canais de difusão, qualidade da informação, espaços de transversalidade, pluralidade do grupo promotor, órgão existentes e órgãos de acompanhamento foram identificados, mas precisam evoluir em alguns pontos, como por exemplo, no aprimoramento dos *canais de difusão*.

O Território da Cidadania do Jalapão é um território de grande extensão territorial e parte dos representantes, principalmente da sociedade civil, residem na zona rural e não tem acesso a canais como a internet ou telefone celular. Tais problemas não prejudicam de forma expressiva a mobilização dos potenciais participantes, mas atrapalha a qualidade da informação que por vezes é veiculada em sites, e-mail, entre outros. Verificou-se também, que uma parte da sociedade civil utiliza os computadores e serviços de internet do poder público para ter acesso aos conteúdos e se preparem para as reuniões do colegiado.

Verificou-se a presença das seguintes características da gestão social no processo discussão no colegiado: a transparência, a inteligibilidade, a dialogicidade, o entendimento e a tomada de decisão coletiva sem coerção. No entanto, conforme relato dos entrevistados nota-se que tais características precisam evoluir para que o processo de discussão seja mais participativo. Verificou-se na fala de alguns entrevistados que muitos pontos são decididos com base na negociação entre os atores e não conforme a característica do entendimento.

Considerando o exposto, é premente que seja melhorada a *relação com outros processos participativos*, pois esse critério obteve média 1, demonstrando pouca intensidade, e prejudicando a inteligibilidade/dialogicidade.

Inclusão

Essa categoria teórica baseada nos critérios *abertura dos espaços de decisão, aceitação social, política e técnica*, e a *valorização cidadã* obteve média 3, evidenciando que os critérios são plenamente atendidos. Os entrevistados relatam e demonstram satisfação na maneira como todo processo é conduzido de forma participativa. Neste sentido, observa-se a presença e a valorização das seguintes características da gestão social no TCJ: tomada de decisão coletiva e sem coerção, transparência e inteligibilidade/dialogicidade. No entanto, demonstram que é necessária uma estratégia de mobilização e capacitação de forma a ampliar e qualificar a participação.

Pluralismo

No Colegiado Territorial do Jalapão há equilíbrio entre o quantitativo de representantes do poder público e da sociedade civil organizada, o que atende a pluralidade do grupo promotor. A média dos indicadores encontrada para essa categoria foi 2, demonstrando que os critérios *participação de diferentes atores e perfil dos atores* foram identificados, mas precisam avançar em algum nível. O colegiado é composto por diferentes grupos da sociedade civil, como comunidades e povos tradicionais (quilombolas), agricultores familiares, artesãos, homens, mulheres e jovens, mas ainda precisa incluir outros atores da sociedade nos espaços de discussão para que o pluralismo obtenha resultados superiores no que se refere à cidadania deliberativa e as características da gestão social.

Igualdade participativa

Dois dos critérios de análise desta categoria – *forma de escolha de representantes e avaliação participativa* – obtiveram média 2, demonstrando que há a necessidade de evolução dos critérios citados para que a gestão social seja atendida em plenitude. Diante do resultado, a forma de escolha dos representantes do colegiado precisa ser mais participativa, uma vez que em alguns municípios é o poder público que articula a escolha dos membros da sociedade civil. Nota-se também que os membros da sociedade civil se sentem excluídos do processo de execução, gestão e avaliação dos projetos destinados aos municípios, pois não participam efetivamente destas fases, ficando a cargo apenas do poder público, o que fragiliza a avaliação participativa.

O *discurso dos participantes* obteve média 3. Este resultado também foi confirmado nos relatos dos entrevistados, observando-se, deste modo, as características de tomada de decisão de forma coletiva e sem coerção, transparência e inteligibilidade/entendimento. Destaca-se que os atores valorizam esses espaços de discussão como sendo primordial ao desenvolvimento local, e verbalizaram que quanto mais as pessoas participarem dos processos de discussão, maior será o poder de articulação e a formação cidadã (sociedade civil).

Autonomia

Para um processo autônomo pressupõe-se que os diversos atores são livres para tomarem as decisões coletivas de maneira participativa e transparente. Os critérios *origem das proposições, alçada dos atores, perfil das lideranças e possibilidade de exercer a própria vontade* obtiveram nota 3, o que significa que a categoria foi plenamente atendida no que se refere a cidadania deliberativa e as características da gestão social. Assim, a característica tomada de decisão coletiva, sem coerção e transparência são claramente identificadas. No entanto, registra-se nos relatos que essa autonomia não está presente

no acompanhamento da execução dos projetos públicos fazendo com que o processo autônomo seja limitado. Vale ressaltar que alguns casos o projeto não é implantado por problemas administrativos do poder público local, notando-se, nesse aspecto, uma inteligibilidade prejudicada. Assim, fica evidenciada a necessidade de um processo para ampliar a escala dessa autonomia.

Bem comum

Percebe-se nesta categoria teórica o reflexo de todas as outras categorias (processo de discussão, inclusão, pluralismo, igualdade participativa e autonomia), o que leva a efetividade ou não do colegiado. Considerando que a média para *aprovação cidadã dos resultados* foi 3, nota-se que o critério foi plenamente atendido, e se observa a característica “entendimento”, da gestão social. No entanto, o critério *objetivos alcançados* obteve média 2, tendo em vista que os atores não consideraram os objetivos alcançados totalmente condizentes com os objetivos planejados. As características transparência e Inteligibilidade/Entendimento foram identificadas em um nível intermediário. Em resumo, o bem-estar social (bem comum) só se realiza de forma satisfatória quando os objetivos são plenamente alcançados, aceitos e reconhecidos pela comunidade.

Considerações finais

Os resultados evidenciaram que a sociedade civil está engajada juntamente com poder público nos processos deliberativos relacionados às políticas públicas territoriais. Por isso, a sociedade civil sente-se participante dos processos decisórios iniciais relacionados à implementação das políticas públicas, desempenhando na plenária os papéis de identificação, seleção e aprovação dos projetos a serem financiados. Todavia, consideram-se excluídos do processo de execução e gestão dos projetos destinados aos municípios, pois não participam efetivamente desta fase, ficando a cargo apenas do poder público o que faz o processo da cidadania deliberativa ficar fragilizado e a gestão social, que tem o fim único de emancipação, não acontece plenamente. No entanto, a discussão dialógica no colegiado territorial tem o potencial de promover maior integração entre a sociedade civil e o poder público, assim como, entre os municípios que constituem o território.

Referências

- DECKERT, C. T.; ALLEBRANDT, S. L.; SAUSEN, J. O. A gestão social no território da cidadania noroeste colonial do Rio Grande do Sul. **Desenvolvimento em Questão**, v. 10, n. 21), p. 88-118, 2012.
- ANDRADE, D. M.; CASTRO, C. L. C.; PEREIRA, J. R. Cidadania ou "estadania" na gestão pública brasileira?. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 1, p. 177-190, Feb. 2012 .
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2011.
- CANÇADO, A. C.; TENÓRIO F. G.; PEREIRA, J. R. Gestão social: reflexões teóricas e conceituais. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 681-703, 2011.
- CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R.; TENÓRIO, F. G. **Gestão social: epistemologia de um paradigma**. Curitiba: CRV, 2013.
- CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R.; TENÓRIO, F. G. **Gestão social: epistemologia de um paradigma**. 2 Ed. Curitiba: CRV, 2015.
- MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- RAMOS, A. G. **A redução sociológica**. 2 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.
- TENÓRIO, Fernando Guilherme. (Re) visitando o conceito de gestão social. **Desenvolvimento em questão**, v. 3, n. 5, p. 101-124, 2005.
- TENÓRIO, F. G. (Org). **Gestão Social: metodologia, casos e práticas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007.
- TENÓRIO, F. G. Escopo teórico. In: TENÓRIO, F. G. (Org). **Cidadania e desenvolvimento local: critérios de análise**. Rio de Janeiro: FGV, 2012. p. 19-34.
- TENÓRIO, F. G. Gestão social: conceito. In: TENÓRIO, F. G.; KRONEMBERGER, T. S. (Org). **Gestão social e conselhos gestores**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.
- VILLELA, L. E. Escopo metodológico. In: TENÓRIO, Fernando Guilherme (Org). **Cidadania e desenvolvimento local: critérios de análise**. Rio de Janeiro: FGV, 2012. p. 35-46.

Enviado em 30/04/2020

Avaliado em 15/06/2020

APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA E INTELIGÊNCIAS MÚLTIPLAS: UM ESTUDO A PARTIR DAS TEORIAS E SUA RELEVÂNCIA NO PROCESSO DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM

Elisane Ortiz de Tunes Pinto⁴¹
Fernando Augusto Treptow Brod⁴²

Resumo

Este artigo é um excerto da dissertação defendida no Programa de Mestrado Profissional em Ensino. A pesquisa discute a importância de os educadores compreenderem como o estudante aprende, sobretudo alunos que apresentam alguma dificuldade no processo de aprendizagem. Durante o processo e escrita da dissertação, abordamos duas teorias consideradas relevantes para a proposta que buscávamos, sendo elas a Teoria da Aprendizagem Significativa e a Teoria das Inteligências Múltiplas. Pretendemos mostrar, neste artigo, que estas duas teorias, podem conversar e subsidiar o trabalho docente, preferencialmente, conforme o mote da pesquisa, com estudantes que, no período de alfabetização, apresentam dificuldades na aprendizagem.

Palavras-chave: Ensino e Aprendizagem; Aprendizagem Significativa; Inteligências Múltiplas.

Abstract

This article is an excerpt from the dissertation defended in the Professional Master's Program in Teaching. The research discusses the importance of educators to understand how the student learns, especially students who have some difficulty in the learning process. During the process and writing of the dissertation, we approached two theories considered relevant to the proposal we were looking for, namely the Theory of Meaningful Learning and the Theory of Multiple Intelligences. We intend to show, in this article, that these two theories can talk and subsidize the teaching work, preferably, according to the research motto, with students who, during the literacy period, present learning difficulties.

Keywords: Teaching and Learning; Meaningful learning; Multiple intelligences.

Introdução

As escolas da rede pública municipal de Pelotas, RS oferecem aulas de reforço, chamadas de Apoio Pedagógico com o intuito de reforçar a aprendizagem. Verificamos que o trabalho desenvolvido no Apoio Pedagógico da escola pesquisada, embora comprometido com o avanço da aprendizagem dos estudantes, não apresentava uma proposta pedagógica definida, que contemplasse os conhecimentos prévios dos alunos. A ausência de uma proposta estruturada e clara que considerasse os estudantes nas suas possibilidades e resgate de aprendizagens, deixava o trabalho compartimentado. A partir desta realidade, foi desenvolvida uma pesquisa-ação nas aulas do Apoio Pedagógico, com estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental e observamos que o trabalho desenvolvido no Apoio necessitava ultrapassar o mero reforço de conteúdos.

Fez-se necessário, então, pesquisar sobre o trabalho docente, com a intenção de desenvolver uma proposta e refletir junto às professoras do Apoio Pedagógico, estratégias para uma

⁴¹ Pedagoga; Especialista em educação e Mestre em Ensino, com ênfase em Tecnologias na Educação. Supervisora Pedagógica no Instituto Federal Sul-rio-grandense e docente do Curso Normal, formação de professores no Colégio Municipal Pelotense.

⁴²Doutor em Educação em Ciências. Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico no IFSul, lotado no Campus Visconde da Graça – CAVG. Atua como docente, pesquisador e orientador no Mestrado Profissional da mesma instituição.

prática voltada à Aprendizagem Significativa, buscando refletir sobre as Múltiplas Inteligências e como poderíamos considerá-las no processo de ensino e aprendizagem.

Neste artigo, portanto, buscamos trazer recortes da escrita da dissertação, fruto da pesquisa desenvolvida, onde procuramos discutir a presença destas duas teorias no processo educativo.

A teoria da aprendizagem significativa

A escola é um espaço de convivência e de construção de aprendizagem. Assim é dito e assim a vemos, mas esse espaço tem sido realmente de construção? Quantos de nós, educadores, valorizamos de fato os saberes dos educandos? A escola é um espaço de convívio onde os alunos aprendem a partir desta convivência, mas sabemos que a aprendizagem que a escola valoriza é, preferencialmente, o que está no currículo formal e, mesmo com todas as discussões acerca da equalização do currículo, a prática tem mostrado que os conteúdos mais relevantes tem sido os de linguagem e matemática.

Entretanto, sabemos que nem todos os alunos possuem as mesmas condições de aprendizagem. Uns necessitam de mais estímulos na área da linguagem, outros na área de matemática. Alguns alunos possuem mais facilidade em aprender através da visualização, outros através da audição e também tem os que aprendem melhor através da manipulação de materiais, da observação, dentre outros estímulos. Estas são considerações que precisam ser refletidas na escola para que a aprendizagem dos alunos faça sentido tornando-se significativa e não meramente mecânica.

Moreira (2001), a partir da Teoria da Aprendizagem Significativa de David Ausubel, aponta que,

a aprendizagem significativa é um processo pelo qual uma nova informação se relaciona com um aspecto relevante da estrutura de conhecimento do indivíduo. Ou seja, neste processo a nova informação interage com uma estrutura de conhecimento específica, a qual Ausubel define como conceito subsunçor ou simplesmente subsunçor (subsumer), existentes na estrutura cognitiva do indivíduo. A aprendizagem significativa ocorre quando a nova informação ancora-se em subsunçores relevantes preexistentes na estrutura cognitiva de quem aprende (MOREIRA, 2001, p. 17).

Neste sentido, podemos refletir sobre a aprendizagem dos alunos e, a partir do conceito de Ausubel, voltar nosso olhar à prática que desenvolvemos, a fim de observarmos se os nossos alunos estão de fato aprendendo de forma significativa.

O *subsunçor*, conforme nos aponta Moreira (2001), nada mais é que as aprendizagens ou os conceitos já formulados pelo indivíduo e que servirão de âncora para que as novas aprendizagens ocorram, ou seja, é necessário ancorar os novos conceitos a outros que façam sentido para que as novas informações tenham significado.

O ensino, por exemplo, partindo de letras isoladas para aos poucos compor o todo deixa de ser significativo ao estudante, pois ele não está ancorado em nenhum conceito anterior que faça sentido a essa nova informação. Alguns alunos compreendem com mais rapidez ao passo que outros, não vendo sentido, não compreendem o significado de uma letra isolada e assim, não conseguem fazer a relação necessária para que a aprendizagem se estruture. Com o tempo, acabam incorporando essa aprendizagem, mas geralmente, de forma mecânica.

Contrastando com a aprendizagem significativa, Ausubel define *aprendizagem mecânica (rote learning)* como sendo a aprendizagem de novas informações com pouca ou nenhuma interação com conceitos relevantes existentes na estrutura

cognitiva. Nesse caso, a nova informação é armazenada de maneira arbitrária. Não há interação entre a nova informação e aquela já armazenada. O conhecimento assim adquirido fica arbitrariamente distribuído na estrutura cognitiva sem relacionar-se a *conceitos subsunçores* específicos. A aprendizagem de pares de sílabas sem sentido é um exemplo típico de aprendizagem mecânica [...] (MOREIRA, 2001, p. 18-19).

Como podemos observar, é fundamental que haja significado na aprendizagem e, para isso, esta deve possuir relações com aprendizagens já construídas.

O que ouvimos repetidamente na escola sobre *considerar a realidade do educando; partir dos seus conhecimentos prévios, etc.* são *chavões* que se incorporaram na prática do professor, mas nem sempre são fáceis de observar e colocá-los em prática. Isso se deve a inúmeros fatores como condições de trabalho às vezes precárias, salas de aulas lotadas, e a própria formação profissional.

Voltando ao significado da aprendizagem, é importante considerarmos os estímulos que os alunos recebem, pois estes são plurais, dotados de inúmeras possibilidades e também únicos, visto que cada um aprende de maneira individualizada.

Gardner (1995) considera que

o propósito da escola deveria ser o de desenvolver as inteligências e ajudar as pessoas a atingirem objetivos de ocupação e passatempo adequados ao seu espectro particular de inteligências. As pessoas que são ajudadas a fazer isso, acredito, se sentem mais engajadas e competentes e, portanto, mais inclinadas a servirem à sociedade de uma maneira construtiva. Estas ideias, e a crítica de uma visão universalista de mente com a qual eu comecei, conduziram à noção de uma escola centrada no indivíduo, voltada para um entendimento e desenvolvimento ótimos do perfil cognitivo de cada aluno (GARDNER, 1995, p. 15-16).

Considerando que cada indivíduo tem um perfil cognitivo, deve a escola lembrar-se desta importante informação a fim de engajar-se em uma educação voltada a cada um dos seus alunos, valorizando o que eles têm de especial e estimulando-os a construir seus conhecimentos de múltiplas formas.

Segundo Weisz (2006) o professor deve mapear o conhecimento prévio do aluno de maneira que possa avaliar suas aprendizagens e prever como deverá propor situações pedagógicas que permitam seu avanço.

No momento em que alguns alunos começam a se mostrar perdidos e atrapalhados em relação aos conteúdos trabalhados, a escola que assume a responsabilidade com a aprendizagem de todos tem obrigação de criar um sistema de apoio para que esses alunos não se percam pelo caminho (WEISZ, 2006, p. 97).

Devemos observar o aluno com dificuldades, trazendo a nossa prática, questionamentos acerca do porquê ele não aprende e como podemos ajudá-lo. Ou ainda, buscar conhecer de que forma ele aprende. Cabe à escola encontrar alternativas, pois se já sabemos que a aprendizagem é única em cada indivíduo, por que continuamos ensinando de maneira igual para todos? Por que os alunos vão para o reforço escolar se não podemos reforçar algo que não foi compreendido? Para além das reflexões acerca da aprendizagem, necessitamos de reflexões acerca do processo educativo.

Aprendizagem significativa e organizadores prévios

Para que a aprendizagem significativa ocorra é necessário que seja ancorada em conhecimentos prévios, ou seja, os conhecimentos já adquiridos pelo indivíduo serão o *subsunçor* ou a âncora para que novos conhecimentos se construam na estrutura cognitiva do aprendiz.

David Paul Ausubel, estadunidense nascido no ano de 1918 e falecido em 2008 aos noventa anos, foi considerado um grande psicólogo da Educação e nos deixou uma vasta teoria, onde parte do pensamento em que o fator isolado mais importante que influencia a aprendizagem é aquilo que o aprendiz já sabe. O autor salienta, em sua teoria, que o professor deve determinar o que o aluno já sabe e ensiná-lo de acordo (AUSUBEL, 2000).

Ausubel foi professor Emérito da Universidade de Columbia, Nova Iorque. Médico psiquiatra de formação, dedicou sua carreira acadêmica à psicologia educacional.

O ponto crucial ou central da teoria de David Ausubel é o que o aprendiz já sabe. Para que a aprendizagem seja significativa é necessário que haja a ancoragem em algum conhecimento prévio. A esta ancoragem Ausubel deu o nome de *subsunçor*. Para o autor, é necessário pois, que a nova aprendizagem faça sentido a partir de outra preexistente. Desta forma ocorre a Aprendizagem Significativa e cabe ao professor identificar os conhecimentos prévios para desenvolver sua prática de forma a evitar a aprendizagem mecânica.

Aprendizagem Mecânica, como já vimos, é aquela que não se ancora a um conhecimento prévio, sendo menos consistente, pois corre o risco de o estudante esquecê-la mais facilmente. É o que conhecemos por memorização. Os novos conceitos são memorizados de maneira arbitrária, literal e não significativa.

Em alguns momentos este tipo de aprendizagem se faz necessário, por exemplo na memorização de fórmulas. Contudo, este estudo baseia-se na aprendizagem do aluno dos anos iniciais do ensino fundamental e, nesta fase, há necessidade de significados concretos para que a aprendizagem ocorra. Então, podemos ser questionados: E se não houver um conhecimento prévio que possa ser o *subsunçor* para o novo? Neste caso, não seria inevitável que a aprendizagem ocorresse de forma mecânica?

Para casos assim a Teoria da Aprendizagem Significativa nos aponta para os Organizadores Prévios. Embora eles não sejam um ponto fundamental da teoria, eles são abordados como uma alternativa para que o professor possa planejar seu trabalho proporcionando que o estudante perceba sentido no novo conhecimento. Seriam como uma ponte para que a aprendizagem significativa ocorra.

O uso de organizadores prévios é uma estratégia proposta por Ausubel para, deliberadamente, manipular a estrutura cognitiva a fim de facilitar a aprendizagem significativa. Organizadores prévios são materiais introdutórios apresentados antes do próprio material a ser aprendido. Contrariamente a sumários, que são ordinariamente apresentados ao mesmo nível de abstração, generalidade e inclusividade, simplesmente destacando certos aspectos do assunto, os organizadores são apresentados num nível mais alto. Segundo Ausubel, a principal função do organizador prévio é a de servir de ponte entre o que o aprendiz já sabe e o que ele deve saber, a fim de que o material possa ser aprendido de forma significativa. Ou seja, os organizadores prévios são úteis para facilitar a aprendizagem na medida em que funcionam como “pontes cognitivas” (MOREIRA; MASINI, 2001, p. 21).

Nos anos iniciais os organizadores prévios vêm como uma alternativa eficaz já que os alunos estão em um estágio⁴³ de aprendizagem que necessitam perceber concretamente o que está sendo apreendido. O professor poderá utilizar diversos recursos como um organizador prévio: jogo, música, história, desenho, imagem, etc. O importante é que, se o professor não conseguir captar um conhecimento prévio que atue como subsunçor da nova aprendizagem, ele possa utilizar os organizadores prévios para esta função.

A teoria das inteligências múltiplas

Howard Gardner, nascido em 1943, é um psicólogo cognitivo e educacional estadunidense, ligado à Universidade de Haward. Inspirado por Jerome Bruner, pioneiro na pesquisa sobre a cognição e o desenvolvimento humano (GARDNER, 2001).

Voltado para a música durante a juventude, bem como para as artes em geral, Gardner começou a refletir sobre o que significava ser “desenvolvido” e a partir daí percebeu que os desenvolvimentistas deveriam “prestar mais atenção às capacidades de pintores, escritores, músicos, dançarinos e outros artistas” (GARDNER, 2001, p. 40).

A inteligência, segundo Gardner, está associada à capacidade de resolver problemas e ser capaz de criação de produtos em ambientes com contextos ricos e naturais (ARMSTRONG, 2000, p. 13). “Produtos que sejam valorizados em um ou mais ambientes culturais ou comunitários” (GARDNER, 1995, p. 14).

Gardner sugere que temos uma gama de inteligências as quais podem ser mais ou menos desenvolvidas de acordo com o meio cultural e, sua teoria, as Inteligências Múltiplas (IM), nasce a partir do questionamento e da crítica a uma forma padronizada de aferir a inteligência.

Em meados de 1900, em Paris, surgiu a necessidade de medir a capacidade das crianças, predizendo quais teriam mais ou menos sucesso na jornada escolar. Encomendou-se então, ao psicólogo Alfred Binet, uma metodologia que tornasse possível esta testagem. Foi quando este psicólogo criou o teste Quociente de Inteligência (QI) adotado em larga escala, principalmente em universidades americanas para o ingresso dos alunos.

“Você podia medir a altura real ou potencial de alguém, e agora, parecia, você também podia medir a inteligência real ou potencial de uma pessoa. Nós tínhamos uma dimensão de capacidade mental ao longo da qual poderíamos ordenar todas as pessoas” (GARDNER, 1995, p. 12). A inteligência assim, passa a ser quantificável.

Muitas foram as teorias ao longo do tempo sobre *o que é ser inteligente*, entretanto foi com Alfred Binet que os testes se popularizaram.

⁴³Ausubel considera três estádios do desenvolvimento cognitivo: Estádio Pré-operacional; Estádio operacional concreto; Estádio de operações lógico-abstratas (MOREIRA; MASINI, 2001, p. 41-42).

Poderíamos também abordar sobre os tipos de perguntas feitos nos testes de Quociente de Inteligência (QI) e se estas perguntas valorizam mais uma cultura em detrimento de outra e grupos étnicos frente às suas vivências e sua história. São discussões importantes acerca da trajetória sobre os conceitos de inteligência ao longo da história, mas seria necessário um estudo específico sobre estas questões. Portanto, iremos nos deter na abordagem a partir das Inteligências Múltiplas (IM) e suas implicações no processo educativo.

Gardner critica ferrenhamente as testagens baseadas em lápis e papel privilegiando a lógica e a matemática unicamente. Considera fundamental o afastamento total dos testes de QI e que as críticas que existem não são suficientes, pois para o autor todo o conceito deve ser questionado e substituído (GARDNER, 1995).

Eu acredito que devemos nos afastar totalmente dos testes e das correlações entre os testes, e, ao invés disso, observar as fontes de informações mais naturalistas a respeito de como as pessoas, no mundo todo, desenvolvem capacidades importantes para o seu modo de vida (GARDNER, 1995, p. 13).

O autor procura os blocos construtores das Inteligências (GARDNER, 1995) utilizados por diversas pessoas em diferentes culturas ou ambientes. De acordo com as IM, como poderíamos medir uma inteligência de uma maneira padronizada se possuímos múltiplas inteligências que podem ser destacadas de acordo com a cultura de cada indivíduo e/ou de acordo com estímulos recebidos?

O grupo de pesquisa de Howard Gardner observou diversas populações: prodígios, autistas, crianças com dificuldades de aprendizagem, entre outras. Esses apresentam perfis cognitivos irregulares e, portanto, “extremamente difíceis de explicar nos termos de uma visão unitária de inteligência” (GARDNER, 1995, p. 14).

Com as observações realizadas a partir das populações, uma quantidade de informações surgiu e foi necessário organizá-las de modo que os estudos se tornassem claros e com sentido e, com isso, surgiu uma lista preliminar com sete inteligências como forma de mapear essa gama de informações obtidas. Desta lista preliminar de 1983, surge após, a inteligência naturalista e, uma candidata, a inteligência existencialista.

As inteligências já comprovadas e descritas por Howard Gardner, são: Inteligência Linguística; Inteligência Lógico-Matemática; Inteligência Espacial; Inteligência Corporal-Cinestésica; Inteligência Musical; Inteligência Interpessoal; Inteligência Intrapessoal; Inteligência Naturalista (ARMSTRONG, 2000. p. 14-15).

A ordem na lista de inteligências não pressupõe maior importância de umas em detrimento de outras.

Gardner (1995) aponta que as duas primeiras inteligências citadas, de fato, são as que melhor determinam o sucesso escolar, pois o currículo também as valoriza quase que unicamente, desta forma então, os alunos que possuem um melhor desempenho linguístico e lógico-matemático serão os que terão mais sucesso na escola, o que não significa que terão mais sucesso na vida profissional.

Conforme o autor:

[...] acreditamos que a competência cognitiva humana é melhor descrita em termos de um conjunto de capacidades, talentos ou habilidades mentais que chamamos de “inteligências”. Todos os indivíduos normais possuem cada uma dessas capacidades em certa medida; os indivíduos diferem no grau de capacidade e na natureza de sua combinação. Acreditamos que esta teoria da inteligência é mais humana e mais verídica do que as visões alternativas da inteligência e reflete mais adequadamente os dados do comportamento humano “inteligente”. Essa teoria tem importantes implicações educacionais, inclusive para o desenvolvimento de currículos (GARDNER, 1995. p. 20).

Assim como Gardner aponta, a teoria das IM “tem importantes implicações educacionais, inclusive para o desenvolvimento de currículos” e diríamos também, que estas implicações poderão ir para além de currículos, mas em direção à construção de propostas pedagógicas mais amplas que envolvam o fazer educativo refletindo no currículo tanto formal quanto em ação. Por conseguinte, envolveria a prática pedagógica dos educadores gerando reflexões acerca da aprendizagem.

Considerações finais

Se todos possuímos inteligências onde se sustenta o fracasso escolar? As inteligências não são medidas nem identificáveis e sim, estimuladas considerando que uns possuem um tipo mais evidenciado que outro pelas experiências culturais e/ou estímulos.

Sendo assim, consideramos essencial que conheçamos o nosso aluno e possamos avaliar como ele aprende, de que forma a aprendizagem para ele se torna significativa e que tipos de inteligências podemos estimular em cada caso. Para possibilitar um trabalho voltado a estas teorias, buscamos, durante o desenvolvimento da pesquisa, refletir as condições que oferecemos aos estudantes para que aprendam de maneira significativa e que percebam significado naquilo que aprendem. Aliado ao significado da aprendizagem, vimos como essencial o conhecimento dos educadores no que tange a inteligência, verificando que o conceito de inteligência única e mensurada não tem mais espaço no ambiente escolar.

É mister respeitar as diferentes formas e ritmos de aprendizagem e, após as reflexões que o estudo proporcionou, foi preciso pensar na proposta do Apoio Pedagógico que viesse ao encontro das reflexões trazidas acerca da abordagem teórica escolhida. E, durante este tempo de estudos, pesquisa e ação, encontramos no modelo de Ensino Híbrido⁴⁴ uma possibilidade de ensinar e de aprender aliada às teorias mencionadas, a fim de aprimorar o trabalho do Apoio Pedagógico desenvolvido na escola *locus* da pesquisa.

⁴⁴ Para conhecer sobre a proposta apresentada ao Apoio Pedagógico e o conceito do Ensino Híbrido, sugerimos a leitura, na íntegra, da dissertação de mestrado “O Apoio Pedagógico no Colégio Municipal Pelotense: uma proposta a partir do modelo laboratório rotacional de ensino híbrido”. Disponível em: http://ppgcited.cavg.ifsul.edu.br/mestrado/images/downloads/dissertacoes/elisane_pinto Acesso em 19/11/2019.

Referências

- ARMSTRONG, Thomas, *Inteligências Múltiplas na sala de aula*. 2ed., Porto Alegre: Artmed, 2001.
- AUSUBEL, David Paul. **Aquisição e Retenção de Conhecimentos: Uma perspectiva cognitiva**. Lisboa: Plátano Edições Técnicas, 2000.
- MOREIRA, Marco Antonio; MASINI, Elcie F. Salzano. **Aprendizagem Significativa: A teoria de David Ausubel**, SP: Centauro, 2001.
- GARDNER, Howard. **Inteligências Múltiplas: A teoria na prática**. Porto Alegre: Artmed, 1995, Reimpressão 2012.
- PINTO, Elisane Ortiz de Tunes. **O apoio pedagógico no Colégio Municipal Pelotense: uma proposta a partir do modelo Laboratório Rotacional de Ensino Híbrido**. Dissertação (Mestrado em Ensino) - Instituto Federal Sul-rio-grandense – IFsul/CAVG, PPGCITED, Pelotas, RS: 2017.
- WEISZ, Telma. **O diálogo entre o ensino e a aprendizagem**. SP: Ática.
- Enviado em 30/04/2020
Avaliado em 15/06/2020

CARACTERÍSTICAS DA EDUCAÇÃO EM ALGUMAS CIDADES VULNERÁVEIS DA AMAZÔNIA LEGAL: ELEMENTOS E REFLEXÕES

Érica Cupertino Gomes⁴⁵
Denisia Brito Soares⁴⁶
Shirlei Nabarrete Desidério⁴⁷
Alexsandro Silvestre da Rocha⁴⁸

Resumo

Estudos sobre educação são amplos e estão sempre em ascensão, no entanto, alguns trabalhos, processos e fatores envolvidos neste contexto acabam excluindo as condições sob as quais o ensino acontece. Objetivamos estudar as características territoriais associadas as escolares para compreender a relação entre o espaço habitado, o fluxo e o desempenho escolar. Este trabalho apresenta a situação educacional de algumas cidades Tocantinenses que compõe a Amazônia Legal e que possuam até 5.000 habitantes. Relaciona-se os índices do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada aos Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, demonstrando influência da vulnerabilidade social sobre o aprendizado.

Palavras Chaves: Educação; Cidades Pequenas; Vulnerabilidade

Abstract

Education studies are extensive and are always on the rise, however, some works, processes and factors involved in this context end up excluding the conditions under which teaching takes place. We aim to study the territorial characteristics associated with schoolchildren to understand the relationship between inhabited space, flow and school performance. This work presents the educational situation of some 'Tocantins' cities that make up the Legal Amazon and that have up to 5,000 inhabitants. The indexes of the Institute for Economic Research Applied are related to the Basic Education Development Indexes, demonstrating the influence of social vulnerability on learning.

Key Words: Education; Small towns; Vulnerability

Introdução

O ambiente deste trabalho é o Estado Tocantins, pois carrega o fascínio de ser o mais novo estado da federação, criado em 1988 pelo desmembramento de Goiás (BRASIL, 1988). Possui um território de 277.621km² com 139 municípios que abrigam hoje 1.383.445 habitantes, sendo sua capital Palmas o município detentor do maior quantitativo populacional, com 228.332 pessoas (BRASIL, 2010). E é um dos estados da região conhecida como Amazônia Legal, possuindo algumas de suas especificidades.

Com exceção das cidades de Palmas (228.332 hab.), Araguaína (150.484 hab.) e Gurupi (76.755 hab.), o panorama Tocantinense é de cidades pequenas. A definição “cidade pequena” não está ligada ao território, mas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística–IBGE (SILVA, 1946), depende do número de habitantes, sem ultrapassar 50.000. Voltando a atenção para

⁴⁵ Universidade Federal do Tocantins – Professora do Mestrado Nacional Profissional em Ensino de Física

⁴⁶ Universidade Federal do Tocantins – Técnica de Laboratório

⁴⁷ Universidade Federal do Tocantins - Professora do Mestrado Nacional Profissional em Ensino de Física

⁴⁸ Universidade Federal do Tocantins – Professor do Mestrado Nacional Profissional em Ensino de Física

municípios com até 5.000 moradores, o Brasil possui 1.234, e o Tocantins detém 73 destes (BRASIL, 2010). Em termos educacionais (número de escolas) o Estado atinge-se o 21º lugar (Ensino Médio) e 22º (Fundamental) entre os 27 estados (BRASIL, 2010). De acordo com o INEP (2017) apenas os alunos do 4º e 5º anos do ensino fundamental alcançaram a meta estipulada, as outras séries estão longe deste objetivo. Já a avaliação realizada pelo Programa Internacional de Avaliação de Estudantes mostra o Tocantins com 350 pontos, a frente apenas da Bahia, Maranhão e Alagoas (PISA, 2015).

Embora todo o estado necessite evoluir no âmbito educacional, o objeto deste estudo são cidades com o máximo de 5.000 habitantes. Tais cidades possuem alto Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) impactando na educação e no desempenho escolar, associados com índices do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) e IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) como será mostrado neste estudo.

Referencial Teórico

O IPEA investiga fatores atrelados à vulnerabilidade em diversas esferas e recentemente lançou o Atlas do Desenvolvimento Humano (ADH) (IPEA, 2015), um conjunto bastante amplo de indicadores sociais. Tal documento apresenta o IVS que “procura dar destaque a diferentes situações indicativas de exclusão e vulnerabilidade social no território brasileiro, numa perspectiva que vai além da identificação da pobreza entendida apenas como insuficiência de recursos monetários.” (IPEA, 2015, p.12). Onde a vulnerabilidade social está atrelada a infraestrutura; capital humano; renda e trabalho, pois a “posse ou privação determina as condições de bem-estar das populações nas sociedades contemporâneas”. (IPEA, 2015, p.12).

Dentre os indicadores do IPEA destacamos os; Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) - Média aritmética da Infraestrutura Urbana, Capital Humano, Renda e Trabalho. IVS Renda e Trabalho - Média ponderada de índices normalizados a partir dos indicadores que compõem a proporção de vulneráveis à pobreza, taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais, percentual de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal, percentual de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e dependentes de idosos e através da taxa de atividade das pessoas de 10 a 14 anos. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) - Média geométrica das dimensões Renda, Educação e Longevidade, com pesos iguais. IDHM Educação - Índice sintético da Educação obtido pela média geométrica do subíndice de frequência de alunos à escola e do subíndice de escolaridade dos adultos. Renda per capita - Razão entre o somatório da renda de indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos. Prosperidade Social - Nível de prosperidade social da territorialidade, gerada pelo cruzamento entre IDHM e IVS. Taxa de analfabetismo (25 anos ou mais) - Razão entre a população de 25 anos ou mais que não sabe ler nem escrever um bilhete simples e o total de pessoas nesta faixa etária. Sendo o Índice de Vulnerabilidade Social variante entre 0 e 1, e;

Para os municípios que apresentam IVS entre 0 e 0,200, considera-se que possuem muito baixa vulnerabilidade social. Valores entre 0,201 e 0,300 indicam baixa vulnerabilidade social. Aqueles que apresentam IVS entre 0,301 e 0,400 são de média vulnerabilidade social, ao passo que, entre 0,401 e 0,500 são considerados de alta vulnerabilidade social. Qualquer valor entre 0,501 e 1 indica que o município possui muito alta vulnerabilidade social. (IPEA, 2015, p.18)

Tais definições importam para traçar o perfil das cidades foco deste estudo, e a partir do ADH (IPEA, 2015), pode-se afirmar que as cidades Tocantinenses com até 5.000 habitantes possuem Vulnerabilidade Social “Alta”, como mostraremos à frente. É importante destacar que estudos mostram a relação sociodemográficas oriundas de vulnerabilidade com o desempenho escolar, onde Almeida e Stoco (2011, p. 667) levantam o efeito escolar, onde “se preocupa em identificar como as escolas podem fazer a diferença para o desempenho dos estudantes.” Alves, Franco e Ribeiro (2008, p. 91) descrevem o efeito vizinhança que “trata-se de captar o efeito de relações sociais desenvolvidas no âmbito do lugar de moradia sobre desfechos ocorridos na vizinhança”.

Estes efeitos ligam o local da moradia às questões sociais e de vulnerabilidade, e podem ocorrer em cidades com reduzido porte econômico e alto IVS. Embora não seja o foco deste trabalho, os resultados incitam reflexão, especialmente ao confrontamos com o efeito escolar, a partir de resultados do IDEB, IPEA e de índices de analfabetismo nestas cidades. Destaca-se que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica “reúne os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações.” (INEP, 2017). Em sua base de cálculo são considerados a média dos dados do Censo Escolar (aprovação), do Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica) e da Prova Brasil.

Afirma-se ainda, que a localização e condições de moradia são preponderantes no desempenho escolar. Isto é corroborado por Almeida e Stoco (2011), afirmando que “o elemento espacial tem forte incidência no desempenho escolar dos estudantes”. (TORRES, FERREIRA E GOMES, 2005 apud ALMEIDA E STOCO, 2011). A relação entre o local da casa e o desempenho escolar é estudado dentro do efeito escolar e é refletido aqui. Outro fator é a ajuda proporcionada pelos pais (ALMEIDA E STOCO, 2011). Nessa perspectiva, a análise do analfabetismo na população acima de 25 anos faz-se importante, pois os pais dos alunos estão em tal grupo. Pensando na peculiaridade regional do ensino e na característica populacional do Estado, expõe-se aqui a situação educacional dos municípios tocantinenses que possuem até 5.000 habitantes.

Procedimentos Metodológicos

Metodologicamente optamos em estudar e condensar os dados oficiais de interesse. Para mapear a situação escolar das cidades Tocantinenses com até 5.000 habitantes (73 cidades) utilizou-se dados da Secretaria Estadual de Educação do Tocantins (TOCANTINS, 2017), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (BRASIL, 2010; BRASIL 2017) e do Atlas do Desenvolvimento Humano – ADH (IPEA, 2015). Estas informações foram separadas em número de habitantes, alunos e professores (fundamental e médio), densidade demográfica, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), notas do IDEB e da taxa de escolaridade de crianças entre 6 e 14 anos.

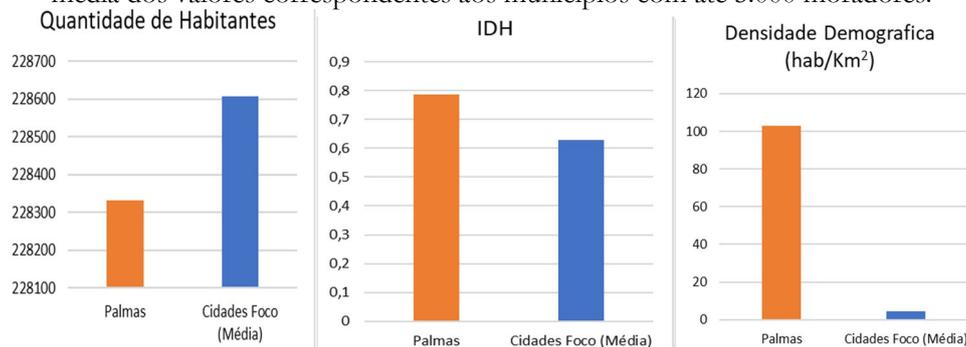
As informações foram analisadas, separadas, calculadas pela média aritmética, graficadas por meio de programa computacional, avaliadas e discutidas. O intuito foi expor a situação escolar de municípios, que pelo número reduzido de habitantes são poucos vistos pela sociedade e governo, mesmo estas sendo estritamente dependentes do poder público, devido ao seu perfil sócio/cultural. Direcionamos nossas análises no cunho quantitativo, já que expor estes dados agrega valor às discussões sobre o tema.

Resultados da pesquisa

Mostraremos primeiro os dados da capital Tocantinense (Palmas) para comparar com a situação educacional das cidades com até 5.000 habitantes. O objetivo é analisar um dos aspectos do efeito escolar, a relação entre o local de moradia, vulnerabilidade e o desempenho escolar. Palmas agrega 228.332 moradores, com a maior Densidade Demográfica (102,9 hab/km²) e IDH do estado (0,788). Na questão educacional, Palmas se destaca pelo quantitativo de alunos (53.511), professores (2.606), escolas (137), e na primeira colocação estadual do IDEB do Ensino Fundamental anos iniciais (6 pontos) e finais (4,7 pontos), com taxa de escolarização das crianças entre 6 e 14 anos em 98%, a capital ocupa o 5º e 42º lugares, respectivamente. Palmas ainda apresenta uma média de 387,54 alunos por escolas Fundamentais e 399,48 para o Médio, o número de alunos por professor no Fundamental (22,22) e Médio (16,9), e a cifra de professores por escolas (17,44–Fundamental; 23,63–Médio). Ressaltamos que esta é uma estimativa simples.

As informações objetivadas mostram que 1/6 da população Tocantinense (228.606) reside em cidades com até 5.000 habitantes, e dentro destas, o menor município agrega 1.037 e a maior 4.956 pessoas. A Densidade Demográfica média entre estes é menor que a média tocantinense (4,9 hab/Km²), apenas 4,37 pessoas por quilometro quadrado. Já o valor médio do IDH destes municípios é de 0,629 pontos, inferior à média estadual (0,699). Ao compararmos o quantitativo de moradores da capital, percebem-se praticamente o mesmo quantitativo de pessoas, apenas 274 indivíduos de diferença, já o IDH e a densidade populacional possuem divergências significativas. Este comparativo pode ser observado no gráfico da Figura 1.

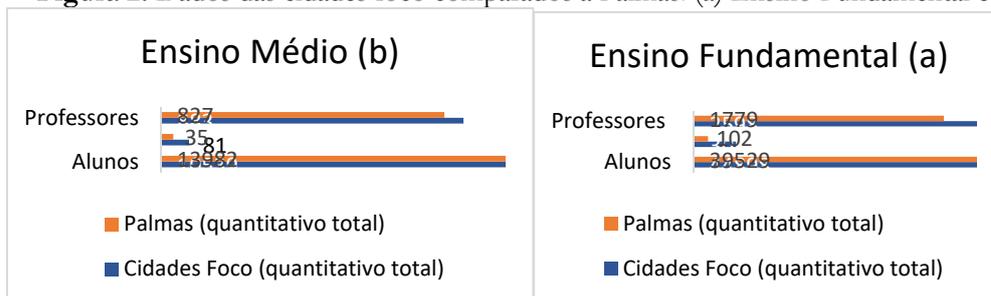
Figura 1: Comparativo entre habitantes (a), IDH (b) e densidade demográfica da capital (c), com a média dos valores correspondentes aos municípios com até 5.000 moradores.



Fonte: Bando de dados da pesquisa. Elaboração dos autores.

A capital possui quase o mesmo número de moradores que as 73 cidades foco juntas (Figura 1-a), mas apresenta um IDH 0,159 maior que o valor médio das cidades (Figura 1-b) e uma concentração superior de pessoas (Figura 01-c). O fato do IDH de Palmas ser 15,9% maior que a média das cidades de referência, merece atenção. Este índice engloba Renda, Educação e Longevidade, com pesos iguais. O que significa que a renda, a educação ou a longevidade das cidades foco e da capital podem ser diferentes, mas associadas no IDH parecem próximas. Em seguida serão apresentados os dados educacionais para as cidades com até 5.000 moradores. Na Figura 2 estão informações comparativas do número de Alunos, Professores, Escolas da capital e cidades foco.

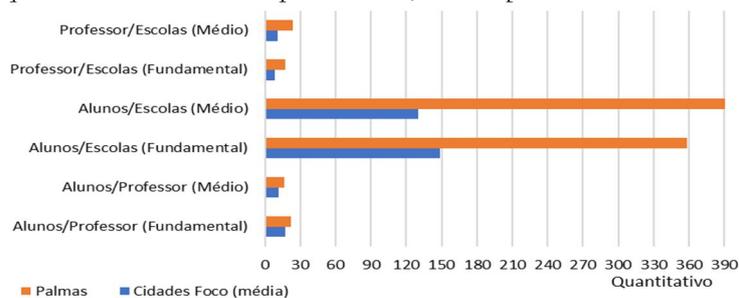
Figura 2: Dados das cidades foco comparados à Palmas. (a) Ensino Fundamental e (b) Médio.



Fonte: Bando de dados da pesquisa. Elaboração dos autores.

Nota-se, com exceção do número de matriculados no Ensino Médio (Figura 2-b), que a soma dos valores das cidades foco supera a capital em todos os quesitos (Figura 2-a), mas Palmas concentra números significativos. Uma informação relevante em ambos os casos, mostra a queda de alunos entre o Ensino Fundamental e Médio. Em Palmas este quantitativo cai pela metade, nas cidades com até de 5.000 moradores estes números são assustadores, pois a redução chega a quatro vezes. Outras informações, como número de professores por escolas, quantitativo de alunos para cada professor e pelas escolas estão na Figura 3.

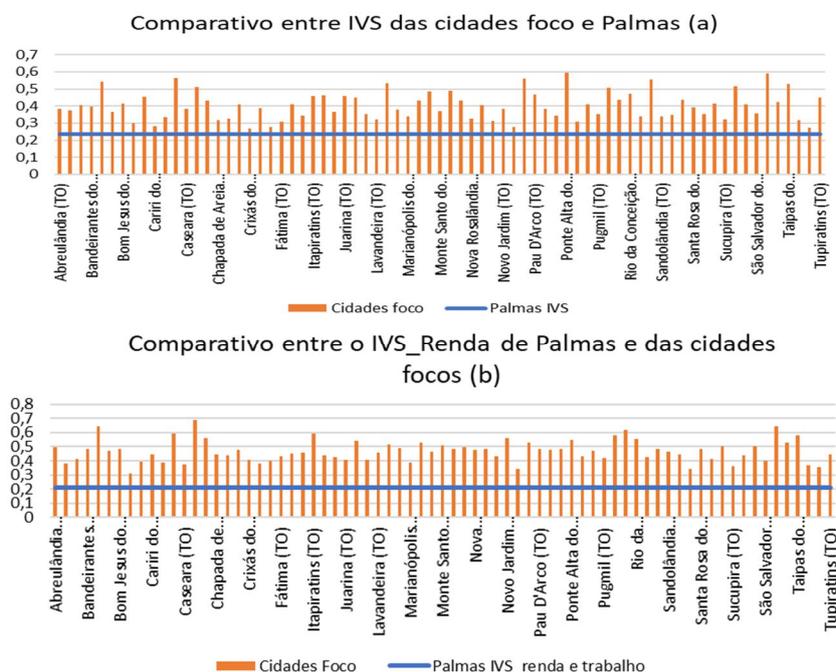
Figura 3: Comparativo do número de professores, alunos por escolas e alunos por professor.



Fonte: Bando de dados da pesquisa. Elaboração dos autores.

A comparação mostra que a capital possui um número maior de professores nas escolas e de alunos por unidade escolar, no Ensino Médio, Palmas detêm quatro vezes mais alunos que os colégios das cidades foco e no Fundamental o dobro. Já a diferença de estudantes por docente não é significativa. Com isto pode-se inferir que as cidades com até 5.000 pessoas estão em desvantagem educacional em relação a Capital, podendo impactar no desempenho escolar e manter um ciclo de vulnerabilidade. Agora uma análise comparativa do Índice de Vulnerabilidade Social pode ser melhor entendida. Pela Figura 4-a, o IVS das cidades com até de 5.000 habitantes é consideravelmente maior que da capital. Pelo ADH (IPEA, 2015), Palmas está no nível de baixa vulnerabilidade social, pois seu IVS é de 0,236. As cidades foco estão nos níveis de média e alta vulnerabilidade social. Algumas possuem vulnerabilidade social muito alta e poucas possuem baixa vulnerabilidade. O IVS médio das cidades foco é de 0,403, considerado alto.

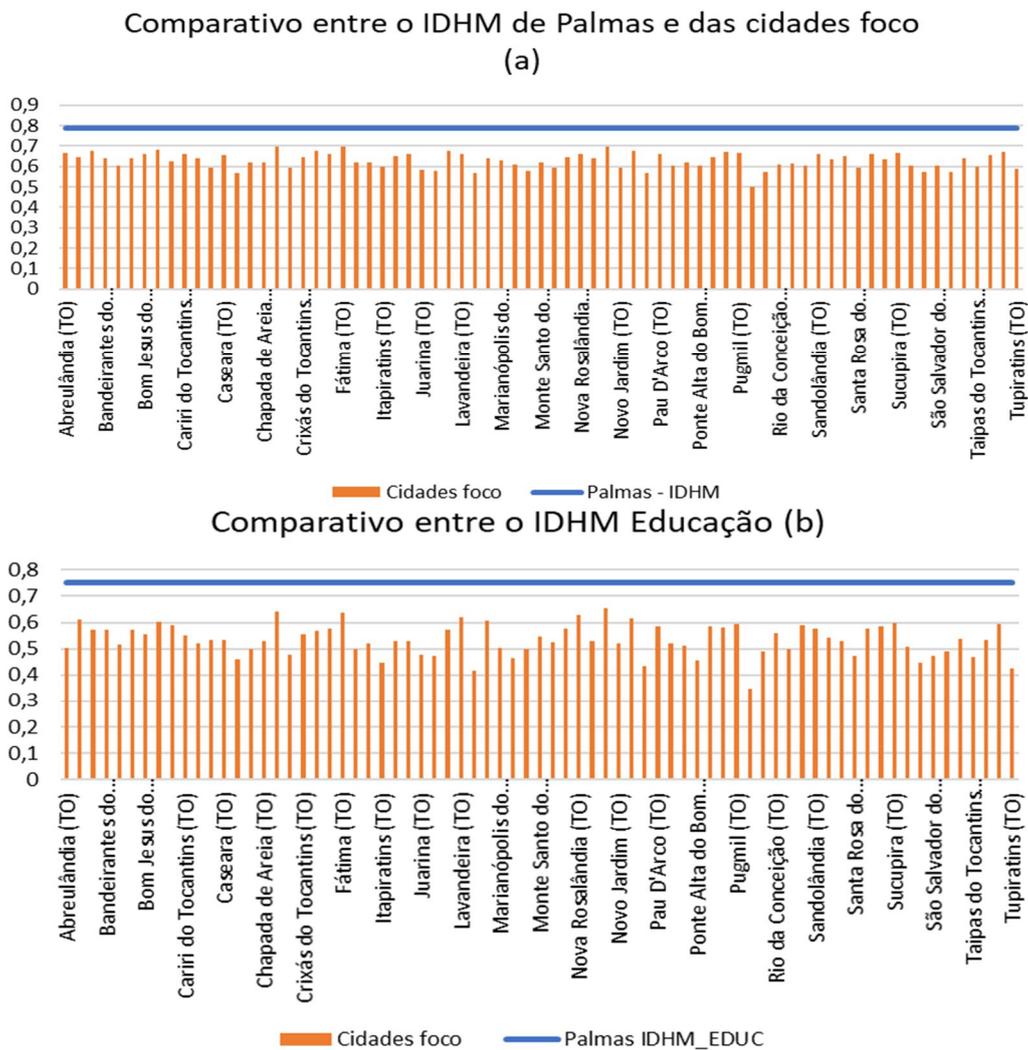
Figura 4: (a) Gráfico que expressa o IVS (Índice de Vulnerabilidade Social) e (b) comparativo entre o IVS renda e trabalho das cidades com menos de 5 mil habitantes e Palmas



Fonte: Bando de dados da pesquisa. Elaboração dos autores.

Outro índice importante é o IVS renda e trabalho. O IVS Renda de Palmas é apenas 0,213 e a média das cidades foco é considerado alto, 0,469, como mostra a Figura 4.b. Verifica-se que o valor médio associado ao IDEB (cidades foco) no Fundamental/Anos Iniciais e Finais é de 4,386 e 3,383 pontos, respectivamente, abaixo do valor médio da capital e inferior ao brasileiro (IDEB, 2017), 5,8 no Anos Iniciais e 4,7 Anos Finais. A educação pode promover oportunidades e melhorias na vida, neste sentido é importante observar o IDHM (Figura 5-a), que em cidades foco, é 0,629, e o valor de Palmas é 0,788, ambos considerados “muito alto”. Este índice trouxe uma surpresa, pois os valores de todas as cidades foco estão acima de 0,500 na faixa “muito alta”. Acreditamos que o fator que proporcionou um alto IDH seja a Longevidade alcançada nas cidades pequenas, de aproximadamente 75 anos em média (IPEA, 2015)

Figura 5: (a) Comparativo entre o IDHM e o (b) IDHM Educação das cidades com menos de 5 mil habitantes e Palmas.

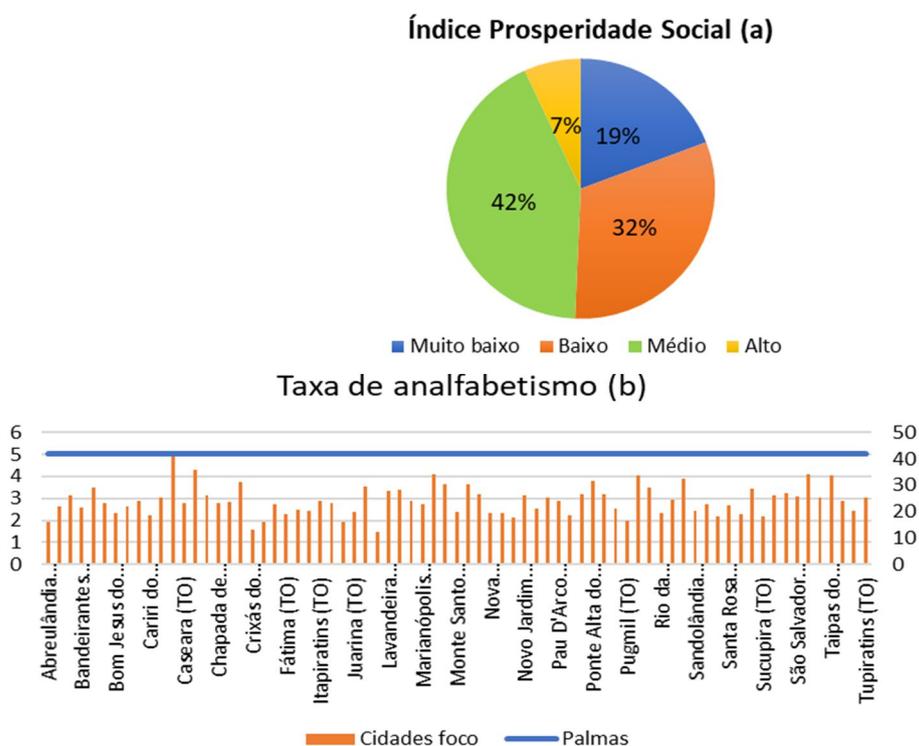


Fonte: Bando de dados da pesquisa. Elaboração dos autores.

A Figura 5-b expressa o comparativo entre o IDHM da dimensão Educação que é obtido através da média geométrica do subíndice de frequência de crianças e jovens à escola, com peso de 2/3, e do subíndice de escolaridade da população adulta, com peso de 1/3. O IDHM médio das cidades foco é de 0,534 e de Palmas é de 0,75. Novamente a capital tem índice bastante acima das cidades pequenas do estado.

Por fim, na Figura 6-a observa-se que 42% das cidades pequenas têm Índice de Prosperidade Social “médio” e apenas 19% índice “muito baixo”. Tal indicador associa IDHM com IVS, consequentemente avaliando Renda, Educação, Longevidade, IVS Infraestrutura Urbana, IVS Capital Humano e IVS Renda e Trabalho. Este índice de Palmas é “Muito Alto”. Entendemos que são necessárias mudanças em diversos aspectos para que haja melhorias nos índices das cidades pequenas, que são bastante inferiores à da capital.

Figura 6: Gráfico (a) do Índice Prosperidade Social e (b) razão entre a população de 25 anos ou mais que não sabe ler nem escrever um bilhete simples e o total de pessoas nesta faixa etária.



A Figura 6-b expressa a população analfabeta e a taxa média das cidades foco é 24,05 e apenas 5,02 para Palmas. Esse fator remete a importantes reflexões, como a escolaridade dos pais influencia na educação dos filhos e consequentemente no “efeito escolar”? Tendo em vista o baixo nível de ajuda que será proporcionado pelos pais, quais serão os reflexos no desempenho escolar dos filhos?

Apontamentos finais

Mostrou-se a realidade escolar das cidades Tocantinenses da Amazônia Legal com até 5.000 pessoas, evidenciando a deficiência educacional nestes municípios. Para o Ensino Médio a situação demanda atenção, pois o menor número de escolas, professores e alunos é agravada pela “evasão” dos egressos do Fundamental. Identificamos que as cidades foco estão em níveis de média e alta vulnerabilidade associada à renda e trabalho. O Índice Prosperidade está no nível “muito baixo” e “baixo” perfazendo juntos 51% e 42% do IPS “médio”. Ainda, a taxa média de pessoas com 25 anos ou mais analfabetas é quase 5 vezes maior que na Capital.

Constatou-se que as cidades foco estão sujeitas ao “efeito vizinhança” e “efeito escolar”, com a meta do IDEB para o Ensino Fundamental nos anos iniciais e finais não sendo atingida. Um fator positivo foi o IDHM, cuja média das cidades foco foi considerada “muito alta”. Embora tal índice considere a longevidade, mede ainda a renda e educação. Devido direitos garantidos por lei, o estudo chama a atenção para que os órgãos competentes atuem nestas cidades, garantindo os serviços públicos ofertados à população de grandes cidades cheguem a todos os cidadãos, que ao se desenvolverem socialmente, possam contribuir com o desenvolvimento da região onde nasceram.

Referências

- ALMEIDA, L. C.; STOCO, S. **Escolas municipais de Campinas e vulnerabilidade sociodemográfica: primeiras aproximações.** Revista Brasileira de Educação. V16, n 48. Set.-Dez. 2011.
- ALVES, Fátima; FRANCO, Creso; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **Segregação residencial e desigualdade escolar no Rio de Janeiro.** In: Ribeiro, Luiz Cesar de Queiroz; Kaztman, Ruben. *A cidade contra a escola?: segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina.* Rio de Janeiro: Letra Capital, FAPERJ; Montevideu: IPPES, 2008. p. 91-118.
- BRASIL. (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 10 jul. 2018.
- BRASIL. (2010). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/> Acesso em: 10 jul. 2018.
- BRASIL. (2017). **Dados estatísticos do Tocantins.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to> Acesso em: 19 jun. 2018.
- INEP. (2017). **O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.** Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/dados> Acesso em: 21 jun. 2018.
- IPEA, **Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros.** Editores: Marco Aurélio Costa, Bárbara Oliveira Marguti. – Brasília: IPEA, 2015.
- PISA. (2015). **Programa Internacional de Avaliação de Estudantes.** Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/pisa> Acesso em: 21 jun.2018.
- SILVA, Moacir M. F. **Tentativa de Classificação das Cidades Brasileiras.** Revista Brasileira de Geografia. Número de julho-setembro de 1946.
- TOCANTINS. (2017). **Censo escolar 2017.** Fornecido pela Secretaria Estadual de Educação e Cultura do Estado do Tocantins. Palmas.
- TORRES, Haroldo da Gama; FERREIRA, Maria Paula; GOMES, Sandra. **Educação e segregação social: explorando o efeito das relações de vizinhança.** In: Marques, Eduardo; Torres, Haroldo (Org.). **São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais.** São Paulo: SENAC, 2005. APUT ALMEIDA, Luana Costa; STOCO, Sergio. Escolas municipais de Campinas e vulnerabilidade sociodemográfica: primeiras aproximações. Revista Brasileira de Educação. V16, n 48. Set.-Dez. 2011.
- Enviado em 30/04/2020
Avaliado em 15/06/2020